



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 37 - Nº 750 - DE 12 A 25 DE OUTUBRO DE 2025 - R\$ 5,00



Em defesa da resistência palestina contra o colonialismo sionista-imperialista



A PAZ DO CEMITÉRIO SERVE À DOMINAÇÃO NORTE-AMERICANA NO ORIENTE MÉDIO

A classe operária e os demais explorados devem rejeitar a liquidação do Hamas pelas forças dos Estados Unidos e de Israel

**Está posta a tarefa de construir o partido revolucionário
no seio do movimento de resistência palestina e do
proletariado nos países do Oriente Médio**

A imposição da paz do cemitério não faz senão
fortalecer a necessidade da luta dos oprimidos sob o
programa da revolução social

108

anos da Revolução Russa

**Viva a revolução proletária! Viva as conquistas da
revolução socialista! Reconstruir o Partido Mundial
da Revolução Socialista, a IV Internacional**



Em defesa da resistência palestina contra o colonialismo sionista-imperialista

A paz do cemitério serve à dominação norte-americana do Oriente Médio

A classe operária e os demais explorados devem rejeitar a liquidação do Hamas pelas forças dos Estados Unidos e de Israel

Está posta a tarefa de construir o partido revolucionário no seio do movimento de resistência palestina e do proletariado nos países do Oriente Médio

A imposição da paz do cemitério não faz senão fortalecer a necessidade da luta dos oprimidos sob o programa da revolução social

A aprovação pelo Hamas e pelo governo de Israel da troca de reféns judeus e prisioneiros palestinos foi anunciada como um acordo que poderá abrir caminho para pôr fim à intervenção militar israelense na Faixa de Gaza e, assim, parar com a carnificina de civis palestinos. Por enquanto, o entusiasmo propagandeado pela imprensa manifestado entre os israelenses e palestinos se limita ao primeiro ponto das vinte condições ditadas por Trump e Netanyahu, no dia 29 de setembro, por ocasião da reunião da ONU.

Dentre as condições, a mais importante e decisiva é a de desarmar o Hamas e expulsar seus combatentes. Essa medida, se alcançada, quebrará a força de resistência dos palestinos que, desde a Faixa de Gaza, protagonizam o combate contra a anexação territorial e por sua autodeterminação.

Completado pouco mais de um ano da intervenção sionista, em 15 de janeiro de 2025, se firmou um acordo de três fases, sendo a primeira delas a troca de reféns e prisioneiros. Assim que foi cumprida a troca parcial, Israel rompeu o acordo no momento de se iniciar a segunda fase, em 19 de março. Ou seja, voltaram os bombardeios e a ofensiva terrestre com o objetivo de destruir o Hamas e anexar a região. Em seguida à trégua de dois meses, recrudesceram as ações militares, o cerco à “ajuda humanitária” e o uso da fome como arma de guerra. O Estado sionista explicitou ainda mais o objetivo de liquidar a resistência armada do Hamas e outras organizações jihadistas para ocupar integralmente a Faixa de Gaza e anexá-la.

Trump assumiu a presidência dos Estados Unidos em 20 de janeiro e passou a administrar as mãos de sangue do governo de Netanyahu. Rompida a trégua, o imperialismo norte-americano pôs de lado a demagogia de Biden sobre os dois Estados e indicou que a solução para o conflito de Israel com os palestinos, depois de 77 anos de constituição do Estado israelense, era a de submeter completamente a Faixa de Gaza e reconstruí-la sobre a base do controle sionista. Havia, portanto, de destruir a capacidade de resistência armada oferecida pelo Hamas.

A Casa Branca e o Pentágono decidiram bombardear o Irã, o que ficou assentado como a “guerra de doze dias”. Assim se passou na situação em que a ofensiva de Israel no Líbano e Síria resultava em vitória dos sionistas diante da resistência em favor dos palestinos no âmbito do Oriente Médio. Os países árabes do Golfo Pérsico colaboraram para que o objetivo estratégico dos Estados Unidos se impusesse. Enfraquecida a resistência do Irã, da Síria, do Iêmen e, particularmente, do Hezbollah no Líbano, as Forças de Defesa de Israel puderam

se concentrar na operação militar de arrasar a Faixa de Gaza e fulminar o Hamas.

Certamente, o governo norte-americano chegou à conclusão que Israel não teria como ir até o final na meta de liquidar o Hamas e teria de não só prolongar a invasão como ampliar a carnificina. Não foi mera coincidência que Trump e Netanyahu negociassem o plano de 20 pontos, justamente quando o novo ascenso de massa em defesa do povo palestino se dava na Europa e em outras partes do mundo. A bandeira contra o genocídio empunhada nas manifestações pressionou a União Europeia e, em particular, a governos como o da França, Espanha e Reino Unido, principalmente. Os governos francamente pró-sionista da Itália e da Alemanha se viram diante de contestações de suas condutas políticas, que comprometiam os países perante o genocídio. Eis por que Macron, da França, foi destacado a fazer um pronunciamento na ONU em favor do reconhecimento do Estado palestino.

O isolamento dos Estados Unidos e Israel chegou ao auge na condição em que a continuidade do esmagamento da Faixa de Gaza não mais podia ocorrer sob os olhos das massas árabes do Oriente Médio, sem que suas monarquias não mais tivessem como justificar o colaboracionismo com Estado de Israel, sob o auspício dos Estados Unidos, que necessitam retomar o Acordo de Abraão, que perfila as frações burguesas árabes por detrás da confrontação dos Estados Unidos com a China, Rússia e Irã. No interior dos próprios Estados Unidos, vinha crescendo o repúdio ao apoio de Trump a Netanyahu, inclusive, entre os eleitores que deram vitória ao Partido Republicano. A retirada da maior parte dos representantes dos estados-membros do salão da ONU no momento do discurso de Netanyahu retratou o aumento do isolamento do Estado sionista. A máquina de propaganda de Israel e suas comunidades burguesas em todo o mundo já não podia sustentar a farsa de que condenar o genocídio seria atos de antisemitismo.

Está claro que Trump tirou da gaveta o plano da paz do cemitério, considerando que a Faixa de Gaza não cairia imediatamente, o Hamas, mesmo debilitado, ainda oferecia resistência, os Estados árabes se achavam assombrados com a militarização sionista, o movimento mundial se reerguia e o isolamento de Israel era irreversível. O ataque sionista no Catar, tendo como alvo dirigentes do Hamas, provocou uma mobilização entre os governos árabes. O que obrigou Trump a negar seu conhecimento e fazer com que Netanyahu se desculpassem.

Esse conjunto de fatores se movimentava e se movimentava

CONTINUA →

nos marcos da crise mundial do capitalismo, agravada com a continuidade da guerra na Ucrânia, os choques econômicos e políticos provocados pela guerra comercial e o impulso à escalada bélica. O fracasso de Trump de ditar uma “paz” por cima da Rússia e da Ucrânia, sem dúvida, pesou muitíssimo na decisão dos Estados Unidos de apresentarem a paz do cemitério aos palestinos. Não se sabe, porém, se Trump conseguirá ir adiante com as demais fases que se seguem à troca de reféns e prisioneiros. Israel conta com o desacordo do Hamas em se desarmar. O que presumivelmente seria motivo para ir adiante no fundamental que é anexar a Faixa de Gaza e a Cisjordânia.

Se é certo que o Hamas perdeu capacidade militar, também é certo que conta com o heroísmo da resistência da população golpeada e com o receio dos próprios países do Golfo Pérsico diante do expansionismo israelense. A possibilidade de ocorrer algo semelhante com o que se passou no acordo de janeiro de 2025 não deve ser desconsiderada. Muito se vem especulando sobre o destino da Faixa de Gaza.

O fundamental para a classe operária, os demais trabalhadores e a sua vanguarda com consciência de classe está em reagir contra as ilusões de que os Estados Unidos e Israel estabeleceram um curso de pacificação e coexistência entre judeus

e palestinos. Ao contrário, o plano de Trump é de quebra da resistência da nação oprimida e subordinação por meio da força dos palestinos ao Estado sionista.

A vanguarda com consciência de classe tem o dever de defender a continuidade da resistência, da qual faz parte o Hamas e outras organizações islâmicas, de combater o plano de paz do cemitério e de manter a mobilização das massas que conseguiram impor o isolamento mundial dos Estados Unidos e Israel.

É fundamental sustentar no alto as bandeiras: retirada imediata de Israel da Faixa de Gaza, fim do genocídio e autodeterminação do povo palestino. Essas bandeiras estão em completa oposição ao plano de Trump e Netanyahu. Devem ser mantidas como base das mobilizações e da constituição da frente única anti-imperialista. Essa via de unificação dos explorados em todo o mundo, se mantida, garantirá a luta pela vitória da nação oprimida contra o Estado sionista e o imperialismo. É imperativo continuar a resistência até a vitória, porque dela emana o principal objetivo histórico, que é o da constituição de uma República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Publicamos a Resolução do Comitê Central do POR, de 4 de outubro, sobre o agravamento da crise mundial e a resposta dos marxista-leninista-trotskistas

1. O ditame de Trump e Netanyahu dirigido ao Hamas deve ser rechaçado e combatido terminantemente. Trata-se de uma imposição do imperialismo que tem por principal objetivo liquidar o Hamas, acabar com toda a resistência dos palestinos e submeter a Faixa de Gaza à dominação colonialista;
2. As bandeiras - Retirada imediata das Forças de intervenção de Israel incondicionalmente; Fim do genocídio; Autodeterminação do povo palestino; Reconstrução da Faixa de Gaza pelos próprios palestinos – devem ser propagandeadas e agitadas em resposta ao plano de paz dos cemitérios dos Estados Unidos e Israel. Fazem parte do programa estratégico de constituição de uma República Socialista da Palestina e dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio;
3. Em relação à posição do governo Lula, PT e aliados, o POR deve condenar a crítica ao Hamas, classificado pelo imperialismo como terrorista e responsável pela tragédia que se abate sobre os palestinos. A responsabilidade é inteiramente dos opressores contra os oprimidos. A bandeira de que o governo passe das palavras à ação se resume na exigência de que rompa completamente com o Estado sionista e condene terminantemente o intervencionismo norte-americano no Oriente Médio;
4. Intensificar a campanha para que as centrais, sindicatos e movimentos organizem os trabalhadores e a juventude oprimida a se manifestarem. Essa campanha do POR voltada às organizações dos explorados e da juventude deve ser exposta sob a bandeira e a tarefa de constituir a frente única anti-imperialista;
5. A flotilha é expressão da face pacifista do movimento pequeno-burguês. No entanto, se chocou com a determinação dos Estados Unidos e Israel de destruir o Hamas e submeter completamente a resistência palestina. A repressão à flotilha alimentou o ódio das massas à violência colonialista do Estado sionista. As manifestações e protestos cresceram em toda a parte, destacando-se na Europa a greve geral na Itália e as ações operárias de boicote ao Estado de Israel. Essa movimentação reflete a bandeira de que somente por meio da luta de classes é possível enfrentar a guerra genocida e derrotar o imperialismo norte-americano;
6. É necessário reagir às forças pró-sionistas que agem em todos os países por meio de setores da burguesia e da alta classe média. Embora isolados e odiados pela maior parte da população trabalhadora, os sionistas continuam se valendo da falsificação histórica dos acontecimentos e acusando toda luta pelo fim do genocídio como sendo antissemitismo. Esse embate exige que o movimento antissionista e anti-imperialista não só levante as bandeiras de defesa da nação oprimida como evidencie para as massas as raízes da colonização sionista da Palestina;
7. A farsa dos dois Estados montada pelas potências europeias, tendo à frente a França, visa a acobertar as causas históricas do massacre sofrido pelo povo palestino. Eis por que todos se colocaram a favor do plano de Trump e Netanyahu. As forças do imperialismo e das burguesias semicoloniais seguidistas precisam apagar o genocídio sem que suas raízes fiquem completamente expostas para a classe operária, os demais trabalhadores e a juventude oprimida;
8. O POR se coloca pela defesa da nação oprimida contra a dominação imperialista. Nesse sentido, defende incondicionalmente o Hamas, atingido pela violência contrarrevolucionária

do imperialismo e do sionismo. A matança na Faixa de Gaza e a sua destruição por completo tem por fundamento liquidar a resistência da nação oprimida. Aqueles que separam o Hamas da nação oprimida acabam por se colocar no terreno do sionismo e do imperialismo. Evidentemente, o Hamas não encarna a revolução social porque não é uma organização do proletariado. Não será a força histórica capaz de levar o povo palestino à sua autodeterminação, que implica varrer o Estado sionista por meio da revolução social e da constituição de uma República Socialista da Palestina. Tudo isso deve ficar bem claro, de forma que os explorados do mundo inteiro lutem pela defesa incondicional do Hamas, tendo como arma o programa da revolução e do internacionalismo proletários;

9. A tendência da crise mundial é de continuar a marcha ascendente. O imperialismo não tem como “pacificar” o Oriente Médio a não ser com a paz dos cemitérios. A resistência das massas é, no entanto, o fator determinante na relação entre o imperialismo e as nações oprimidas. Nesse mesmo sentido, a classe operária está diante da guerra na Ucrânia que eclodiu sob o cerco da OTAN à Rússia e a necessidade do capital imperialista de penetrar o mais livremente possível na Eurásia. A luta proletária pelo fim da guerra na Faixa de Gaza e na Ucrânia é uma só. Apesar de suas particularidades, estão assentadas na decomposição mundial do capitalismo e na necessidade da classe operária retomar o curso da revolução social;
10. O POR tem feito a campanha com os Boletins do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), que

centralizadamente luta contra a escalada militar do imperialista, impulsionada pela guerra comercial, dirigida pelos Estados Unidos. De conjunto, esses acontecimentos se manifestam na América Latina. O cerco dos Estados Unidos à Venezuela é o principal ponto que une todos os países latino-americanos, como nações semicoloniais, na luta contra a ofensiva norte-americana. A defesa incondicional da Venezuela contra os ataques dos Estados Unidos está posta da mesma forma que a defesa do povo palestino. Os governos e as burguesias nacionais vêm se mostrando claudicantes ou acuadas. A classe operária, cedo ou tarde, tomará a dianteira da luta anti-imperialista. É importante ter claro que o movimento de defesa do povo palestino se entrelaça com o movimento anti-imperialista dos países latino-americanos;

11. O CERQUI se guia pela estratégia da revolução proletária e do internacionalismo socialista. Trabalha para organizar a frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária. Nessa luta, se esforça por construir os partidos revolucionários, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. O combate pela superação da crise de direção passa pela luta programática contra o divisionismo e a pulverização das organizações revisionistas que reivindicam o marxismo-leninismo-trotskismo. Para isso, a vanguarda com consciência de classe tem de voltar todas suas forças a construir o partido da revolução social no seio da classe operária.

4 de outubro de 2025

Isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil mantém o maior peso dos impostos sobre os mais pobres

Conflito entre governo e oposição em torno ao aumento de imposto sobre os super ricos

Responder colocando no centro da crise política a dívida pública

Que as centrais, sindicatos e movimentos organizem a luta em defesa de um programa próprio da classe operária

Em 1º de outubro, foi aprovada na Câmara de Deputados, por unanimidade, a proposta do governo Lula de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, aumento da alíquota efetiva progressiva de até 10% para quem ganha de R\$ 600 mil a R\$ 1 milhão por ano, além de uma alíquota efetiva de 10% para quem ganha mais de 1 milhão por ano (milionários). A facilidade da aprovação do Projeto de Lei 1087/25 no Congresso Nacional atesta seu caráter burguês de manutenção da regressividade da carga tributária, ou seja, do maior peso sobre os mais pobres e quase nenhum imposto para os mais ricos.

Um estudo realizado pelo Sindifisco Nacional, divulgado pela BBC Brasil, faz uma comparação entre o que algumas categorias da classe média pagam de imposto de renda, e os super ricos. Segundo o estudo, em 2023, professores de ensino médio, com uma média de renda anual de R\$ 121,7 mil, pagaram em média 10,5% de Imposto de Renda. Outros exemplos: bancários (renda

de R\$ 105,6 mil e alíquota de 9,16%), assistentes sociais (renda de R\$ 107,7 mil e alíquota de 9,64%); enfermeiros com nível superior, nutricionistas e farmacêuticos (renda de R\$ 111,8 mil e alíquota de 9,88%). Dessa forma, tal medida apenas fará com que os milionários passem a pagar uma alíquota efetiva (10%) um pouco menor do que a de um professor.

O estudo também mostra que milionários com renda entre 80 e 320 salários mínimos em 2023 (de R\$ 1,267 milhão a R\$ 5,068 milhões) pagavam alíquota média efetiva de 6,11%. E que os milionários com ganhos acima de 320 salários mínimos por mês em 2023 — o equivalente a R\$ 5,068 milhões naquele ano — pagaram, em média, uma alíquota efetiva de 4,34%.

As estimativas são de que o projeto do governo beneficiará cerca de 15 milhões de pessoas, principalmente da classe média que, com o congelamento da tabela do Imposto de Renda dos

últimos anos, passaram a pagar alíquotas cada vez maiores desse tributo. Em contrapartida, a alíquota de até 10% afetaria cerca de 140 mil pessoas, que ganham acima de 600 mil reais por ano.

O presidente Lula celebrou a aprovação na Câmara como “uma vitória em favor da justiça tributária e do combate à desigualdade no Brasil”. Na verdade, o governo tem se utilizado desse discurso para disputar eleitoralmente um setor da classe média que será decisivo para obter maioria de votos nas eleições de 2026. Para a grande maioria dos explorados, que já ganham menos que R\$ 3.036 por mês (faixa de isenção atual), essa mudança não fará diferença.

A propaganda teatral do governo, de que supostamente estaria defendendo a isenção de tributos aos mais pobres e taxação dos super ricos, mascara a realidade de que a maior carga tributária brasileira é paga pelos mais pobres por meio dos impostos indiretos, ou seja, os impostos sobre o consumo (ICMS, ISS, IPI etc.). Enquanto isso, os milionários, que atuam no mercado financeiro, obtêm a maior parte de sua renda na forma de investimentos que são isentos de tributação, como é o caso dos dividendos.

O fundamental da questão tributária - que aparece na derrota do governo na votação da Medida Provisória (MP) do IOF em contrapartida à “vitória” na votação do PL 1087 - ficou oculta. Trata-se da gigantesca dívida pública e da insuportável carga de juros.

No momento em que o Congresso Nacional decidia sobre o PL e a MPT, se apurava que a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) se mantinha em julho na casa de 77,5% do PIB. Em termos nominais, havia passado de R\$ 9,55 trilhões para R\$ 9,62 trilhões. Há que se considerar ainda a Dívida Pública Federal externa de R\$ 300,23 bilhões. A tendência é de aumentar o montante da dívida pública em função da carga de juros que em doze meses, apurada em julho, se aproximou de R\$ 1 trilhão. Por mais que o governo tenha realizado cortes nos gastos com os serviços sociais, o déficit tributário continua alto e dificilmente o governo consegue atingir a meta imposta pelo Arcabouço Fiscal. Quanto mais aumenta a despesa com juros e amortizações, mais avança a dívida pública.

Como se vê, as ações do governo e as contraposições da oposição estão determinadas, antes de tudo, pelo parasitismo

financeiro que representa as dívidas interna e externa. É claro que simplificadamente a disputa está entre aumentar impostos ou cortar despesas orçamentárias. No segundo caso, a dificuldade está em que grande parte do orçamento da União é destinada à amortização e ao pagamento dos juros da dívida pública. No primeiro caso, o problema está na resistência do grande capital e, na linha de frente, do capital financeiro. O governo reconhece que há enormes privilégios tributários aos ricos. No entanto, para elevar o tributo dos milionários e bilionários é preciso derrotar a oposição que controla o Congresso Nacional oligárquico.

Nesse mesmo sentido, desenvolve-se o choque em torno à reforma administrativa, cuja função não é a de acabar com os privilégios da alta burocracia do Estado, mas sim sacrificar a maioria do funcionalismo.

Comprova-se que todas as pontas se ligam ao mesmo dinamismo, que é a dívida pública. Tanto a oposição quanto o governo consideram sagrada a sustentação da dívida, custe o que custar. No final das contas, como já está demonstrado sobejamente, o parasitismo financeiro bloqueia o desenvolvimento das forças produtivas e o resultado negativo é descarregado sobre a maioria oprimida, formada pela classe operária, classe média urbana arruinada e camponeses pobres.

Cabe aos revolucionários desmascarar a impostura do governo Lula, assim como combater os discursos da direita burguesa de que aumentar a alíquota sobre os super ricos supostamente prejudicaria a “competitividade” do país, escondendo o caráter parasitário da burguesia nacional e imperialista que vive do rentismo financeiro. O que prejudica a “competitividade” é justamente a brutal dívida pública. Somente a classe operária, apoiada na maioria oprimida, tem interesse e pode lutar pelo não pagamento da dívida pública e a destinação dos recursos economizados deve voltar prioritariamente ao combate ao desemprego, subemprego, miséria e fome. A bandeira democrática de que os capitalistas paguem os impostos, e nada de tributos sobre os explorados, conserva seu caráter transitório de levantar a classe operária e demais explorados em luta contra o sistema capitalista e sua burguesia parasitária.



BOLETIM CERQUI

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Versão em Português
Nº 41 | SETEMBRO DE 2025

Adquira o Boletim CERQUI e/ou outros materiais com um dos nossos militantes ou pelas nossas redes:

R\$ 5

(11) 9 5446-2020
@massas.por
massas.org
por@pormassas.org

Boletim do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Nº 5

A defesa da soberania nacional das nações oprimidas é parte do programa da revolução social

Responder às provocações, ameaças e ataques dos EUA à América Latina, organizando um movimento anti-imperialista

Somente a classe operária unida, por meio de suas próprias organizações, seus métodos de luta e seu programa, pode dirigir a maioria oprimida e derrotar a ofensiva imperialista

A tarefa é a de estruturar a frente única anti-imperialista

Defesa incondicional da Venezuela contra o cerco militar montado pelos Estados Unidos

Lutemos sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da América Latina



NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!

Participe do

ENCONTRO

OPERÁRIO

Entre em contato: (11) 95446-2020
@massas.por

• 25/10 (sáb)
• 17h
• Presencial

Nosso objetivo é construir comissões de fábrica e oposições sindicais democráticas, classistas e revolucionárias, para resgatar os sindicatos para a luta em defesa dos empregos, salários e direitos!



NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XXI - Outubro/2025

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com

pormassas.org | [@massas.por](https://www.instagram.com/massas.por)



São Paulo – ABC - Boletim Nossa Classe

Campanha Salarial dos Químicos 2025

Romper os limites da negociata e da política de conciliação de classes

Em assembleia realizada no fim de setembro, o Sindicato dos Químicos do ABC aprovou a pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2025. A proposta inclui piso salarial de R\$ 3 mil, reposição da inflação mais 5% de aumento real, PLR de dois pisos e vale-alimentação de R\$ 865,90, além da manutenção das cláusulas da Convenção Coletiva. A direção sindical anunciou que levará essas reivindicações à mesa de negociação com o patronato.

A aprovação da pauta expressa a vontade legítima dos trabalhadores de recompor seus salários e conquistar condições dignas diante da alta do custo de vida e da ofensiva patronal sobre direitos. No entanto, o conteúdo e o tom da campanha também refletem os limites do sindicalismo conciliador, que reduz a campanha salarial a uma disputa de percentuais em mesas de negociação.

Enquanto o setor químico acumula lucros, os reajustes continuam abaixo das necessidades reais da classe operária. A direção sindical, vinculada à lógica da “responsabilidade social” e ao diálogo institucional, mantém a categoria desarmada politicamente, apostando em acordos sem mobilização real e confiando nas boas intenções dos patrões.

A conciliação é um beco sem saída: não há aumento real duradouro sem enfrentamento direto com o patronato. Toda luta econômica tende a se transformar em política, e é nesse ponto que as direções reformistas recuam, temendo que a mobilização ultrapasse os limites impostos pela ordem burguesa.

A tarefa dos trabalhadores químicos é retomar as lutas com independência de classe. O que implica a constituição de uma oposição classista que se coloque por constituir os comitês de base nas fábricas e defenda as assembleias democráticas para que os operários possam aprovar o caminho para impor suas reivindicações.

Mais do que negociar cláusulas, é preciso questionar o poder patronal sobre a produção. O aumento real, a redução da jornada e a melhoria das condições de trabalho só serão conquistados com mobilização direta, solidariedade entre categorias e enfrentamento à exploração capitalista.

A Campanha Salarial 2025 deve ser encarada não como um rito anual de negociação, mas como um momento de reorganização dos explorados — um passo na luta por um programa operário que una as reivindicações imediatas à perspectiva de uma sociedade sem patrões e sem exploração.

Nota do Boletim Nossa Classe

O “poder que emana do povo” é uma farsa burguesa: denúncia ao desserviço político dos Químicos do ABC

O Sindicato dos Químicos do ABC publicou uma nota intitulada “O poder emana do povo”, reproduzindo, palavra por palavra, o artigo da Constituição burguesa que serve de disfarce para o domínio do capital. Sob o véu do “poder popular” e da “democracia”, o sindicato propaga um desserviço à classe operária, difundindo ilusões nas instituições que mantêm a exploração capitalista.

Enquanto a burguesia fecha fábricas, demite em massa e destrói direitos, os Químicos do ABC conclamam os trabalhadores a confiar no voto e no parlamento, como se o Estado burguês fosse um instrumento neutro, capaz de expressar a vontade dos explorados. Mas a realidade é implacável: o Estado “democrático” é a ditadura disfarçada da burguesia, o seu comitê executivo, como ensinou Marx.

Essa posição reformista é típica do sindicalismo atrelado à CUT e ao PT, que substitui a luta de classes pela política de colaboração de classes, a greve pela urna e o enfrentamento pela submissão. Fala em “povo” para esconder o essencial: a luta entre as classes. O poder, na sociedade capitalista, não emana do povo, mas dos donos dos meios de produção, dos banqueiros, industriais e latifundiários que controlam o Estado, a mídia e as eleições.

Em oposição a essa ideologia domesticada, o Boletim Nossa Classe, do Partido Operário Revolucionário (POR), cumpre um

papel de formação e combate político: denunciar as eleições burguesas como instrumento de dominação e afirmar que somente a ação direta, a greve, a ocupação e o controle operário da produção podem abrir caminho para o governo operário e camponês, expressão do verdadeiro poder das massas — o poder da classe operária organizada, armada e consciente de seus objetivos históricos.

A nota dos Químicos do ABC é, portanto, uma peça de despolitização que desarma a classe diante dos patrões e do Estado. Em vez de preparar a luta, prega a submissão às instituições da burguesia. Sob a bandeira da “democracia”, defende um dos regimes burgueses que oprime os trabalhadores e a maioria nacional oprimida.

É preciso dizer claramente que no capitalismo o poder não emana do povo, mas de quem detém os meios de produção, e que a emancipação dos trabalhadores não virá das urnas, mas da revolução social. Enquanto os reformistas se ajoelham diante do Estado burguês, os revolucionários erguem a bandeira da independência proletária. O verdadeiro serviço à classe operária é desmascarar as ilusões democráticas e preparar a luta pelo poder operário, pelo fim das ilusões eleitorais e por um governo operário e camponês.

Boletim Nossa Classe - Santa Catarina

Fim da greve dos eletricitários

A greve dos trabalhadores da CELESC, Centrais Elétricas de Santa Catarina acabou, após 11 dias de paralisação. Os trabalhadores aprovaram no dia 02/10, em assembleias realizadas em todo estado, um acordo intermediado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT). A greve, umas das maiores da última década, mostrou a capacidade de mobilização da categoria e sua resistência em defesa dos seus direitos, e que o salário se defende com greves e ocupações.

O acordo garante reajuste salarial pelo INPC, ampliação da gratificação de férias de 23% para 30%, pagamento do vale de janeiro e a recomposição integral das cláusulas financeiras com base no INPC. A paralisação histórica evidenciou a capacidade da categoria de enfrentar a exploração com os métodos da luta de classes.

O Partido Operário Revolucionário, que apoia a luta dos eletricitários, levanta a necessidade de ampliar as mobilizações desde a base pelo fim da escala 6/1 sem redução dos salários, pela revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização; garantia de um salário mínimo vital de R\$ 7.075,83 (cálculo do Dieese de setembro); fim das privatizações e reestatização do que já foi privatizado; contra os cortes no orçamento da saúde, educação e outras áreas sociais. Toda a força a luta dos explorados em defesa dos empregos e salários a todos que vivem da sua força de trabalho.

Que as Centrais sindicais convoquem um verdadeiro Dia Nacional de Luta com paralisações e bloqueios pela revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, pelos empregos, salários e direitos!

São Paulo

Operários enfrentam diariamente a precariedade do transporte coletivo

Durante a distribuição do Boletim Nossa Classe no Polo São Lourenço, os operários denunciaram a precariedade do transporte coletivo. Disseram que um ponto de ônibus foi colocado na calçada da fábrica Clever, após muitas reclamações dos moradores dos apartamentos populares, inaugurados no ano passado. No entanto, meses depois, a precarização veio à tona. O proprietário responsável pela frota de ônibus, que cobre São Mateus e bairros próximos, trocou alguns veículos novos por velhos e remanejou

os motoristas. O resultado não poderia ser outro: quebra constante dos veículos e atrasos dos ônibus da linha. O proprietário da frota só visa o lucro. Assim, os trabalhadores têm arcado com os preços altos das passagens e sofrem as consequências na fábrica pelos atrasos.

Os militantes do Nossa Classe, juntamente com um grupo de operários, fizeram um protesto no ponto de ônibus, exigindo mais transportes coletivos e o fim da precariedade.

São Paulo - ABC

Encontro do GECO discutiu independência sindical e consequências da desindustrialização na Região do ABC

O Encontro do Grupo de Estudos da Cultura Operária (GECO) realizado na Sede do SinTUFABC, em Santo André, no dia 29 de setembro, discutiu a necessidade da independência sindical e política e as consequências da desindustrialização na Região do ABC Paulista. Com base na leitura da nota "O sindicato deve ser independente de qualquer governo burguês e dos patrões!" publicada no Boletim Nossa Classe N.º 38/2025, discutimos a importância da luta em defesa dos interesses próprios da classe operária, a exemplo do aumento salarial e da estabilidade no emprego, em contraposição à política de adaptação a interesses burocráticos e corporativistas, que impõe mecanismos como gratificações, PLR, e acordos de demissão. Ressaltou-se a importância do combate político e ideológico à política burguesa por meio do desenvolvimento da política proletária.

Também iniciamos a discussão sobre as consequências do processo de desindustrialização e reestruturação produtiva na Região do ABCDMRR. Foi lida a matéria "Em 28 anos, região perde 58% das indústrias de grande porte" publicada em 2018 pelo Diário do Grande ABC, a qual, dentre outras informações, afirma que "a presença das indústrias com mais de 500 trabalhadores caiu de 120 para 50 (58,3%)" entre 1989 e 2016, números que certamente cresceram na última década. O estudo não objetivou discutir as causas da desindustrialização, mas foi destacado que o fechamento de fábricas acontece por razões distintas, como decisões patronais de transferência de planta, ou por falência das empresas, e que, em todo caso, os trabalhadores são os mais prejudicados, pois o

trabalho é a fonte de existência dos explorados. As demissões são criminosas e inegociáveis, por isso devem ser combatidas coletivamente com a ocupação da fábrica, greve, defesa da escala móvel de trabalho etc.

O fechamento de fábricas gera diversas mudanças sociais, tais como: I) o aumento do desemprego, na indústria e nos demais setores da economia, como comércio e serviços, inclusive no setor educacional; II) a redução do poder de compra e da capacidade de consumo da população, seja pelo desemprego ou pelos trabalhos precários com salários e direitos piores; III) o enfraquecimento da força coletiva dos trabalhadores; IV) o aumento da miséria na região; V) a queda na arrecadação de receitas públicas e na capacidade de financiamento ou investimento do Estado; VI) a transformação do perfil urbano e da paisagem, com construções abandonadas, servindo à especulação imobiliária, ou substituídas por outros empreendimentos, que modificam a ocupação do território - foram citados os casos da Av. Industrial em Santo André, hoje basicamente comercial, e da fábrica de Chocolates Pan em São Caetano do Sul, quase adquirida pela construtora Patriani.

Por fim, pontuou-se a necessidade de compreender as diferenças e relações entre aumento da produtividade, redução da produção industrial, fechamento de fábricas e desindustrialização e ficou estabelecido que aprofundaremos os estudos sobre esses temas, especialmente sobre as relações entre automação e desindustrialização na região.

Itaú expõe a lógica do capital: é necessária luta e organização dos trabalhadores

As demissões em massa ocorridas em setembro no Banco Itaú expõem, mais uma vez, a lógica brutal do capitalismo financeiro. Trabalhadores foram demitidos após serem monitorados às escondidas por programas de telemetria que espionavam teclado, cliques e navegação. A “quebra de confiança” alegada é apenas um pretexto para cortar custos e impor disciplina. A exposição pública dos explorados como se fossem culpados ou “vagabundos” é uma prática comum dos capitalistas.

O acordo apresentado pelo judiciário — parcela fixa de R\$ 9 mil adicional de até 10 salários e manutenção de taxa diferenciada de financiamento imobiliário — é limitado e imediato, e oculta a lógica estrutural que permite que os patrões demitam e destruam postos de trabalho enquanto acumulam lucros bilionários. O problema não se resume ao valor do acordo, mas à própria lógica do capitalismo, que coloca o lucro acima dos direitos dos trabalhadores. Aceitar compensações imediatas sem lutar por reintegração significa abrir mão do poder de negociação real dos explorados. O Itaú, ao expor e demitir trabalhadores, demonstra como o capital utiliza a tecnologia e a mídia para justificar abusos e controlar os trabalhadores.

O acordo proposto pela Justiça burguesa não tem sequer caráter disciplinar para o banco, que não sofrerá prejuízo algum ao arcar com tais valores, abrindo caminho para que outras instituições possam proceder de forma semelhante. Cabe mencionar que de acordo com funcionários do Itaú, muitos dos demitidos foram promovidos ou premiados por alto desempenho no último ano, prova de que a justificativa do banco sobre problemas de produtividade não se sustenta. Na realidade, a posição do banco visa amedrontar os demais trabalhadores para que aumentem a produtividade.

Além disso, a posição conciliatória do sindicato diante do acordo do Itaú deve ser combatida. Ao apresentar a proposta sem uma mobilização real da categoria e aceitar compromissos limitados, a

direção sindical reforça a lógica patronal e desestimula a organização dos trabalhadores. Essa postura demonstra a necessidade de uma sindicalização de base, combativa e independente, capaz de colocar os interesses da categoria acima da busca por acordos pontuais que apenas aliviam, mas não combatem as demissões. Os trabalhadores precisam de sindicatos que orientem a luta, promovam a unidade e não se curvem às pressões do capital.

É necessário ir além das demandas imediatas, organizando-se em torno de reivindicações que fortaleçam a classe e preparem o caminho para enfrentar as corporações financeiras, como o Itaú. Entre essas medidas estão a defesa do salário mínimo vital, garantindo condições dignas de vida para todos, e a adoção de uma escala móvel de horas de trabalho, reduzindo jornadas sem redução salarial em tempos de desemprego ou sobrecarga de trabalho, distribuindo o trabalho entre todos e combatendo a precarização. É fundamental também que os trabalhadores tenham controle sobre os processos e sistemas de monitoramento, garantindo transparência e proteção contra abusos patronais, e que se formem comitês com representação real nas negociações, fortalecendo a democracia sindical e de base, e impedindo decisões unilaterais das corporações. Além disso, é necessário expropriar o poder dos gestores que promovem demissões injustas, afirmando que o trabalhador é sujeito ativo das decisões sobre seu próprio destino.

Essas medidas são instrumentos para elevar a consciência de classe, unificar os explorados e preparar a luta. Os trabalhadores não devem se limitar a aceitar compensações imediatas; devem organizar-se, resistir e avançar rumo à emancipação. O caso do Itaú não é um problema isolado, mas reflete o capitalismo em decomposição, onde lucro e especulação valem mais do que vidas e direitos. A resposta é clara: mobilização, organização e luta intransigente contra as demissões e fechamento de postos de trabalho.

Ceará

Capitalistas atacam transporte público e buscam aumentar a passagem

No dia 29/09, os empresários de ônibus de Fortaleza decretaram um lockout (paralisação da oferta de serviços) parcial no sistema de transporte, suspendendo 25 linhas de ônibus e reduzindo a rota em outras 29. Além da população, a própria Prefeitura foi pega de surpresa, explicando que estava em plena negociação com os empresários com prazo de finalização para 31/10. O objetivo dos capitalistas foi tensionar para que a prefeitura libere mais dinheiro para os grupos empresariais. Hoje, a Prefeitura paga subsídios de R\$ 16 milhões por mês ao Sindiônibus ou R\$ 192 milhões por ano! Em troca, os empresários oferecem um serviço péssimo (atrasos, ônibus sucateados e lotados). Depois da enorme repercussão negativa e sob pressão da prefeitura de Fortaleza, o Sindiônibus reverteu a suspensão das 25 linhas de ônibus e a redução das demais.

Os empresários deixaram explícita a sua exigência por R\$ 7 milhões a mais por mês ou aumentar o valor das passagens. O Sindiônibus afirma que o preço “ideal” da inteira seria de R\$ 7,00.

Entre as linhas atingidas no dia 29/09 estava a do Campus do Pici (020), essencial para a locomoção dos estudantes da UFC. Em resposta a este lockout, plenárias e atos foram marcados pelas direções dos movimentos sociais, sendo um deles o ato marcado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFC no qual o POR participou ativamente.

O Partido Operário Revolucionário (POR), defende a necessidade de combater tais ataques com independência de classe. Jamais confiar nas palavras das instituições e políticos da burguesia. Só a classe operária e demais trabalhadores organizados podem pôr abaixo este maldito ditame da burguesia. Para isso, é imprescindível que as centrais, movimentos e sindicatos, em especial o sindicato dos rodoviários (Sintro-CE), constituam já comitês de luta para a realização de paralisações e bloqueios contra os empresários! Que o transporte público seja totalmente estatizado, sem indenização, sob o controle dos trabalhadores! Por passe-livre irrestrito para estudantes e desempregados!

**O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR).
Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em
defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.**

**ACESSE O NOSSO
SITE E REDES SOCIAIS
ATRAVÉS DO QR CODE**



Ceará – Fortaleza

Paralisação dos professores municipais e ato unificado contra reforma administrativa

Os professores da rede municipal realizaram uma paralisação geral nos dias 07, 08 e 09 de outubro, lutando por pontos de pauta específicos da categoria (pagamento de pecúnias, publicação das avaliações do estágio probatório etc.) e contra a reforma administrativa que tramita na Câmara dos Deputados. A adesão das escolas foi massiva, assim como a presença da categoria nos atos em frente à SME.

A burocracia do Sindiute (PT) convocou os professores à paralisação sem sequer passar pela assembleia da categoria. O magistério, dessa forma, foi privado de discutir coletivamente os problemas concretos e aprovar um plano de lutas. Durante os atos na SME, o microfone não foi aberto para falas dos professores de base. Alguns diretores fizeram rápidas intervenções deixando o controle geral do ato para a presidente, Ana Cristina, que monopolizou as falas e discursou por quase uma hora, no segundo dia.

No dia 09/10, ocorreu, como previsto, o ato unificado dos professores municipais com outros segmentos do funcionalismo, incluindo diversos servidores que vieram de cidades do interior por meio da FATAMCE. Entidades sindicais, centrais e movimentos sociais estiveram presentes. O Sindicato Apeoc (que compareceu apenas com uma pequena representação) não mobilizou os professores do estado para o ato, convocando a categoria para uma paralisação própria no dia 16/10. O ato unificado congregou mais de 4 mil pessoas e marchou da Praça da Imprensa até a Assembleia Legislativa. A paralisação de três dias do Sindiute (que repercutiu na imprensa e na Câmara de Vereadores) foi extremamente po-

sitiva, uma vez que em outros estados não têm havido paralisações contra a reforma administrativa. A burocracia tem acertadamente denunciado os ataques ao serviço público, mas se recusa terminantemente a defender a bandeira de uma greve nacional do funcionalismo para derrotar a PEC no Congresso.

A Corrente Proletária na Educação/POR interveio nos três dias de paralisação e no ato contra a reforma administrativa. Foi impedida de falar e teve que intervir por

meio do seu boletim, de suas bandeiras e da divulgação do jornal Massas. Em contrapartida, tem recorrido, cada vez mais, às passagens nas escolas para debater diretamente com os professores. A desarticulação da oposição (MOB) impediu que se tirasse proveito dos atos para propagandar a ideia de democracia sindical, independência de classe e denúncia de políticos petistas que têm apoiado pontos da reforma administrativa.

A tarefa do momento é furar o cerco da burocracia, divulgando os boletins sindicais e ampliando o calendário de visitas às escolas. É preciso construir a CPE/POR no magistério municipal e impulsionar a oposição classista e combativa (MOB) no magistério já!



205ª Plenária Nacional do SINASEFE – Formato “híbrido” mantém a base alheia à necessidade de erguer a luta contra a Reforma Administrativa e pelo atendimento dos acordos de greve!

Entre os dias 26 e 28 de setembro ocorreu a 205ª Plenária Nacional do Sinasefe (Sindicato dos Servidores da Rede Federal da Educação Básica, Profissional e Tecnológica) no formato “híbrido”, uma parte dos participantes em Brasília e os demais virtualmente. Percebe-se baixa participação da base, principalmente no espaço presencial, onde a grande maioria é composta por membros da Direção Nacional do Sinasefe (PT, UP, PCB, PSOL e de forma minoritária, o PSTU). A CPE/POR participou presencialmente, como delegada de base da seção de Pernambuco, Sindifpe (dirigida pelo PT).

A Plenária teve informes das seções, uma exposição sobre a questão da Palestina, e análise da conjuntura, principalmente considerando a ameaça de aprovação da Reforma Administrativa e o não cumprimento dos acordos de greve. Mas, a burocracia não utilizou a maior parte do tempo da plenária para construção do plano de luta, perdeu-se o sábado e o domingo com uma falsa polêmica entre os coletivos sobre o local do 37º Congresso do Sinasefe, que não será nem eleitoral nem estatutário, mas há uma preocupação da burocracia sindical de aprovar o apoio à Lula nas eleições presidenciais de 2026. O início da discussão era válida, pois a Coordenação de Administração e Finanças apresentou preocupação sobre os custos de um Congresso na segunda semana de dezembro no

Rio de Janeiro, por isso defendeu que fosse revista a decisão da 203ª Plenária, e que o Congresso ocorresse em Brasília, onde já há estrutura do Sinasefe. Mas, depois de votada e decidido que permaneceria no RJ, as falas sobre o local do Congresso continuaram, o que tomou tempo de sábado à tarde e domingo pela manhã, assim o plano de lutas ficou para o final da Plenária, com as pessoas cansadas e voltando para seus estados. Desta forma, a discussão sobre o local do Congresso serviu apenas para distrair da necessidade de construção da luta contra a Reforma Administrativa e levantar a base pelo acordo de greve, o plano de lutas se resumiu a orientar as seções a participarem da marcha em Brasília em 29/10, e de paralisação de 48 horas em 28 e 29/10.

Também foi dado informe sobre avanço do Proifes, sindicato patronal, na base do Sinasefe. O fato é que para se diferenciar da política do Proifes, a direção nacional e as seções devem organizar a retomada da luta pelo cumprimento dos acordos de greve e contra a Reforma Administrativa. É preciso convocar as assembleias presenciais nos campi e a plenária nacional presencial, que sirva para construção de ações unificadas com os trabalhadores e estudantes das universidades. A direção nacional do Sinasefe deve abandonar os métodos de pressão jurídico parlamentar, que só servem para deixar o governo Lula confortável para continuar

a política de ataques aos serviços públicos, e se apoiar na mobilização das reivindicações dos servidores, apostando nos métodos próprios de organização e mobilização da classe operária.

A CPE/POR atuou com manifesto, banca de materiais, distribuição do panfleto da Palestina do Comitê em Solidariedade à Palestina de Pernambuco e com fala. Defendemos a necessidade de a Plenária organizar uma luta ativa contra o genocídio do povo palestino, convocando as centrais sindicais, sindicatos, movimento estudantil e movimentos populares a construir uma frente única anti-imperialista. Isso significa que a direção do Sinasefe tem a tarefa de organizar a base para a luta contra as contrarreformas dita-

das pelo imperialismo e contra a aprovação da Reforma Administrativa. Não será pela via corporativa que conseguiremos enfrentar a aprovação da Reforma Administrativa, é preciso a unidade de todos os explorados contra as outras contrarreformas (Trabalhista, Previdenciária, Novo Ensino Médio). Por isso, defendemos um verdadeiro Dia Nacional de Luta, com paralisações, atos massivos de rua contra todas as contrarreformas; contra o arcabouço fiscal, que serve para sucatear e precarizar as condições de trabalho e estudo dos IFs. Para isso, é fundamental a unidade dos servidores públicos, privados, desempregados, estudantes e aposentados em defesa dos empregos, salários e direitos!

Encontro Regional de Mulheres do Sinasefe Nordeste

Que a luta em defesa da mulher expresse a política da classe operária de unidade dos explorados contra a opressão da burguesia

Entre os dias 03 e 05 de outubro ocorreu no IFBA, em Salvador/BA, o Encontro Regional de Mulheres do Sinasefe. Onde foram discutidas as questões que afetam diretamente a vida das mulheres, no trabalho e na família. Foi um espaço onde as servidoras expuseram e denunciaram as diferentes formas de violência às quais as mulheres estão expostas, não somente as servidoras, mas outras mulheres trabalhadoras, como as terceirizadas. Também foi reforçado a importância de espaços que garantam a participação e atuação das mulheres no sindicato, como o Sinasefinho.

Apesar de não ser um espaço deliberativo houve a construção de encaminhamentos para serem debatidos na Plenária Nacional do Sindicato. Nos encaminhamentos, observou-se a política reformista e corporativa das correntes pequeno-burguesas. Muito se falou da situação das mulheres terceirizadas, mas nos encaminhamentos a CPE/POR defendeu a bandeira de “Efetivação imediata, sem necessidade de concurso dos terceirizados”, e o PSOL logo se opôs, dizendo que a bandeira poderia fortalecer a Reforma Administrativa e que era necessário se agarrar à Constituição e à defesa dos concursos, e apresentaram a contraproposta de “desterceirização e abertura de concurso”, o que significa demitir todos os terceirizados, principalmente mulheres negras, que mal conseguem concluir o Ensino Médio. O Coletivo Movimento Escola Popular, dirigido pelo PCB, se absteve afirmando que era preciso discutir mais o assunto, pois era algo muito complexo. Desta forma, foi aprovada a “desterceirização”, sendo que já temos dificuldade de fazer críticas à terceirização, sem os terceirizados não acharem que não estamos por sua demissão, agora esta bandeira de “desterceirização” só dará munição à direita e ultradireita dizer que o sindicato defende a demissão dos terceirizados.

A defesa da bandeira de efetivação imediata dos terceirizados serve à necessidade de luta unificada dos trabalhadores. Foi o governo que destruiu os cargos, extinguindo a contratação por concursos. Denunciamos as pressões sofridas nas instituições de ensino enquanto servidoras, mas não chegamos nem perto do que as terceirizadas vivenciam nos IFs, com medo de perder o emprego. A defesa Constituição, de forma tão ferrenha, só mostra o quanto a diferença não se dá essencialmente pelo sexo, mas pela política proletária ou burguesa (ou, pequeno-burguesa) da direção sindical. E, o Encontro de Mulheres mostrou que ainda expressam uma direção pequeno-burguesa, que ora se choca com a opressão capitalista, mas que responde aos problemas sofridos nos limites da democracia burguesa. Mesmo que isso signifique abandonar a maioria das mulheres à própria sorte. Por exemplo, defendemos a ampliação do tempo de licença maternidade das servidoras, hoje 180 dias, enquanto as terceirizadas (quando conseguem manter o emprego) têm apenas 120 dias. Sem a defesa da efetivação imedia-

ta destas terceirizadas, a defesa do direito à maternidade ainda se dá de forma corporativa. Em relação à Constituição, o que se vê é a burguesia modificando com os Projetos de Emendas Constitucionais (PECs – Reforma Trabalhista, Previdenciária etc.), que servem para atacar os direitos da maioria explorada, enquanto isso as correntes reformistas como PSOL temem defender a efetivação de terceirizados, e o fortalecimento da unidade dos trabalhadores dos serviços públicos, por zelo à Constituição.

A CPE/POR atuou no Encontro defendendo que servisse ao fortalecimento da luta contra a Reforma Administrativa e pelo atendimento dos acordos de greve. Defendemos a necessidade da maioria explorada contra o avanço da opressão capitalista, que fere diretamente a vida das mulheres. Defendemos a necessidade das creches e brinquedotecas nos locais de trabalho e estudo. Em resposta à quantidade de mulheres arrimo de família, defendemos o salário-mínimo vital, que atenda todas as necessidades da família trabalhadora. Defendemos o emprego, contra o desemprego, superexploração que sobrecarrega às mulheres, e, em resposta à prostituição das mulheres trans. Além disso, distribuímos manifesto, montamos banca e fizemos falas. Fizemos campanha pelo fortalecimento dos comitês em defesa da Palestina, divulgando o trabalho do Comitê de Solidariedade à Palestina de Pernambuco, com venda de camisetas, como parte da campanha financeira do comitê e ajudando na construção da nota de rechaço ao genocídio do povo palestino.

R\$5

**Adquira
com o
distribuidor
do jornal
Massas:**

**A mulher
no processo
revolucionário**



Textos dos clássicos do
marxismo e do POR boliviano
sobre a questão da mulher

2ª edição



POR
PARTIDO OBRERO
REVOLUCIONARIO



MASSAS
JORNAL DE CULTURA E LUTAS REVOLUCIONARIAS

São Paulo - Nota do Boletim da Corrente Proletária na Educação '

Tarcísio impôs o desmonte dos projetos de pasta, de Sala de Leitura e PROATIs

Feder divulgou um comunicado, no final de setembro, extinguindo as Salas de Leitura, os PROATIs e demais projetos da pasta. E os professores que estavam atuando nestes projetos deveriam assumir as salas de aula até 30/09. Dada a urgência em deslocar os professores para atribuição de aulas na própria escola, as Diretorias de Ensino chamaram reuniões extraordinárias para explicar como funcionaria o encerramento dos contratos e a abertura dos novos com aulas atribuídas.

Os setores de Atribuição das DEs receberam a orientação do Setor Geral para utilizarem a Resolução 095/24 e adaptá-la, fazendo o remanejamento de todo o pessoal da ativa, excetuando os professores readaptados, que se estiverem na direção dos projetos deverão ser mantidos até segunda ordem. Assim foi escrito com todas as letras que: 1) Efetivos e estáveis categoria F serão devolvidos para salas de aula na escola que estiverem trabalhando e rodará a escala de atribuição para que os mesmos completem a jornada. Caso não consigam, deverão ir para DE à procura de aulas; 2) Os contratados depois deste percurso se não encontrarem aulas disponíveis têm de ficar acessando a SED até encontrar aulas disponíveis. Se deixarem de acessar por um mês, terão seus contratos cessados e ficarão sem trabalho por 5 anos.

Como todo mundo sabe, as aulas livres e mesmo as de substituição estão escassas, por conta do fechamento de salas de aula que tem ocorrido bimestralmente. Portanto, a tendência do professor contratado é ficar desempregado, pois as DEs continuam com a política de não atribuir aulas picadas e muito menos para quem está sem contrato.

Trocando em miúdos: o governo do direitista Tarcísio está destruindo mais uma parte da educação pública para atingir seu obje-

tivo de economizar R\$ 10 bilhões ao ano e privatizar a maior parte das escolas.

Assim que a Corrente Proletária soube do Comunicado iniciou a campanha contra mais esse ataque do governador. Ao contrário, a direção do sindicato não respondeu prontamente, precisou ser pressionada pelos professores atingidos pela medida de Tarcísio. Num primeiro momento, orientou que os professores prejudicados procurassem o departamento jurídico. A diretoria do sindicato só percebeu a gravidade do problema justamente agora, quando Tarcísio cortou centenas de professores que tinham algum tipo de licença médica. Assim resolveu dar mais uma resposta jurídica: uma ação coletiva. Em seguida, chamou uma Plenária extraordinária para explicar o conteúdo do Comunicado do governo e a Ação judicial coletiva. Na Plenária, ficou claro que Tarcísio ataca as salas de leitura, porque ataca a educação presencial e, em segundo lugar, porque quer aumentar o corte de gastos.

A Corrente Proletária interveio assinalando que o caminho para barrar mais esses ataques do governo é o da convocação da assembleia e a aprovação da greve. E que é imperativo a organização dos professores para responder também a reforma administrativa, que está prestes a ser aprovada no Congresso Nacional.

Diante da pressão dos professores, a direção da Apeoesp disse que convocaria os professores para as manifestações convocadas pela CNTE, em 29 de outubro.

Dias depois, a Apeoesp ganhou uma liminar contra as medidas de Tarcísio e até o presente momento não há nenhuma indicação de assembleia ou manifestação para o dia 29 de outubro.

Intervenção da Corrente Proletária na eleição de pré-delegados ao Congresso da Apeoesp

Na Cidade de Salto

Em Salto, a direção regional, apesar de compor a chapa 1 da diretoria, não acatou a política de corte de 20%, defendida pelo PT/Articulação e correntes do PSOL. Assim, no Encontro Regional, a Corrente Proletária pôde defender a tese 3. Tratou-se de uma conduta de defesa da democracia sindical.

O militante da Corrente Proletária destacou os pontos centrais da Tese 3: 1) a crise econômica mundial; 2) as guerras de dominação na Ucrânia e Faixa de Gaza; 3) o genocídio do povo palestino; 4) os ataques de Trump ao Brasil; 5) o governo Lula como de continuidade da política econômica dos governos anteriores;

6) a incapacidade da diretoria da Apeoesp de responder ao plano privatista de Tarcísio e Feder; 5) a defesa da educação pública, gratuita e voltada à produção social.

Após as apresentações das Teses, houve a discussão e a eleição da delegação. A Corrente Proletária teve direito a um delegado.

Em Mauá, ABC

Em Mauá, apesar da chapa 1 defender o corte dos 20%, venceu a democracia sindical, garantindo a proporcionalidade direta. O Encontro contou com 49 pré-delegados, divididos em 03 blocos:



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

A 13ª edição da Revista Proletária da Educação está sendo publicada em um momento de agudização da crise do capitalismo, com o recrudescimento das guerras, das tendências bélicas e fascizantes. A Educação, como parte da superestrutura, é determinada - em última instância - pela estrutura da sociedade, ou seja, pelas forças produtivas e pelas relações de produção. Sendo assim, acaba necessariamente refletindo a crise do modo de produção capitalista.



1) Articulação/Chapa 1; 2) Chapa 2: Corrente Proletária, PSTU, Oposição Revolucionária e Independentes; 3) LOI, ex-corrente da chapa 2.

Durante a leitura do Regimento interno, o militante porista pediu destaque no artigo que tratava da inscrição de teses, como garantia de intervenção e defesa da Corrente Proletária. A Oposição Revolucionária pediu destaque no parágrafo que impunha o famigerado corte de 20%, uma deformidade burocrática que elimina a democracia sindical. Como não poderia deixar de ser, a Articulação defendeu o corte de 20%, sendo posteriormente rechaçada pelos pré-delegados que gritavam "Vitória da Democracia Sindical", que representou 60% do plenário.

O militante porista da Tese 3 compôs a mesa de Conjuntura, juntamente com outras correntes. Durante as exposições, ficaram claras as divergências em relação à situação mundial, a caracterização do governo Lula como de frente ampla, a resposta de Lula diante do tarifaço de Trump e da política das direções sindicais. A Articulação sindical trouxe um diretor do sindicato para defender as posições contidas na Tese 1, assim, centrou sua intervenção na denúncia do golpismo de Bolsonaro para ressaltar a democracia do governo Lula. E a necessidade de reelegê-lo em 2026, bem

como os parlamentares do PT e de aliados. A Corrente Proletária, por sua vez, assinalou o caráter de classe burguês do governo Lula e a bandeira de Oposição Revolucionária ao governo. Assinalou a vigência da formulação leninista de que o capitalismo na fase imperialista é de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Daí a importância da bandeira da frente única anti-imperialista para combater a opressão capitalista. E a tarefa dos explorados é a da luta para pôr fim ao capitalismo e erguer a sociedade socialista.

As posições da Corrente Proletária estavam em choque com as defendidas pelo burocrata, que sem argumentos, passou a acusar o militante porista e o próprio Encontro como sendo de "cartas marcadas". Diante do plenário hostil às posições da direção da Apeoesp, o burocrata deixou o Encontro.

Após este episódio, ocorreu a defesa das teses. Houve a junção de teses. O resultado foi: 1) LOI 19 votos ou 40% do plenário; 2) CHAPA 2 + Independentes, 14 votos ou 30% e 3) Chapa 1/ARTICULAÇÃO 14 votos ou 30% dos votos. Dos 20 delegados de Mauá, a LOI ficou com 7 + 1 aposentado; a CHAPA 2 + Independente, 5+1 Aposentado e a Articulação/Chapa 1, 5 + 1 aposentado. Coube à Corrente Proletária um delegado.

Rondônia

O governador Marcos Rocha rasga o acordo que pôs fim à greve

No dia 26 de agosto, os trabalhadores em educação do estado de Rondônia em decorrência da pressão judicial orquestrada pelo coronel Marcos Rocha encerraram a greve iniciada no dia 6. A Justiça ameaçou anular a representatividade do sindicato e chantageou sua direção. A burocracia acabou assinando o acordo, com o argumento falacioso de que era a única forma de proteger os grevistas e o sindicato.

Depois de pouco mais de um mês, ficou clara a posição do governo e da Justiça de usar as ameaças para pôr fim à greve e não atender as reivindicações. No dia 1 de outubro, o Sintero apresentou a notícia de que o governador não cumpriu o acordo assinado pelo sindicato para o encerramento da greve, portanto, não cumpriu o que foi firmado com a direção do sindicato.

A militância da Corrente Proletária da Educação (CPE/POR), participou ativamente da construção e das atividades da greve e, na ocasião, mostrou que foi um erro a representação da entidade ter aceitado o acordo de fim da greve. Agora, confirmou a posição da Corrente Proletária.

Essa é uma lição que os trabalhadores não podem esquecer. As ameaças do judiciário ao sindicato e aos grevistas só poderiam ser respondidas com a luta, ampliando a greve, ganhando as ruas e unificando com outros setores de trabalhadores. Depositar confiança na Justiça e na palavra do governo foi um grave erro da direção do Sintero.

Depois de serem ludibriados, os burocratas do sindicato dizem que vão tomar as medidas legais para que o governo cumpra o acordo. Mais uma vez, vão atrás da Justiça, a mesma que ameaçou o sindicato e os grevistas.

Essa política da direção do Sintero acaba aumentando o descontentamento de uma parcela de trabalhadores da educação, que busca a desfiliação. O que aumenta a tarefa da camada mais consciente, que faz oposição à direção do sindicato, de trabalhar junto às escolas para ganhar essa camada para a luta contra essa direção sindical.

A Corrente Proletária procura reunir os trabalhadores da educação para fortalecer esse polo oposicionista, objetivando recuperar o sindicato para a luta em defesa das reivindicações e dos métodos próprios dos trabalhadores. Não por acaso, chama a atenção da importância em acreditar em nossas próprias forças, na independência do sindicato diante dos governos e das instituições do Estado, entre elas, a justiça.



LANÇAMENTO FOLHETO

Isaac Deutscher

SOBRE O HOMEM SOCIALISTA

Adquira com um distribuidor do Jornal Massas por apenas: R\$ 5,00

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MASSAS

São Paulo

Novos ataques do governo estão por vir

Direção da Afuse e governo negociam a eliminação de direitos

Nossa tarefa: exigir a convocação de assembleia

A Direção da Afuse é uma direção conciliadora e se recusa a convocar assembleia para que os funcionários de escola possam defender suas reivindicações. Uma verdadeira direção classista precisa de assembléias para a categoria organizar a resistência para impor suas reivindicações e lutar contra a retirada de direitos.

A política de conciliação de classe leva a categoria a acreditar no canto da sereia. No dia 6 de outubro, a direção do sindicato colocou na rede social o informativo “Afuse discute novo plano de carreira, com SEDUC, cobra remoção para 2026 e progressão para aposentados” e destaca que “o debate agora trata do impacto financeiro da tabela de subsídios no Orçamento de 2026, das trilhas de trabalho e da criação de um novo módulo.” E neste caminho de suposta negociação, a direção exalta “A Afuse segue a lutar e trabalhar para impedir retrocessos e ampliar as conquistas para a categoria”.

A direção do sindicato desconsidera o real objetivo da Reforma administrativa. Esconde dos funcionários que o plano de carreira do governo é o de retirada de antigas conquistas, conforme exige a reforma administrativa.

A direção da Afuse não convoca assembleia para que a base discuta e decida como organizar coletivamente o enfrentamento a mais essa contrarreforma. O plano de carreira presente nas “mesas de negociação” entre direção da Afuse e governo está de acordo com a reforma administrativa de ataque aos salários, imposição dos subsídios e eliminação da estabilidade do funcionalismo público. É o de avanço da privatização, e da terceirização e dos contratos temporários.

Ao contrário da política da direção da Afuse, o momento exige a convocação de assembleias e a unidade com os demais servidores públicos para derrubar a reforma administrativa que está para ser votada no Congresso Nacional, mas que Tarcísio de Freitas vem impondo por meio das negociações com a direção do sindicato.

A Corrente Proletária, que faz oposição à direção da Afuse, denuncia as negocia-



A direção da AFUSE reuniu-se nesta segunda-feira (6) com representantes do governo do estado de São Paulo para discutir o novo Plano de Carreira. O debate agora trata do impacto financeiro da tabela de subsídios no Orçamento de 2026, das trilhas de trabalho e da criação de um novo módulo.

Durante a negociação com o Secretário Executivo da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC), Vinicius Neiva, e com a Coordenadora da Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos (CGRH) da Secretaria da Educação, Camila Segismundo, o sindicato também cobrou a Remoção para o exercício de 2026, o pagamento da Progressão a aposentadas(o)s que ainda não receberam a totalidade dos valores a que fazem jus e solicitou um calendário de ações do Quadro de Apoio Escolar (QAE) para o próximo ano.

A AFUSE segue a lutar e trabalhar para impedir retrocessos e ampliar as conquistas para a categoria.

A DIRETORIA - SP 6/10/2025

ções entre o governo e a direção do sindicato em torno do plano de carreira. E chama os funcionários a compor esse agrupamento classista e de luta para exigir a convocação de assembleia estadual e aprovar a luta contra mais esse ataque do governo.

Rio Grande do Norte

Boletim da Corrente Proletária na Educação

Boletim da Corrente Proletária, de outubro, traz a nota central com o título “Agrava-se a ofensiva contra a educação pública”. Diz: os prefeitos, sobretudo de Natal e de São Gonçalo do Amarante (SGA), criam manobras para impedir a resistência dos professores. Em Natal, além da odiosa fragmentação da categoria em três regimes, dificultando a unidade, há ainda um grande ataque contra o direito ao planejamento (hora-atividade); já em SGA, o prefeito resolveu impor o ponto eletrônico, a fim de bloquear a luta dos professores, abrindo precedentes para perseguição, desconto salarial e, inclusive, assédio moral.

É importante organizar a resistência em unidade com as demais categorias do magistério. As reivindicações dos temporários do estado devem ser incorporadas na mesa de negociação entre o Sinte e o governo, sobretudo a luta contra o calote do 13º e 1/3 de férias. A chave da organização dos trabalhadores é a construção da unidade. Por isso, é muito importante a solidariedade com o professor Rafael Belizário, que foi demitido por questionar a estrutura clientelista da SEDUC Ceará. Esses passos permitirão unificar os trabalhadores em educação, de modo a organizar a luta coletiva e com independência.

Rio de Janeiro

O Congresso da UFRJ expressa a necessidade de um movimento estudantil revolucionário

No último final de semana de setembro – dias 27 e 28 – aconteceu o 2º Congresso Estudantil da UFRJ, reunindo as organizações de luta presentes na universidade e com o objetivo de discutir questões da conjuntura universitária, mas também nacional e internacional. O que se viu na mesa de abertura do Congresso foi o rebaixamento do movimento estudantil ao utilizar a visibilidade do Congresso para inflar a figura do reitor, Roberto Medronho, recebido com aplausos e presentes pelos estudantes.

Além do reitor, a mesa de abertura contou com o deputado Glauber Braga, além de representantes da UP, FASUBRA e da pró-reitora de graduação. Nessas condições, a combatividade ficou escanteada e o que se viu foi a reprodução de discursos genéricos da reitoria em apoio ao movimento estudantil – atualmente liderada pelo Correnteza – e fraseologia eleitoral ao destacar a atuação de parlamentares progressistas na justiça burguesa, vide o já citado Glauber Braga e a vereadora Talíria Petrone (PSOL).

Durante os dois dias, ocorreram grupos de trabalhos e painéis temáticos abordando questões da situação da UFRJ, além de questões nacionais e internacionais. Como não possuíamos delegados no Congresso, a atuação do POR foi limitada à participação somente do painel em defesa da resistência Palestina, onde uma de nossas militantes fez uma fala em defesa da constituição da frente única anti-imperialista.

Já as demais correntes expuseram suas teses, as quais deixaram evidente o seu deslocamento de qual deve ser o caminho para os estudantes. Dentre eles, o movimento RUA – Juventude Anticapitalista defendeu uma tese que destaca, entre vários pontos, a defesa pela transferência de vagas do setor privado de educação para público sem levantar a bandeira da expropriação sem indenização da burguesia que controla a educação privada no país.

Além disso, o movimento salienta a defesa de cotas trans – pauta essa defendida por outras organizações presentes – e um vestibular indígena para garantir o acesso desses grupos ao ensino público superior. Por mais que as caracterizações em torno das condições econômicas e sociais desses grupos estejam corretas, a resposta não passa da defesa de mais cotas ou vestibulares a parte, ao contrário da defesa do vestibular e de qualquer barreira que

discrimine o acesso da população à educação pública, científica, laica e vinculada a produção social como defendemos.

Já a tese do DCE, encabeçado pelo Correnteza, os problemas programáticos giram em torno da ausência da defesa de que os estudantes encarnem os métodos próprios da classe operária, como as greves, piquetes, ocupações etc. Fora isso, a defesa de uma assembleia geral universitária com os estudantes, professores e trabalhadores também não é colocada, destacando somente as “conquistas” dos últimos anos do movimento, como a ampliação dos bandejões, a defesa dos terceirizados – mas sem defender o fim da terceirização – a ampliação de políticas estudantis e outras questões.

O POR, apesar de não possuir delegados, pode intervir com um manifesto em que destaca quais são os caminhos a serem tomados pela vanguarda estudantil juntamente com os trabalhadores e professores da universidade. Que os estudantes incorporem os métodos próprios da classe operária em defesa da reforma e autonomia universitárias. Nenhuma ilusão no governo federal e reformas institucionais! Somente os estudantes organizados em conjunto com os trabalhadores e professores serão capazes de suprimir as necessidades imediatas da maioria oprimida por meio da ação direta e a incorporação dos métodos próprios da classe operária.

São Paulo - ABC

FONAPRACE e os limites da assistência estudantil sob o Estado burguês

O II Encontro Regional Sudeste do FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis), realizado entre 8 e 10 de outubro de 2025 na Universidade Federal do ABC (UFABC), expressa com clareza o caráter contraditório das políticas de assistência estudantil sob o capitalismo. A pauta, centrada em temas como “desafios da permanência”, “acessibilidade”, “saúde mental” e “estratégias afirmativas”, traduz o esforço institucional de administrar a miséria e o sofrimento estudantil sem romper com as bases materiais que os produzem.

Realizado no interior da ANDIFES, associação que reúne a burocracia gestora das universidades federais brasileiras, o FONAPRACE é um organismo de gestores que opera sob as diretrizes do Estado capitalista. É o braço assistencial da política de contenção social dentro das universidades. Sua função, longe de enfrentar as causas estruturais da desigualdade educacional, é a de regulamentar a precarização da permanência estudantil, transformando direitos em “programas” e “projetos” dependentes de verbas contingenciadas e critérios meritocráticos.

Ao debater “a permanência na pós-graduação” ou “a saúde mental”, o FONAPRACE evita deliberadamente discutir a raiz da exclusão: o caráter de classe da universidade. Como indica o programa da Corrente Proletária Estudantil, a universidade é uma instituição de classe, criada pela burguesia para reproduzir a divisão social do trabalho, formando quadros técnicos e gestores subordinados às leis econômicas de exploração do trabalho e acumulação de capital. A assistência estudantil, nesse contexto, não emancipa — administra a carência.

As políticas afirmativas e os programas de inclusão, embora expressem conquistas parciais arrancadas pela luta da juventude oprimida, são convertidas pela burocracia universitária em instrumentos de legitimação do sistema. O discurso da “diversidade” serve para mascarar a realidade: a universidade segue submetida

ao mercado, às fundações privadas e ao controle das agências imperialistas que definem o destino do ensino superior brasileiro. A “inclusão” mascara o caráter restritivo e se faz dentro dos limites do capitalismo semicolonial.

Os próprios encontros regionais do FONAPRACE revelam a estrutura burocrática que esvazia o protagonismo estudantil. As mesas são ocupadas por gestores e pró-reitores, e não por estudantes e trabalhadores. A “participação” é formal, mediada por uma casta tecnocrática e conciliadora que separa o debate político da luta real nas universidades. Assim, o FONAPRACE atua como mediador da crise, e não como expressão da resistência de quem vive essa crise.

É preciso romper com a ilusão reformista de que a assistência estudantil pode ser democratizada dentro da universidade burguesa. O que se impõe é a luta pela estatização completa do sistema de ensino, sob o controle de quem estuda e trabalha, com financiamento público integral e organização autônoma frente ao Estado e às igrejas — como aponta o programa proletário do POR. A verdadeira democratização não virá de planos de permanência, mas da destruição da universidade de classe e da construção de uma nova, vinculada à produção social e às necessidades coletivas. Evidentemente, esse objetivo depende do desenvolvimento da luta pelo ingresso e permanência de toda juventude na universidade.

Enquanto o FONAPRACE continuar a reproduzir a lógica da gestão e do gerenciamento, a juventude trabalhadora seguirá sendo convidada apenas a narrar sua sobrevivência, não a transformar sua realidade. A tarefa revolucionária é outra: organizar a luta estudantil e operária pela expropriação da educação privada, pela constituição de um sistema único de educação, totalmente estatal, gratuito, científico e vinculado à produção social, permitindo a combinação dos estudos com o trabalho, na perspectiva da construção de uma educação socialista.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Pernambuco

“Tribunal Popular” em Jaqueira-PE ouve camponeses do Barro Branco e julga crimes dos latifundiários e do Estado

No dia 05 de outubro, foi realizado o ato político denominado “Tribunal Popular: De quem são as terras da falida Usina Frei Caneca?”, organizado pela Liga dos Camponeses Pobres (LCP) e entidades parceiras. A militância do POR participou da atividade, tendo uma integrante da Corrente Proletária na Educação como uma das juradas. O tribunal foi presidido por Jorge Moreno, juiz aposentado, integrante da Associação Brasileira de Advogados Populares (Abrapo). Dentre os jurados estavam o dirigente camponês maranhense Luiz Vila Nova, que participou da fundação do PT, CUT e da primeira direção nacional do MST e hoje integra o Comitê de Solidariedade às Lutas pela Terra (Consolute); Ahmed Shehada, presidente do Instituto Brasil Palestina (Ibraspal); Rosa Ferreira da Associação Pernambucana de Anistiados Políticos, filha de militantes do PORT que atuaram nas Ligas Camponesas; Fred Cahete da Revolução Brasileira; Paulo Rubem Santiago, ex-deputado federal, da Rede; Rodrigo Dantas, presidente do sindicato dos professores municipais de Cabo de Santo Agostinho, além de uma liderança indígena, uma pesquisadora e uma escritora.

Jorge Moreno abriu o “tribunal” afirmando que sua validade dependerá da luta, que seria “uma imagem do futuro quando o povo julgará aqueles que sempre nos julgaram”. Seguiu-se um rito em que uma posseira de Barro Branco submeteu ao tribunal popular a queixa de que a propriedade da terra da Usina Frei Caneca deve pertencer aos seus trabalhadores, os presentes votaram simbolicamente por aceitar que o tribunal popular julgue a causa. Apresentaram-se quatro advogados populares. Um integrante da LCP, apresentou o caso, conectando a resistência dos posseiros com as lutas que se desenrolaram nesse mesmo território, ocupado originariamente pelos Caeté, conhecidos pela bravura no enfrentamento aos colonizadores portugueses; parte do Quilombo dos Palmares e onde os cabanos também lutaram. Os camponeses de hoje foram apresentados como os descendentes dos indígenas e negros que protagonizaram essas lutas. As famílias posseiras estão há muitas gerações nessas terras, algumas há centenas de anos.

Foi disponibilizado aos jurados um Dossiê sobre as gravíssimas lesões aos direitos humanos dos camponeses da comunidade do Engenho Barro Branco no bojo do conflito com as empresas Usina Frei Caneca S/A e Agropecuária Mata Sul S/A, no município de Jaqueira, região da zona da mata sul, Pernambuco. Na exposição e no documento, foi apresentado o percurso de desenvolvimento do latifúndio e das famílias oligárquicas, desde as capitânicas hereditárias, passando pela Lei de Terras de 1850, que determina o acesso por meio da compra, até a constituição dos engenhos e Usinas. A presença estatal na região se deu no enfrentamento às revoltas, constituindo em 1850 a Colônia militar Pimentearas; em 1874 a Colônia Orfanológica Izabel e em 1886 a Colônia Izabel, com a implementação de um Engenho de Açúcar, com maquinaria avançada para os padrões da época, que servia como escola industrial para os órfãos da Colônia. Esse embrião da Usina ficou sob a administração direta do governo de Pernambuco até 1904, quando ocorreu o primeiro arrendamento. Depois, a Usina foi arrendada para o senador Fábio da Silveira Barros, até o ano de 1927, quando foi privatizada para a Sociedade Industrial Silveira Barros. Até hoje são os descendentes dessa família oligárquica que são proprietários das terras.

Ao longo do século XX, a Usina entrou em decadência, expressando a crise do setor sucroalcooleiro, e encerrou suas atividades em 2003. Porém, não decretou falência, uma forma de impedir a penhora e liquidação dos bens para pagamentos das dívidas tra-



balhistas, com a União e com o estado de Pernambuco. A soma das condenações em processos trabalhistas ultrapassa R\$9 milhões e a dívida ativa com a União é de mais de R\$175 milhões. Alguns trabalhadores fizeram acordos judiciais em que a dívida era trocada por parte da terra, mas tais acordos nunca foram implementados. Mesmo o direito à propriedade por meio do usucapião não foi garantido aos posseiros, há dezenas de ações judiciais em trâmite, porém, a articulação entre o Estado e os latifundiários impede até mesmo a implementação da legislação burguesa.

Até 2013, os arrendamentos eram feitos para empresas que continuavam a exploração de cana de açúcar, a exemplo do contrato com a Agoindustrial Javari LTDA, empresa depois envolvida no conflito agrário que resultou no assassinato, em 2022, do menino Jonatas, de 9 anos, em ação de pistolagem dentro da casa da família de uma liderança dos trabalhadores rurais, no Engenho Roncadorzinho em Barreiros-PE.

No fim de 2013, a Usina Frei Caneca celebrou um contrato de arrendamento por 30 anos pelo valor de 150 arrobas de boi por ano, (em valores atuais cerca de R\$34 mil) um valor muito abaixo do mercado, indicando a fraude, na medida em que as dívidas acumuladas continuam vinculadas ao CNPJ da Usina Frei Caneca. Iniciou-se a substituição da exploração com base na cana pela pecuária de corte, cuja necessidade de força de trabalho é menor. Para expulsar os camponeses que vivem nas terras, cujas gerações foram exploradas pela usina, ampliou-se a violência contra os posseiros, com a ação de pistoleiros e policiais militares, ameaças de morte com a divulgação de “marcados para morrer”, destruição de plantações, e poluição das águas com fezes e urina de gado e despejo de veneno (agrotóxicos) por via aérea. Diante do acirramento dos conflitos, a Promotoria Agrária do Ministério Público mediou um acordo em que após a empresa colher a cana, os antigos moradores poderiam seguir com suas atividades agrícolas nas terras tomadas pela empresa, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta. Em 2018, as terras foram subarrendadas para a Agropecuária Mata Sul, com validade até 2072, com carência por 20 anos, uma manobra jurídica para fugir das responsabilidades. Por trás da empresa, mesmo sob o nome de terceiros, está Guilherme Maranhão, de família oligárquica que atua no nordeste desde o século XVII.

A partir de 2024, passou a atuar na região também a milícia ruralista autodenominada “Movimento Invasão Zero”, presidida por José Antônio Fonseca de Melo, defensor público aposentado, que preside o Invasão Zero em Pernambuco. A Milícia Invasão Zero conta com uma frente parlamentar com mais de 200 depu-



tados e senadores e é responsável pelo assassinato da liderança indígena Nega Pataxó, na Bahia, em 2024 e já foi denunciado pela Comissão Internacional dos Direitos Humanos à ONU enquanto uma organização terrorista.

Em 28 de setembro de 2024, ocorreu a ação mais violenta em que tentaram destruir casas e plantações com 50 pistoleiros, cães de grande porte, 14 picapes e duas retroescavadeiras. José Antônio Fonseca de Melo comandou a operação pessoalmente e saiu ferido. Os camponeses se autodefenderam, ainda assim houve três baleados: dois camponeses, uma delas que estava cuidando das crianças, e uma estudante da UFPE. A PM atuou protegendo os latifundiários e ninguém foi punido por esses crimes. Na sequência, cresceu a criminalização da LCP, com policiais interrogando crianças e o Ministério Público intimidando a comunidade com presença policial nas assembleias da associação. Em outubro de 2024, os camponeses ocuparam uma nova parte das terras e criaram a Ocupação Menino Jonatas, onde instalaram uma porteira que controlava o acesso à comunidade, revezando-se na segurança e avisando sobre a aproximação de policiais ou capangas. A empresa conseguiu uma liminar de desocupação de terras, em um processo cheio de vícios. A constituição da “Comissão de soluções fundiárias”, do Tribunal de Justiça, tem se constituído como uma armadilha para interromper a luta e chantagear os trabalhadores, com promessas nunca cumpridas de entrega das terras em troca do abandono de qualquer medida de autoproteção e resistência. Além disso, a comunidade é chantageada com a ameaça de que se voltarem a lutar, a ação de reintegração de posse seria continuada. Ao longo dos anos várias formas de perseguição judicial têm sido feitas, com criminalização das lutas, prisões arbitrárias e até mesmo acusação de tráfico de drogas.

Sobre as condições de trabalho, a forma arcaica do cambão vigorou por muito tempo, em que o camponês trabalha nas terras do patrão em troca do direito de cultivar seu próprio roçado. As legislações trabalhistas que demoraram a chegar ao campo, mesmo quando aprovadas tinham a validade, na palavra das oligarquias “da porteira para fora”. Assim, mesmo depois de 1988, a exploração do trabalho se deu sem proteção, com trabalhadores sem jornada definida, sempre à disposição da Usina para fazer qualquer tipo de serviço.

O primeiro testemunho foi de um agricultor de 65 anos do assentamento do Catende, Engenho Santa Luzia, dentro das terras da falida Frei Caneca. Ele contou que não frequentou a escola e começou a trabalhar aos 12 anos. Teve a carteira assinada pela usina dos 14 aos 37 anos, fazendo trabalhos de corte de cana, encher caminhão e moagem na Usina. Nessa época era proibido plantar outras coisas, se plantasse feijão, capangas arrancavam. “A gente vivia cercado, que nem os bichos. Quem descarregava o caminhão podia ser chamado a qualquer hora, por isso não podia sair do engenho”. Quando a Usina faliu, ele foi demitido, sem indenização. O Engenho Santa Luzia foi desapropriado pelo Incra como terra

coletiva em 2008 e a LCP fez o “corte da terra”, demarcando a parcela de cada família, com 10 hectares cada. O agricultor mostrou grande agradecimento à LCP, atribuindo à ela a conquista real da terra. Porém, ao ser perguntado por um dos jurados, mostrou-se que não há nenhuma garantia legal a essa propriedade individual e até mesmo o documento do Incra está vencido. O corte popular, por um lado expressa a autodemarcação ante a inoperância do INCRA, mas por outro reforça o anseio pela propriedade individual e, inclusive com a aspiração de vender posteriormente a terra, considerando que nem sempre os filhos permanecem no campo e que a ausência de apoio técnico e crédito por parte do governo, deixa o trabalhador sujeito à quebra. O trabalhador também tinha uma visão muito negativa sobre as cooperativas, que “só rouba e faz trambicagem”, deixando o povo endividado. O trabalhador relatou que apesar de plantar também banana e laranja, sua principal produção ainda é a cana para outra usina.

A segunda testemunha foi uma camponesa que mora há 45 anos no Barro Branco, ela relatou as violências cometidas pelo latifundiário e seus capangas. Contou em detalhes os acontecimentos de 28/09/2024, além de outras ações, como tentativas de atropelamento. Sobre a omissão do Judiciário, a camponesa afirmou que o promotor deve ser comprado por Guilherme Maranhão. “Se quem é de longe ficou sabendo, imagine que mora por aqui”. E reafirmou a disposição de até mesmo derramar seu sangue na luta e resolver “do nosso jeito” o problema da terra. A terceira testemunha foi um idoso plantador de banana, ele relatou como os camponeses estão sendo ameaçados com processos de crimes ambientais. O relato evidencia a hipocrisia da empresa, quando ainda trabalhava para a Usina, era “machadeiro” e desmatou por 5 anos largas extensões de terras para fazer lenha. Posteriormente, a empresa arrendatária registrou terras dos posseiros como Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), usando o discurso ambiental para retirá-los. Quando a Comissão Pastoral da Terra acusou a Agropecuária Mata Sul de crimes ambientais, a empresa direcionou a denúncia aos bananeiros, inclusive usando uma ONG de fachada, a Save Brazil, para reforçar sua farsa. O agricultor também relatou que a empresa age para destruir lavouras, seja de forma violenta, com a chegada de ônibus com homens que cortam os pés de banana, ou soltando o gado em cima das plantações.

O quarto testemunho, de um agricultor de 54 anos que trabalhou “fazendo de tudo um pouco” para a usina. Ele relatou os momentos, nos anos 1990, em que, ao invés de dinheiro, só recebeu sabão e sal pela semana trabalhada. Sob forte emoção se lembrou da humilhação de ter que pedir no meio da rua “Pra não ver filho chorando de fome e não roubar nada de ninguém”. Ele foi um dos trabalhadores que ficaram sem emprego com o fechamento da Usina e sem indenização. Como parte dos assédios da Agropecuária Mata Sul relatou que sofreu violência por plantar feijão. 15 pistoleiros com cachorros entraram em sua terra, deram mais de 18 tiros, roubaram ferramentas e trataram moças e idosos com baixo calão. A empresa ainda registrou boletim de ocorrência contra ele. Um presente no tribunal gritou que derrubaram a casa de seu pai de 60 anos e as autoridades não fizeram nada. O agricultor concluiu: “as autoridades ficam do lado dos poderosos, dos covardes. A água só corre pro mar. A atitude tem que ser nossa.”

Além da participação como jurada, a militante do POR fez uma fala, no intervalo, defendendo os tribunais populares, pois a burguesia nunca punirá os seus crimes de classe, no máximo, pode chegar a algum pistoleiro, mas não aos mandantes. Expôs que na Bolívia, na Assembleia Popular, foi aprovado o tribunal popular para julgar os massacres de mineiros, ali não se tratava de uma simulação, mas de um momento de um processo revolucionário, em que a classe operária tentava erguer seu próprio poder, experiência interrompida por uma ditadura fascista. Defendemos também a revolução agrária, como parte da revolução proletária, forma pela qual será possível acabar com o latifúndio e a exploração.

Pela tarde, houve um ato em que os presentes marcharam até o local onde houve os enfrentamentos de 28/09/2024, denominado pela LCP de “A batalha feroz do Barro Branco” e na casa de uma camponesa foi fincada a bandeira da LCP e uma bandeira da palestina. Uma das palavras de ordem cantadas era “Morte ao latifundiário e ao burguês! Viva o poder operário e camponês”.

O presidente do IBRASPAL, depois fez uma fala ressaltando a solidariedade de um povo que conhece a opressão e a violência do Estado. Valorizou o tribunal que se reuniu para julgar os crimes contra o povo. Denunciou que em Gaza, há um povo sendo massacrado e o mundo tem dever moral de se levantar contra essa barbárie. Defendeu a luta justa por libertação e chamou um viva à solidariedade internacional.

Já na penumbra, no começo da noite, houve as alegações finais dos advogados defendendo o julgamento popular contra os crimes históricos dos latifundiários. Afirmaram que o latifúndio não existe sem crimes: fraudes, roubos, veneno e sangue. Disseram: “A lei burguesa que somos obrigados a aprender, mesmo favorecendo o latifúndio, reconhece que são crimes ameaçar e matar, mas nenhum tribunal burguês vai libertar a terra e os camponeses, só a luta poderá fazer”. Foram lidas as tipificações legais dos crimes cometidos pela Usina: fraude em leilões, estelionato, falsidade ideológica, associação criminosa, frustração de direitos trabalhistas e sonegação fiscal, totalizando uma pena de 22 anos e 6 meses; pela Agropecuária Mata Sul: ameaça, constrangimento ilegal, lesão corporal, tentativa de homicídio na forma qualificada, pena aumentada por meio torpe e cruel, esbulho possessório, constituição de milícia privada, associação criminosa armada, organização criminosa, porte ilegal de arma de fogo, crimes ambientais (destruição de mata atlântica, poluição hídrica com agrotóxico, destruição de mananciais), com pena total de 56 anos. O Estado brasileiro poderia ser colocado em co-autoria em todos esses crimes e prevaricação, abuso de autoridade e omissão em fiscalização ambiental, totalizando a pena de 8 anos de reclusão.

O líder camponês Vila Nova pediu a palavra e afirmou “Não posso admitir que em um encontro como esse não se fale da luta de classes”. Defendeu uma sociedade socialista que nascerá do confronto e luta entre opressores e oprimidos. Sobre as defesas da pequena propriedade privada disse: “Quem diz ‘quero uma terra pra mim’, não está preparado para ser comunista. É uma visão capitalista. Depois vai trocar ela por capital e continuar a exploração”. Contou sua experiência de ter lutado pela tomada das terras, mas o governo desapropriou 37 latifúndios mediante indenização. Relatou ter sofrido vários atentados a bala, nas lutas em que participou, foram 52 enterrados: 28 do lado deles e 24 do nosso lado”. Após o encerramento, Vila Nova cantou a música de sua autoria que conta essa experiência, pois na época, quando o latifundiário divulgou uma lista de marcados para morrer, os camponeses divulgaram uma lista com o dobro de nomes do lado dos latifundiários. Diz a música: “O risco que corre o pau, corre o machado/ não há o que temer. Aqueles que mandam matar também/ Podem morrer! / Nós estamos em guerra/ O lado de lá já decretou / Pois contratam pistoleiros / Pra matar trabalhador / Essa é a nossa proposta / E a gente vai ganhar! / Se matarem um daqui, nós matamos dois de lá!”.

Balanço político

A atividade foi extremamente disciplinada e organizada coletivamente, tendo grande participação da juventude do Manguê Vermelho (universitários), Ventania (secundaristas) e cobertura do jornal A Nova Democracia. A maior parte dos cerca de 180 presentes vieram de fora, em ônibus, sobretudo com estudantes da UFPE,

mas também com militantes de outras organizações e também de outros estados. O documento base e os relatos foram muito ricos e expuseram a gravidade da questão agrária, sobretudo no nordeste.

A baixa participação local pode ter diferentes causas: por um lado, a Agropecuária Mata Sul pediu reforços policiais, com blitz nos acessos que paravam apenas as motos, meio de locomoção dos trabalhadores rurais. Na véspera foi divulgado um áudio com ameaças de morte ao presidente da associação e apoiadores da luta e que infiltrariam gente no tribunal para identificar os participantes. A infiltração foi confirmada a partir de matéria pró-empresa publicada no jornal Folha de Pernambuco por um repórter ausente no evento, descrevendo falas do Tribunal Popular. Os organizadores não foram entrevistados, mas a empresa teve amplo espaço para divulgar suas mentiras e hipocrisia: o advogado da Mata Sul afirmou: “É necessário incutir uma cultura de não violência na localidade. Expressões que incitam ocupações irregulares, revolução agrária e morte ao latifúndio, somente fomentam episódios de violência no campo”.

Outro fator que pode ter interferido na participação é que há uma disputa pela direção do movimento camponês na região, ora dirigido pela CPT, ora pela CSP-Conlutas e mais recentemente pela LCP. No dossiê se lê que em setembro de 2023, uma assembleia com 150 camponeses decidiu “hastear a bandeira da Revolução Agrária na sede do Engenho Barro Branco”. Após os últimos enfrentamentos, a Conlutas passou a oferecer apoio jurídico e conseguiu retomar a direção da associação. Em 29/05/25, foi divulgado no site da central que “representantes da CSP-Conlutas e da Associação dos Agricultores do Engenho Barro Branco, (...) se reuniram (...) para anunciar o retorno da Associação à Central.” Não há informações sobre essa ação ser fruto de alguma deliberação coletiva da comunidade.

A CSP-Conlutas e a Associação estavam ausentes do Tribunal Popular. Diante da gravidade da violência do latifúndio e do agrogênio, e da cumplicidade do Estado, os camponeses recorrem frequentemente à ação direta, com bloqueios de rodovias e formas de autodefesa. Algumas direções canalizam a luta para o terreno jurídico-parlamentar, como a CPT e a CSP, enquanto outras impulsionam a ação direta, como a LCP.

Do ponto de vista do conteúdo político, a atividade teve o mérito de instigar a ação direta como via para que as massas camponesas e semiproletárias possam garantir o acesso e permanência na terra. Porém, o programa da revolução agrária da LCP, de inspiração maoísta, se insere na linha de Guerra Popular Prolongada que parte do campo para as cidades. A caracterização de que temos relações feudais e semif feudais no campo leva a uma superestimação do papel do campesinato no processo revolucionário.

Os testemunhos dos camponeses, mesmo expressando a bravura e a denúncia da exploração, reafirmam os limites à consciência de classe revolucionária relacionados com a aspiração à propriedade privada. O desenvolvimento desigual e combinado faz com que convivam relações pré-capitalistas e capitalistas. Os próprios trabalhadores rurais oscilam na condição de camponeses e proletários rurais.

A crise de direção revolucionária faz com que a classe operária, nas cidades e no campo, esteja amarrada pela política de conciliação de classes, esse dique de contenção precisa ser rompido, para que a aliança operária e camponesa possa se estabelecer e unir no processo revolucionário as tarefas democrático-burguesas, como a reforma agrária, com as tarefas socialistas de expropriação da burguesia, inclusive sua ala agropecuária, e controle operário.

O Partido Operário Revolucionário se coloca incondicionalmente ao lado dos camponeses e semiproletários na luta contra a violência do latifúndio e em defesa da sua permanência nas terras da falida Usina Frei Caneca.

Balanço do Congresso da Apeoesp

Lições e Tarefas do Movimento dos Professores

O XXVIII Congresso da Apeoesp ocorreu em um momento de profundo intervencionismo do imperialismo norte-americano na guerra de Israel na Faixa de Gaza, no cerco à Venezuela, na retomada das bases militares na América Latina, no prolongamento da guerra na Ucrânia, na acelerada guerra comercial dos Estados Unidos com China, nas brutais tarifas às exportações brasileiras e no avanço da escalada bélica no mundo.

Realizou-se, também, em uma situação de intenso ataque dos governos sobre a educação, seja do governador de direita Tarcísio de Freitas, seja do presidente de centro-esquerda Lula. Em dois anos e meio de governo, Tarcísio impôs o plano de privatização de escolas, terceirização, ensino pela via das plataformas, fechamento de salas e turnos, arrocho salarial, ampliação de contratos precarizados e temporários (54% da rede estadual são professores categoria O), projeto de Escolas Cívico-militar, ampliação dos PEI's, demissão de professores das salas de leitura e de continuidade à reforma administrativa com a retirada de direitos. Lula, por sua vez, não revogou as contrarreformas de Temer e Bolsonaro (trabalhista, previdenciária, Ensino Médio), impôs o Arcabouço Fiscal, manteve o Piso Nacional do Magistério abaixo do salário mínimo do Dieese, decretou corte de recursos à educação para manter o pagamento da volumosa dívida pública e está prestes a aceitar a reforma administrativa que corta na carne uma das maiores conquistas do funcionalismo, que é a estabilidade.

Diante dessa situação catastrófica, a Corrente Proletária/POR interveio com a Tese 3, sob duas bandeiras fundamentais: 1) a da frente única anti-imperialista; 2) de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua. Essas duas campanhas do POR tinham como centro o chamado para que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem as assembleias, organizem os comitês de luta nos locais de trabalho, moradia e estudo, visando combater o intervencionismo imperialista e defendendo um programa próprio de reivindicações da classe operária e demais trabalhadores.

Avanço da burocratização

O XXVIII Congresso da Apeoesp ocorreu entre os dias 25 a 27 de setembro, em Serra Negra. Teve como homenageado o ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica, falecido em maio, pelo seu vínculo político com o PT e, em particular, com Lula. Contou com 1.750 delegados, eleitos nos Encontros Regionais, de acordo com uma cota estabelecida por região.

O processo de escolha de delegados é extremamente burocrático, inicia nas escolas onde a cada 10 professores filiados ao sindicato têm direito a um pré-delegado. E nos Encontros Regionais, de acordo com a cota regional, os delegados são eleitos. Por meio desse mecanismo, a burocracia da Apeoesp consegue a maioria dos delegados, o que lhe permite a aprovação de sua linha política. Para assegurar ainda essa maioria, a direção conta com os aposentados, que comparecem aos Encontros sem o crivo anterior de cada 10 filiados, um delegado. E com o corte de 20%, ou seja, se a Tese (corrente política) não superar essa barreira perde o direito de intervir no Congresso. Esse corte, estipulado pela CUT para os processos eleitorais, vem sendo aplicado pela direção da Apeoesp, agora, com o apoio das correntes do PSOL que constituíram a chapa 1, como ocorreu em Itaquera e Itapeverica da Serra para impedir a presença de delegados do POR.

As correntes de esquerda que compõem a Oposição Combativa (chapa 2), POR, PSTU, MRT e outros agrupamentos contaram com

uma delegação reduzida. A chapa 1, da diretoria, estava representada pelas Teses 1 e 14, principalmente. A Tese 14, a do Fórum, intitulada "A Apeoesp pode mais!" reuniu a maioria das correntes do PSOL Apesar dessa aparente divisão, esteve inteiramente voltada a aprovar a linha do PT para o sindicato.

Foram inscritas 18 Teses, que tiveram cinco minutos de defesa e, em seguida, foi aprovada a Tese-guia da Articulação Sindical. O POR compareceu com a Tese 3, "Enfrentar a crise da educação com o programa da classe operária". Rejeitou a proposta de se agrupar em torno da Tese 8 da Oposição Unificada Combativa. O PSTU (Tese 16) e o MRT (Tese 10) decidiram não submeter à votação suas teses e votar em bloco na tese da Oposição Combativa. Outros agrupamentos menores, como LOI e PPRI, já estavam unificados na Tese 9. Essa configuração marcou o Congresso. De um lado, o grande bloco em apoio à Tese-guia; de outro, os setores minoritários que se opuseram às posições do PT e aliados. Cabe ressaltar ainda que a determinação de Tese-guia obriga as correntes disputarem nos grupos e vencerem a barreira dos 20% para que suas propostas sejam discutidas nas plenárias.

Essa descrição, por si só, indica o grau de burocratização da Apeoesp, que avançou nos últimos anos com a integração de correntes do PSOL - Resistência (ex-militantes do PSTU), Conspiração Socialista, TLS, APS entre outras - e estalinistas do PCB.

A manutenção da política do PT, no entanto, também depende da organização de Congressos afastados da capital, em hotel-fazenda, de altos custos para os cofres do sindicato. Esse XXVIII Congresso não fugiu à regra, apesar do rechaço por parte de setores da oposição. A manutenção do Congresso em Serra Negra atendia ao objetivo central, que era transformá-lo em ato político em favor da governabilidade e da reeleição de Lula em 2026.

Domínio político do governismo

Destacamos três mesas, que deram a linha geral do Congresso. A mesa de convidados carregada fundamentalmente pelo ministro do Trabalho, ex-dirigente da CUT, Luiz Marinho, pelos parlamentares e dirigentes do movimentos estudantil e popular que apoiam o governo, fundamentalmente do PT e PSOL, pela sindicalista e deputada federal do México vinculada às posições nacional-reformistas da presidente da República Claudia Sheinbaum e acadêmicos.

O porta-voz do governo Lula, Luiz Marinho, discursou conclamando a importância do professorado nas eleições de 2026, tanto para derrotar Tarcísio de Freitas, quanto para reeleger Lula. Enfatizou um dos pontos essenciais da Tese da burocracia sindical, que é a de eleger o maior número de parlamentares, em nível estadual e federal. Repetiu o argumento petista da dificuldade de governar tendo um Congresso Nacional constituído de uma "elite perversa", de aprovar "pautas que favorecem a classe trabalhadora como a 6X1". Demagogicamente, disse que somente uma grande mobilização é possível vencer. Concluiu com uma fala de Lula no congresso do PT, "me dê uma bancada de 251 para eu governar de fato". Não faltaram palavras de ordem e cantarolas em favor de Lula e de sua reeleição. A palestra da sindicalista e parlamentar do México seguiu o mesmo tom de engrandecer o governo de Claudia Sheinbaum, considerado de esquerda, bem como as tarefas dos educadores.

A mesa de educação contou com acadêmicos e sindicalistas. Teve como objetivo criticar a plataformização, portanto, a política educacional do governador Tarcísio de Freitas. Coube aos acadê-

micos discorrer sobre as consequências nefastas da platformização, ressaltando a máxima de Paulo Freire da educação inclusiva e de “qualidade para os filhos da classe trabalhadora”. Concepção essa da burocracia da Apeoesp, expressa nas Teses da Articulação Sindical e de seus aliados.

Por último, a direção trouxe o ex-ministro do PT, José Dirceu, e a Resistência/PSOL, seu dirigente Valério Arcari. José Dirceu centrou sua fala em expor o conteúdo do programa eleitoral do PT, o chamado “Projeto de Desenvolvimento Econômico e Social”, assinalando o lugar do Brasil entre as economias mundiais. Para isso, discorreu sobre os momentos da história brasileira e o papel da classe operária no passado e hoje da juventude, que vem ganhando as ruas exigindo a cobrança de impostos aos super ricos. Concluiu com a importância de pôr em prática esse Projeto de Desenvolvimento que só pode ser levado a cabo por um governo comprometido com a defesa da soberania do país. No término, os delegados do PT puxaram a cantoria: “Dirceu, guerreiro do povo brasileiro”.

O outro palestrante, Valério Arcari, usou boa parte do seu tempo para elogiar o papel dos sindicatos, principalmente quando as massas trabalhadoras não estão acreditando em suas próprias forças. Ressaltou a força social de mobilização da Apeoesp em defesa da escola pública, comparando o sindicato com as partidas entre Corinthians e Palmeiras e a Marcha com Jesus. Concluiu, como todos, mostrando o lugar de Alckmin para ganhar o apoio da classe média, que temia os impulsos de Lula em apoio à Venezuela, Cuba etc. Disse que o ex-governador de São Paulo, que impôs dura repressão aos estudantes e professores que lutavam contra o fechamento de escolas, como o responsável por ser o “freio de mão” para a vitória de Lula. Concluiu com o mesmo refrão: é possível vencer em 2026. E que esse é o caminho para a “revolução brasileira”.

O fundamental desse conjunto de mesas, onde uma parcela pequena de delegados só poderia intervir por meio de perguntas de um minuto, era o de frisar o eixo central do Congresso de que as mudanças políticas e educacionais dependerão do esforço concentrado de eleger parlamentares e governantes do PT e de partidos aliados. Ou seja, modificar a correlação de forças na administração do Estado.

Essência da Tese-Guia

A aprovação da Tese-guia, da burocracia do sindicato, é determinada anteriormente, por meio dos instrumentos que garantem a maioria dos delegados. A votação da Tese-guia, apesar do ar democrático de que todas as teses têm o direito de expor suas posições, marca a continuidade da linha política da direção do sindicato. Como as plenárias possuem tempo de duração limitado, vencido o tempo, tudo o que não foi votado passa a valer automaticamente o que consta na Tese-guia. É extremamente difícil que um delegado possa modificar sua posição após a apresentação das teses. A burocracia sindical controla a grande maioria dos delegados, chamando a atenção nos momentos de votação e estabelecendo boas acomodações nos hotéis e promovendo o baile.

A Tese-guia, do PT, é construída sobre a base de constatações e dados para diferenciar a política do governador Tarcísio da do presidente Lula. Como se estivesse em jogo o mal e o bem, o autoritarismo e a democracia. Um Tarcísio bolsonarista e alinhado a Trump e um Lula sintonizado com o povo e com a defesa da soberania nacional. Um Bolsonaro golpista e condenado pela Justiça e um Lula que enfrenta um Congresso Nacional “inimigo do povo”. Esse ziguezague percorre toda a tese, para concluir, apesar das dificuldades, exaltando as benfeitorias do governo Lula de ter tirado o Brasil do mapa da fome, de ter reduzido o desemprego a patamares baixíssimos, de ter vetado a ampliação do número de

deputados federais e de ter defendido a redução do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil reais e a taxação aos super ricos.

A Tese da Articulação Sindical estabeleceu a tarefa essencial para o sindicato e aos professores. Com o título “Ampliar os mandatos populares”, a tese resalta os êxitos da deputada estadual, Maria Izabel, dirigente da Apeoesp. E conclui com a política para o próximo período, que é a de ampliar o número de mandatos populares nos parlamentos federais e estaduais, bem como reeleger Lula em 2026.

Se de um lado o centro eram as eleições de 2026, de outro, foram as mudanças estatutárias para assegurar mais tempo no controle do aparato sindical. Para isso, a Tese-guia se colocou pelo aumento do mandato da diretoria e inventou uma cota de 5% para a juventude para a eleição de delegados para os congressos. Nesse ponto, as correntes do PSOL e o PCB, Tese do Fórum, se manifestaram contra as alterações sindicais que ampliavam para quatro anos o mandato da diretoria. A emenda que aumenta o tempo de filiação (quatro meses) para poder votar e ser votado nas eleições da Apeoesp foi criticada pelas correntes de oposição, mas foi aprovada. Essa alteração estatutária exclui grande parte dos professores contratados, que em função do trabalho temporário acaba sendo desligado do sindicato.

Como se vê, o Congresso girou sobre esses dois pontos. Em relação aos demais pontos (educação, balanço e plano de lutas), que vieram dos grupos, os representantes da Tese-guia e seus aliados procuraram evitar a discussão no plenário. Dessa forma, mesmo com conteúdo oposto, anunciavam acordo, desde que fossem emendas aditivas, a exemplo da defesa da escola pública, laica e voltada à produção social; da crítica ao miserável reajuste e que nenhum professor receba menos que o salário mínimo do Dieese de R\$ 7.147,91, por 20 horas semanais. O que prova que essas emendas certamente não serão incluídas no documento final do Congresso.

Intervenção dos delegados da Corrente Proletária/POR, tese 3

Em função dos instrumentos cada vez mais burocráticos, os delegados do POR eram poucos. O fundamental está em que houve um esforço para que as posições do partido, expostas na Tese 3, estivessem presentes no Congresso. A militância, assim, interveio expondo a Tese, nas mesas com palestrantes e em todas as plenárias, a partir de emendas que obtiveram 20% nos grupos. Também, fez uso da fala no ato em apoio ao povo palestino.

Nesse balanço, destacamos algumas intervenções que permitiram agrupar os setores de oposição.

Na plenária de Políticas Permanentes, a militância porista pôde expor a seguinte emenda: 1) “Que a Apeoesp se coloque pela unificação dos movimentos contra as múltiplas formas de desigualdade e discriminação, seja sobre a mulher, negros, homossexuais e indígenas. Que defenda as reivindicações comuns como: Trabalho igual, salário igual; emprego a todos, redução da jornada sem redução dos salários (escala móvel das horas de trabalho), fim da escala 6X1; salário mínimo vital e fim das contrarreformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização. Que se elimine toda a discriminação sobre os negros. Total igualdade entre negros e brancos. Fim da violência estatal, policial, contra os negros”.

Na plenária do Plano de Lutas, um delegado do POR fez a defesa da emenda que diz: “Aprovar as seguintes campanhas: a) Fim do genocídio do povo palestino. Retirada imediata das Forças de Defesa de Israel do território palestino e do Oriente Médio. Auto-determinação da nação oprimida. Defesa de uma República Socialista da Palestina; b) Fim da guerra na Ucrânia, tendo por base

a caracterização de que se trata de uma guerra de dominação e não de libertação. Por uma paz sem anexação e sem imposição dos Estados Unidos, das potências europeias. Pela autodeterminação da Ucrânia. Desmantelamento da OTAN, braço armado do imperialismo; c) Responder à guerra comercial dos Estados Unidos com a China. Rechaçar os tarifas de Trump. Defesa de um programa próprio de reivindicações sob a estratégia de derrocada do capitalismo e de defesa das transformações da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Por uma sociedade socialista; d) Não pagamento da dívida pública. Fim dos gastos exorbitantes com o Congresso Nacional e o Judiciário oligárquicos. Que o dinheiro do orçamento seja destinado aos serviços públicos, para erradicar a fome e a miséria; e) Por um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios de avenidas, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Exigir do governo Lula a revogação imediata das contrarreformas trabalhista, previdenciária, terceirização, Novo Ensino Médio, bem como o fim dos cortes de recursos dos serviços públicos, saúde, educação e moradia”.

Nessa plenária, a militância do POR dividiu a defesa com o PSTU e MRT sobre a efetivação dos professores contratados (categoria O). Eis: “Pela efetivação, estabilidade imediata da categoria O, sem concurso”. Essa defesa obrigou o PT e aliados a solicitarem mais intervenções, para que pudessem convencer seus delegados de que era preciso defender o concurso público.

Outra emenda do POR que foi discutida no plenário tratava-se da supressão do ponto sobre a exigência de cumprimento da Diretrizes Nacional do Ensino Médio, oriundas do Conselho Nacional de Educação. A intervenção estava centrada no argumento de que era necessário derrubar a reforma do ensino de Temer e não em apoiar os adendos promovidos pela gestão do PT no Ministério da Educação.

Na plenária de mudanças estatutárias, a militância do POR, juntamente com o MRT, defendeu: “Pela mais ampla democracia em todas as instâncias do sindicato, com assembleias e em outras instância e pela rotatividade dos diretores liberados, bem com a total independência de classe”. A proposta foi duramente combatida pelos diretores do sindicato. Nas emendas relativas ao prazo de filiação para votar e ser votado e o aumento do mandato da diretoria para quatro anos, os delegados do POR votaram favoráveis. No entanto, como a burocracia tem o Congresso sob seu controle, nada foi aprovado.

Os delegados do POR entrevistaram também com o Manifesto, resumo da Tese 3 e a banca de materiais do partido. Nos grupos, a militância expôs suas emendas, contrapostas às formulações da Tese-Guia, onde conseguiu superar a barreira dos 20% para que fossem discutidas nas plenárias. Houve um esforço em divulgar a recente Revista da Educação.

Conclusões

Nessa breve conclusão, reafirmamos três aspectos desse balanço: 1) a profunda submissão da Apeoesp na defesa da governabilidade de Lula; 2) o esforço da burocracia do sindicato em transformar o Congresso em um grande ato político em favor à reeleição de Lula em 2026; 3) as palestras e as intervenções de suas principais lideranças foram selecionadas de acordo com esse objetivo, portanto, tudo sob o mesmo tom; 4) o plano de lutas inteiramente a serviço do desgaste do governo Tarcísio, aumento das bancadas parlamentares e reeleição de Lula; 5) as mudanças estatutárias foram para manter a casta burocrática que há décadas assumiu o controle do sindicato.

Há um fator que contribuiu para que a Articulação Sindical/PT aumentasse sua presença no Congresso, que é o seguidismo das correntes do PSOL. As correntes do PSOL, boa parte ex-militantes do PSTU como a Resistência, serviram de instrumentos para a política de colaboração de classes da burocracia e de correia de transmissão da política antipopular de Lula. Nesse Congresso, se portaram como burocratas conduzindo as mesas das plenárias com os mesmos mecanismos da direção autoritária da Apeoesp.

Apesar de ser um Congresso burocratizado e pró-governo Lula, a Corrente Proletária/POR batalhou para que as posições revolucionárias e de independência de classe estivessem presentes, desde a eleição de delegados nas escolas, passando pelos Encontro regionais e pelo Congresso.

Esse balanço tem o objetivo de discutir com os professores o grau de burocratização que alcançou o sindicato e as tarefas colocadas para vanguarda que vem manifestando descontentamento com a direção da Apeoesp, mas ainda não conseguiu compreender a importância de intervir em todas as instâncias do sindicato.

Lançamento da Revista Proletária na Educação

No jornal Massas anterior publicamos os pronunciamentos e a discussão sobre o lançamento da Revista Proletária na Educação. Agora publicamos as exposições sobre os folhetos que tratam do aborto e da opressão sexual.

Apresentação do folheto “Resposta Marxista à Opressão Sexual”

Companheiros e companheiras, o folheto Resposta Marxista à Opressão Sexual foi elaborado de junho para julho, justamente como uma necessidade do próprio movimento.

Retomando o que o companheiro falou na primeira colocação, de que os materiais do partido se vinculam com a própria luta, é importante colocar que não é escrever um material por escrever. Ele está, de fato, intimamente vinculado com a necessidade de intervir nos movimentos. E, nesse caso, foi por conta de duas atividades.

Uma, era o chamado do Sindicato dos Servidores Federais (SINASEFE), da rede de IFs, que ia ter um debate sobre o tema do movimento LGBT e opressão sexual aqui em São Paulo. O nosso camarada da Paraíba ia participar, então queríamos intervir com algum material, além do manifesto que sempre fazemos, mas com um material mais amplo. E também por conta da Parada LGBT que ia acontecer na mesma semana. Entreviemos nas duas atividades com esse material, com o manifesto e outras publicações do POR.

O mês de junho, inclusive, é considerado o mês do orgulho LGBT devido à história do levante que teve nos Estados Unidos,

chamado “Levante de Stonewall”. Foi um grande movimento, bem importante, bem radicalizado, que aconteceu no final dos anos 60.

A ideia geral do folheto se encontra já na apresentação: o avanço da opressão sexual que estamos vendo nesse momento histórico é reflexo da crise capitalista mais geral.

Assistimos a um avanço da crise que conduz às guerras de dominação, ao aumento da pobreza, da miséria, da fome, da matança, da barbárie em todos os níveis, em diversos aspectos. O que conduz a um aumento do obscurantismo e das concepções conservadoras do obscurantismo religioso, que afeta a população, os trabalhadores em geral. Mas em grupos particulares, afeta de forma particular, como é o caso dos homossexuais, que têm se deparado com o avanço do conservadorismo e das tendências reacionárias.

Recentemente, hoje mesmo, vimos mais um país na África, Burkina Fasso, que decretou a punição e a criminalização da homossexualidade. Então, é mais um exemplo, não é o único, mas é mais um exemplo desse avanço do conservadorismo e das tendências reacionárias que recaem sobre a sexualidade humana.

São diversos os textos que nós temos neste folheto. Ele abre com um manifesto que foi distribuído nessas atividades. E logo o primeiro texto, que é talvez o mais importante, porque é uma resolução aprovada em 2015, num contexto de debate interno do Congresso do POR, momento em que o partido se deparou com a necessidade de ter uma resolução mais precisa possível sobre as opressões. Então, ela foi colocada aqui e é o que dá toda a base de nossa concepção em relação à opressão sexual.

Sugiro que os companheiros e companheiras leiam esse material. E aí tem outros textos, particularmente o intitulado “O Capitalismo Jamais Acabará com a Discriminação do Homossexual”. A nossa célula estudou esse texto, para apresentar aqui algumas considerações gerais. O tempo é curto, mas a ideia é que sirva para abrir o debate para que outros possam fazer colocações sobre essa ideia.

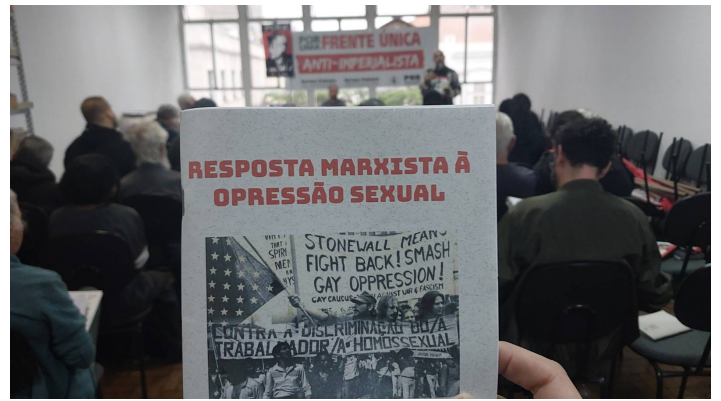
A célula dividiu esse texto em cinco ideias principais: 1) A base material da opressão; 2) A relação entre classe e direção; 3) A relação com o Estado; 4) O papel da Igreja; e 5) A resposta proletária. Vou passar rapidamente por cada um deles.

A base material sobre a questão da opressão, e isso vale para a opressão sobre a mulher, sobre o negro e sobre os homossexuais, está na sociedade de classes, em cuja base se encontra propriedade privada dos meios de produção. Porque, historicamente, na sociedade, com a propriedade privada se criam as classes sociais. E essa divisão da sociedade é que está na raiz de todas as formas de opressão.

Então, a ideia de que a propriedade privada é o fundamento material das opressões é muito importante. E é o que vai diferenciar a posição do Partido Operário Revolucionário de todas as correntes, todas, até onde nós temos conhecimento, nenhuma coloca que a opressão sobre os homossexuais é uma opressão de classe, antes de tudo. O seu fundamento é histórico, é material. Essa é a base de todas as formas de opressão.

Essa divisão da sociedade em classes sociais, baseada na propriedade privada, gera também a família. E a família, no caso da opressão sexual, é o pilar, é o ponto central por meio da qual a opressão vai se fundamentar, e isso acontece ao longo de toda a história. E o capitalismo ganha contornos ainda mais graves e mais particulares em relação ao papel econômico-social da família e à opressão de classe.

Essa família, quando nós falamos da família, é a família da sociedade burguesa. É a concepção de família burguesa, que é uma célula econômica do capitalismo. O capitalismo funciona através dessa célula; a menor célula do capitalismo é a própria família, que usa o seu fundamento principal, que é a herança, como forma de se perpetuar ao longo do tempo.



Aí se encontra uma contradição, porque a família operária, obviamente, é de classe operária, não é burguesa, mas acaba refletindo em geral as concepções da família burguesa, base para o desenvolvimento e manutenção da opressão sexual. E essa é uma contradição própria do capitalismo, que acho que vale a pena depois abrir para a discussão, porque é bem importante.

Podemos responder a esse problema, a essa contradição, com uma ideia que vem desde as elaborações de Marx e Engels, de que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante. A família operária vai refletir as ideias dominantes dessa sociedade, que são as ideias que a própria burguesia impõe, para reproduzir a dominação de classe. Impõe através de vários canais: pela escola, pelas igrejas, pelos meios de comunicação e pela própria dominação do trabalho. Impõe de várias formas a sua ideologia, que penetra na família operária e na de classe média. E a família operária reflete muitas vezes também essas concepções, esse preconceito e essa opressão.

O problema da classe e da direção. O movimento LGBT surge nesse momento que anteriormente mencionei, ou seja, nos levantes que ocorreram nos Estados Unidos, na Europa, em outros países, nos anos 1960. E o movimento LGBT, então, surge nesse contexto, pelo menos o movimento moderno. Surge radicalizado, mas limitado pelo período de retrocesso do movimento operário internacional.

Nos marcos do retrocesso do movimento operário, o movimento LGBT acaba sendo monopolizado pela pequena burguesia, e passa a ser dirigido pela pequena burguesia. E a pequena burguesia, como sabemos, não tem uma estratégia própria de sociedade. A pequena burguesia oscila: ora ataca a burguesia, ora ela ataca o proletariado. No momento de ascensão da luta, tende para o proletariado. No momento de retrocesso da luta, tende a se colar no democratismo e passa a defender as posições da burguesia.

Então, a pequena burguesia dirige esse movimento desde o seu começo. O instinto radicalizado das lutas dos anos 1960 e 1970 foi se perdendo ao longo do tempo, quando essa nova direção, essa direção pequeno-burguesa, passa a defender que os problemas dos homossexuais vão ser resolvidos na esfera do Estado. Vai conduzir a luta para o Estado, para poder eleger parlamentares que sejam representantes dos homossexuais, para colocar suas reivindicações de forma que no Estado se aprove essa ou aquela legislação. O movimento desemboca na institucionalização da luta dos homossexuais no contexto da opressão do capitalismo em decomposição. O texto vai discutir esse desenvolvimento com mais detalhes. É muito importante a crítica do ponto de vista de classe a esse processo de institucionalização, que aconteceu ao longo do tempo todo. O problema da classe que dirige o movimento é fundamental.

Outro aspecto da direção pequeno-burguesa desse movimento é que vai criar pseudo-teorias, que são as teorias pequeno-burguesas de solução dos problemas. Vai criar uma pseudo-teoria de gênero, vai criar pseudo-teoria do identitarismo. Hoje, o identitarismo, por exemplo, é profundamente penetrado nos movimentos

sociais, inclusive nas correntes que se reivindicam do marxismo. São profundamente identitários os centristas. Podemos afirmar com segurança porque convivemos com eles no dia a dia da luta.

Certamente, tem ocorrido uma adaptação teórica dessas correntes profundamente vinculadas à pequena burguesia e à academia. Ora se é claro e direto, ora se disfarça e se dá volta em torno à tese do identitarismo, que pressupõe que a identidade do sujeito está acima das classes sociais. Então a luta se dá pela identidade e não pela luta de classes. No máximo, alguns grupos vão defender que a classe e a identidade têm uma intersecção, mas negam que o fundamento da opressão sexual e racial esteja na opressão de classe. Não, isso não! Eles vão dar a ideia de que ocorrem as duas coisas, então a classe e a identidade têm de fazer a luta junta e tal. Então esse já é um ponto importante para o debate.

O terceiro ponto trata da relação com o Estado. Já que teve todo esse processo de institucionalização das reivindicações dos homossexuais, existe uma relação com o Estado. E é inegável que, dos anos 1970 para cá, houve aprovação de alguma legislação, de diversas legislações, e algumas que ofereciam algum tipo de proteção ou, pelo menos, de igualdade entre os heterossexuais e os homossexuais. Foram conquistas democráticas que de forma alguma atingem os fundamentos da opressão sexual e resolvem a questão da discriminação. Discriminação que continua golpeando principalmente os homossexuais operários e camadas empobrecidas da classe média.

Diante de uma medida que de fato possa proteger esse grupo, a tarefa dos revolucionários é a de defender que tais conquistas se cumpra sem distinção de classe ou de raça. Mas o POR tem por fundamento a explicação de que qualquer medida institucional, legislativa, está sujeita à própria crise do capitalismo. Usando a ideia de Trotsky, a burguesia tira com a mão direita o dobro que deu com a esquerda. Ou seja, em certos momentos avança uma legislação, na crise se retira ou se atenua a função prática. É o caso que acabamos de citar aqui de Burkina Faso, apesar de guardar enorme diferença com os países capitalistas mais avançados. Estamos assistindo nesse exato momento aos ataques de Trump a importantes conquistas democráticas alcançadas pela classe média norte-americana. Os Estados Unidos se destacam como centro do movimento identitário.

Mas também o caso mais emblemático, histórico, é da Revolução Russa, onde os direitos dos LGBTs foram aprovados: o fim da discriminação, a participação de qualquer indivíduo, sendo a sua sexualidade assunto de foro privado. Tudo isso foi aprovado e foi implementado na Revolução Russa. Com o avanço do stalinismo, com o processo de burocratização e restauração capitalista, todas essas conquistas se perderam e retrocedem em grande escala com a liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Hoje, a Rússia é um dos países mais reacionários do mundo em relação aos LGBTs.

A experiência mostra que não se pode confiar que uma medida legislativa possa ser de fato implementada e que vai ser permanente na proteção a determinado grupo. Vemos o quanto importante é a relação da questão das opressões com o Estado burguês.

O papel da igreja é o quarto ponto. O papel da igreja que o texto traz é fundamental, porque a burguesia, o camarada até citou aqui que na Revolução Francesa a burguesia expulsa a igreja, mas para depois reincorporá-la, servindo aos seus propósitos de acumulação de riqueza, de proteção à propriedade privada e de dominação. Assim, a igreja feudal se transforma em um instrumento da própria burguesia. É expulsa no primeiro momento, mas retorna como um instrumento da própria burguesia para manter a dominação de classe. O motivo histórico está em que a religião é um poderoso fator ideológico para a dominação de classe.

Não por outro motivo, a igreja hoje é um pilar da opressão sobre os LGBTs. A igreja, a família e o Estado são pilares da opressão sobre os LGBTs em diversos aspectos. O obscurantismo religioso, principalmente das religiões de massa, das religiões monoteístas – cristianismo, islamismo, judaísmo –, que congregam a maior parte da população do planeta, são as religiões que vão servir de instrumento de opressão sobre os LGBTs no contexto atual.

E o argumento que se dá, o argumento falacioso da igreja, é de que a questão homossexual afeta a reprodução humana. Isso é uma falácia, isso é falso. Respondemos claramente que é a ação da burguesia. Na sua crise, nas suas formas de lidar com a crise, é que afeta de fato a reprodução humana e a manutenção da humanidade. É através da guerra, da fome, da miséria e da barbárie que o capitalismo sacrifica a reprodução e a preservação humana. Quando falamos da reprodução humana, nos referimos à continuidade da humanidade. E quem ataca a continuidade da humanidade é a burguesia. Não é o fato de ser gay ou lésbica que se compromete a continuidade da civilização humana.

Por fim, a resposta proletária, que se encontra no texto, vai dizer logo no começo, nesse ponto final, que a dominação do capital e a emancipação humana são dois objetivos inconciliáveis. As ideias que colocamos aqui telegraficamente, mas que estão desenvolvidas no folheto, mostram que a opressão sobre os homossexuais é uma opressão de classe. E se é uma opressão de classe, a única forma de resolver é os oprimidos acabarem com as classes sociais através da revolução proletária.

Não dá para tentar reformar o capitalismo para criar uma situação melhor, mais avançada. Não dá para criar uma ferramenta para que as pessoas, que os homossexuais, possam conviver livremente. Não existe essa possibilidade. Só é possível acabar com a opressão, se se acabar com a própria sociedade de classes.

Por isso, a ideia central é de que a nossa luta, a nossa defesa, tem por objetivo histórico acabar com o capitalismo, com o capital. Somente em uma sociedade sem classes, cada indivíduo vai poder expressar a sua individualidade e a sua sexualidade no foro privado, na sua particularidade, sem que traga qualquer prejuízo à coletividade.

Acho que essas são as ideias principais.

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

Apresentação do folheto “A luta dos marxistas em defesa do direito ao aborto”

Camaradas, fiquei responsável por fazer a apresentação do folheto que é A luta dos marxistas em defesa do direito ao aborto.

A minha ideia é fazer um panorama do que está no folheto, mas também mostrar qual é a essência dessa resposta. O companheiro que apresentou o folheto sobre as opressões mostrou a justificativa do por que temos um material nesse sentido. Este folheto, que veio em seguida, é posterior ao material das opressões e vem como uma continuidade a essa resposta, tratando das múltiplas manifestações das opressões. Nesse caso particular, trata-se da criminalização do aborto, que é uma das expressões da opressão geral sobre a mulher.

Os companheiros vão poder ver no folheto que a vinculação entre a opressão geral à mulher e a criminalização do aborto vai estar sempre presente, porque não é possível responder à criminalização do aborto sem dar uma resposta ao problema da opressão à mulher.

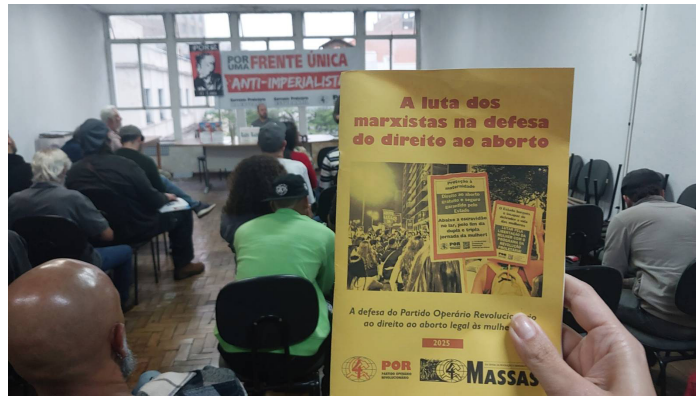
Pensando na essência da resposta marxista, para começar, temos de colocar a ideia de que o aborto é uma violência contra a mulher. Mesmo a mulher que decide fazer um aborto, sabe que é uma violência contra o seu próprio corpo. Em geral, a mulher que recorre ao aborto se vê premiada pela situação. É uma medida extrema, uma medida, para muitas, de desespero. Ela pensa: "Eu preciso fazer o aborto, porque não tenho condições de criar, porque essa criança vem através de um estupro". Trata-se de um exemplo extremo. Mas, são várias as motivações, entre elas a pobreza.

E o que o Estado capitalista faz? Diz: "Não, isso é um problema seu, da mulher. Você que está com as crianças, você tem de ter esse filho, você tem de se virar". O Estado não se responsabiliza. E por que não se responsabiliza?

É preciso entender historicamente. Historicamente, quando surge a propriedade privada, quando sociedade humana se divide em classes sociais, desde então a mulher começa a ser oprimida. Não vou fazer uma longa exposição desse percurso, apenas concluo que o capitalismo que é a sociedade de classes mais desenvolvida não emancipou e não vai emancipar a mulher.

O capitalismo, no momento em que era progressivo, permitiu conquistas democráticas em favor da mulher, a exemplo do direito a votar, de trabalhar e ter uma certa margem de liberdade nos marcos da escravização do lar. O que evidenciou ainda mais a necessidade histórica de acabar com a sua escravização no seio da família. Introduziu-se a mulher à produção social, ainda que sem romper a discriminação em relação ao homem. Mas, do ponto de vista geral, constatamos que a barbárie capitalista não permite avanços significativos e até mesmo ocorrem retrocessos. Assistimos no Brasil uma ofensiva do obscurantismo contra as condições mínimas do direito ao aborto.

É imperativo reconhecer que o capitalismo não tem como emancipar a mulher, como resolver o problema da escravização da mulher no lar e da discriminação social. O aborto é um caso particular da opressão geral, que é de classe. E o capitalismo tem como célula econômica a família. É ali que vai reproduzir a força de trabalho. Para manter a estrutura do modo de produção, é imprescindível conservar a estrutura familiar como cárcere da mulher.



Então, qual é o elemento fundamental? Se nos referimos a tal estrutura familiar, econômica etc. como expressão da divisão de classes, constatamos que a opressão sobre a mulher não é igual para a mulher proletária e para a mulher burguesa. Essa opressão social se manifesta de maneiras diferentes, a depender da classe social a que a mulher pertence.

A mulher burguesa, mesmo com a criminalização que existe, tem meios para fazer um aborto, se assim decidir. Distintamente se passa com a mulher proletária.

Qual é a essência da resposta dos marxistas? Vai ser justamente de dizer: olha, a sociedade de classes, capitalista, não é capaz de emancipar a mulher. É preciso organizar a luta dos explorados para com o sistema capitalista. É por meio da revolução social que se viabiliza a criação de uma nova base material que levará à erradicação da opressão sobre a mulher. O desenvolvimento das relações socialistas de produção conduzirá necessariamente à verdadeira igualdade entre homens e mulheres.

Pensando na questão do aborto, obrigatoriamente emerge a defesa da maternidade. Essa ligação distingue a posição revolucionária tanto do obscurantismo quanto do reformismo, que têm em comum a preservação do capitalismo. A defesa da maternidade é fundamental para criar as condições econômicas e sociais para que a mulher possa cumprir sua parte no cuidado com a criação dos filhos. É na defesa da maternidade que se ampara a defesa do direito ao aborto e, ao mesmo tempo, o seu antídoto. Os reformistas estão formalmente pelo direito ao aborto, mas não partem da luta de defesa da maternidade e do fim da escravização da mulher no lar. O aborto é uma realidade. O folheto que aqui lançamos se apoia em dados estatísticos oficiais. O aborto é a quinta maior causa de morte entre as mulheres. O aborto clandestino, ou seja, da mulher proletária, responde pela maioria das ocorrências. A diferenciação de classe está no fundo dessa tragédia social. O que exige pronta resposta.

É muito importante uma legislação que garanta o direito ao aborto, mas não basta. Lutamos pelo fim da criminalização. Sob essa bandeira, se destaca o programa de reivindicação do direito à maternidade e do objetivo de eliminação da velha e bárbara discriminação. O folheto deixa claro que na base da situação de opressão da mulher – e, particular, do direito ao aborto, se encontra a mulher proletária. Basta ver que as famílias mais pobres são as que mais padecem da precária situação da saúde pública, destacando-se a situação da mulher.

Fazendo um breve relato em relação às matérias do folheto, destacamos o fato de começar com matérias que são do início da construção do POR. A primeira matéria é de 1991. Faz a defesa da necessidade da saúde pública, da diferenciação como o aborto afeta a mulher operária, a mulher camponesa e a mulher burguesa, e como o obscurantismo religioso vai ser utilizado de canal de expressão moral e ideológica da burguesia para perpetuar a opressão sobre a mulher. Vai ser a base – vemos isso hoje – da criminalização, do por que criminalizar a mulher que faz o aborto.

Em seguida, é exposto um processo de intervenção do reformismo. Uma matéria de 1994 mostra como o PT, e o candidato

Lula especificamente, vai colocar que a mulher que faz o aborto possa ter um atendimento de saúde, que não seja criminalizada. Mas, diante da crítica da Igreja, responde: "Não, não é que eu sou favorável ao aborto, não é isso, mas se aconteceu, a gente tem de atender". Esquiva-se e nega-se a defender o direito ao aborto e a responsabilidade do Estado pela saúde da mulher.

Em seguida, diversas matérias vão mostrar, já uma mais recentemente, 2016, a discussão do problema da opressão sobre a mulher vinculada à reforma da Previdência... e também ao problema da microcefalia. Porque, no Brasil, o aborto passou a ser legal em três casos, a partir de decisões do STF: no caso de estupro, de risco de vida da mulher e de anencefalia, que é a gestação da criança sem o cérebro. A matéria mostra o quanto afeta a gestante. A maioria dos casos é de mulher proletária. Causas: penúria e miséria afetam a capacidade física da gestante, o que resulta em mau desenvolvimento do feto. Setores da burguesia, apoiados no obscurantismo religioso, se opunham ao aborto mesmo em caso extremo como o da microcefalia.

Há uma matéria que evidencia a luta mais avançada das mulheres na Argentina. Trata-se de um massivo movimento de mulheres, que conseguiu a aprovação, num país semicolonial como a Argentina, o direito ao aborto. São, porém, sintomáticas as limitações, ditadas pelo obscurantismo religioso. Entre as várias exceções que mudaram o projeto, uma livrou os hospitais privados ligados à igreja da obrigatoriedade de realizar o aborto.

Aqui no Brasil, vimos, recentemente, o problema que é o PL 1904 de 2024. O que é esse PL? No governo Bolsonaro, o ministro da saúde fez uma nota técnica – que não é uma lei – dizendo que o aborto deveria ser feito em até 22 semanas. Está em aberto o processo de recrudescimento da criminalização do aborto. O PL está hibernado no Congresso Nacional, podendo voltar a qualquer momento. A linha é a de criminalizar o aborto depois das 22 semanas de gestação.

O companheiro, na apresentação sobre as opressões, referiu-se ao recente caso de Burkina Faso, que aprovou a criminalização aos homossexuais, e tivemos esse retrocesso aqui também, no sentido da criminalização ou tentativa de criminalização do aborto. Na família, começa a opressão aos homossexuais.

Por conta do PL1904, se retomou a questão do estupro estritamente do ponto de vista da criminalização, desconhecendo os fatores sociais. Em todos esses casos, verifica-se que o capitalismo, com a sua política de punição pela via da criminalização, não conseguiu resolver grandes problemas de ordem civilizatória.

A Lei Maria da Penha é um contundente exemplo no sentido de como a mulher não consegue, mesmo com uma legislação

avançada, de fato, se proteger. E, no caso particular do aborto, não consegue resolver nem garantindo que a mulher possa ter os seus filhos e que possa se inserir na produção social, porque a mulher que tem filho e que está trabalhando, a gente sabe que é taxada e muitas vezes, quando volta da licença maternidade, é demitida. Isso é uma realidade. Essas medidas patronais são uma forma de punir a maternidade. Em particular, a grave incidência do estupro deve ser analisada do ponto de vista das enfermidades sociais.

Para finalizar, o folheto afirma que só a revolução vai criar a base material para resolver o conjunto desses problemas oriundos da opressão de classe. Somente triunfará a revolução socialista se as mulheres oprimidas estiverem na mesma trincheira de combate da classe operária. Não é que os homens vão fazer a revolução e aí as mulheres vão se beneficiar, não. As mulheres são parte dessa luta. A luta das mulheres é uma luta de homens e mulheres. É uma luta dos explorados e da classe operária com a sua política para resolver o problema da base material de todas as opressões. E é resolvendo o problema da opressão sobre a mulher que os explorados acabarão com todo tipo de criminalização, especificamente a criminalização do aborto.

Obrigado!

LANÇAMENTO

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

A luta dos marxistas na defesa do direito ao aborto

A defesa do Partido Operário Revolucionário ao direito ao aborto legal às mulheres

2025

POR PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO **MASSAS** JORNAL DA REVOLUÇÃO SOCIAL PROLETÁRIA

Publicado o livro:

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.

RESPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

R\$35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



36 anos do Partido Operário Revolucionário | 1989 2025

Notas sobre os 36 anos do Partido Operário Revolucionário (POR)

Iniciamos no jornal Massas 743 a exposição sobre os 36 anos do POR. No Massas 744, começamos a apresentar os Congressos e Conferências. No Massas 747, tratamos do III Congresso, de janeiro de 1993, em que aprovou o programa do partido, dividido nas seguintes partes: I – A crise do imperialismo e o internacionalismo proletário; II –

Brasil: país capitalista semicolonial; III – As classes sociais e o proletariado revolucionário; IV – O fracasso histórico do nacional-reformismo; V – A estratégia da revolução e ditadura proletária; VI – Método e tática da revolução proletária; VII – Aliança operária e camponesa e frente única anti-imperialista; VIII – Construir o Partido Operário Revolucionário; IX –

Reconstruir a IV Internacional – Brasil parte da revolução mundial; X – Brasil, parte da revolução latino-americana. No Jornal Massas 749 fizemos a exposição dos pontos VI e VII do programa. Agora, daremos continuidade com a exposição do capítulo VIII.

Construir o Partido Operário Revolucionário

Faz parte do programa a concepção marxista-leninista do partido revolucionário. Trata-se da essência do partido que corresponde ao objetivo histórico da revolução proletária, do estabelecimento da ditadura da maioria oprimida sobre a minoria burguesa opressora, da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social e do internacionalismo socialista.

Está claro no programa do III Congresso que o partido no Brasil terá particularidades, assim como se passa em outros países, mas em linhas gerais tem por base a experiência do Partido Bolchevique, cujo dirigente principal foi Lênin. As correntes que se reivindicam do marxismo-leninismo-trotskyismo não estabelecem com nitidez a concepção leninista do partido. De forma que, inevitavelmente, se distinguem das particularidades da construção do POR no Brasil.

Um dos elementos que mereceu destaques na elaboração do programa do III Congresso foi o das divergências em torno da formação e construção do PT. Não é preciso enfatizar a contraposição do POR aos partidos que provêm da matriz ideológica do estalinismo. Passaremos a expor as principais formulações sobre a concepção leninista do partido e as condições históricas de construí-lo no Brasil.

A primeira constatação diz respeito às experiências de construção do partido do proletariado brasileiro:

1. “O proletariado brasileiro teve como experiências mais significativas o anarquismo, o estalinismo e o nacionalismo. O anarco-sindicalismo das duas primeiras décadas do século XX cumpriu o papel de impulsionar a organização sindical, não podendo ir muito além devido à negação do marxismo e, portanto, da tarefa de construção do partido. Em pouco tempo, dissolveu-se, entre outras razões pelo impacto da Revolução Russa”.
2. “A formação do PCB, em 1922, liquidou o anarquismo, incor-

porando os seus melhores quadros. Evidentemente, o esgotamento da concepção anarquista se deu em função do desenvolvimento da luta de classes mundial, do avanço de posições marxistas com a necessidade de construção do partido revolucionário. O importante dessa experiência é que reforçou a premissa básica do marxismo de que o proletariado não poderá se transformar em força social independente, socialista, sem que seja através do partido”. (...)

“O estalinismo degenerou o leninismo, transformou-o em uma caricatura. A ditadura do proletariado se tornou a ditadura de casta burocrática contra as massas. O regime partidário da democracia interna, regido pelo centralismo democrático, foi substituído pelo centralismo burocrático. O direito de fração e de tendência foi considerado divisionismo e abolido. A mudança no caráter do partido expressou a ruptura programática com o bolchevismo”. (...)

3. “Os adversários internos do estalinismo, como a Oposição de Esquerda Trotskyista, foram expulsos e perseguidos. A substituição estalinista do marxismo, apoiada na autoridade da revolução bolchevique e no seu maior dirigente, Lênin, impediu que a classe operária brasileira construísse o programa da revolução. Bloqueou a tarefa de formação do proletariado em partido político. Ao sacrificar a independência dos explorados por trás da estratégia do governo burguês nacionalismo e ao



eliminar a possibilidade de estruturação do partido leninista, o estalinismo auxiliou a burguesia a retardar o desenvolvimento político do proletariado, mantendo-o subordinado à ideologia burguesa”.

4. “No início de 1930, o trotskismo despontou no Brasil com a Liga Comunista Internacionalista (LCI), opositora à estalinização do PCB; lançou o gérmen da construção programática, criticando arbitrária distinção entre países maduros e não-maduros para a revolução socialista, na qual o Brasil figurava como imaturo. Fundamento esse utilizado para justificar o caráter democrático burguês da revolução e a impossibilidade da revolução proletária. Ao contrário, a IV Internacional, assimilando as críticas da Oposição de Esquerda, liderada por Trotsky, aplica a análise marxista da maturação internacional das premissas básicas da revolução proletária, defende a noção de que a revolução democrática nos países atrasados, como o Brasil, combina com a revolução socialista”.
5. “A experiência do PT reformista nos serve para compreender a concepção do partido. Seus ideólogos se lançaram contra a natureza leninista de quadros, considerado por eles como estreito e desvinculado das massas”. (...) “A rejeição à estrutura leninista do partido, baseado no centralismo democrático e na organização celular reflete a negação do marxismo, como ciência das transformações revolucionárias”. (...) “Os reformistas rechaçam a revolução violenta e defendem modificações graduais e pacíficas no capitalismo. O eixo de sua política está em democratizar o Estado. Através do fortalecimento do parlamento, julgam possível realizar reformas econômicas favoráveis às massas. Os sindicatos sob seu controle são alinhados nessa perspectiva”. (...) “O resultado prático é que o partido de massa se mede pela quantidade de votos e pelo número de participantes arregimentados para comícios demagógicos”. (...)
6. “O desenvolvimento de um PT de massa eleitoral calou fundo na constituição de correntes de esquerda que se proclamam marxista-leninista-trotskistas. Essas foram incapazes de rechaçar consequentemente o programa do governo democrático e popular, o exitismo eleitoral e a concepção de partido burguês. Não puderam, assim, trabalhar como fração revolucionária em favor dos princípios marxistas e do programa da revolução proletária. De conjunto, tais correntes capitularam no 1º Congresso do PT, de 1991, frente à moção de condenação da ditadura proletária e da revolução violenta. Não deram importância ao fato das teses da direção se concentrarem no combate ao princípio histórico da ditadura do proletariado, confundindo-a com o totalitarismo estalinista, que abria caminho para a restauração capitalista na Rússia e Leste Europeu”.
7. “Os revisionistas do trotskismo, sem exceção, levantaram a bandeira eleitoral de ‘governo dos trabalhadores’, procurando

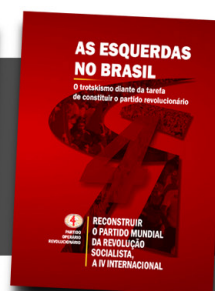
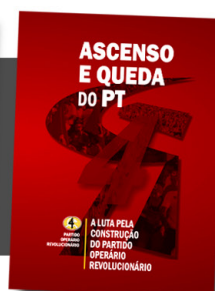
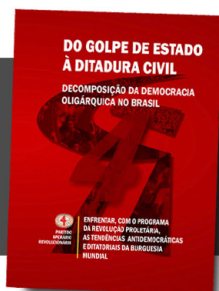
do se diferenciar do governo democrático-popular apenas por suas alianças. Dessa forma, formularam a ideia programática da possibilidade de um ‘governo alternativo dos trabalhadores’, saído das entranhas da democracia burguesa. Para isso, dissolveram o caráter de classe de tal governo na fórmula oportunista genérica ‘dos trabalhadores’. Ao não terem como meta programática desenvolver a estratégia da revolução proletária, que implica combater o reformismo traidor, emprestaram falsamente um valor de transição de um ‘governo dos trabalhadores’, para um futuro revolucionário, sem se darem conta do etapismo estalinista. O governo dos trabalhadores do PT, baseado no caudilhismo das direções sindicais burocráticas, é a fórmula de um governo pequeno-burguês democrático, ou seja, burguês”. (...)

8. “As correntes que assim procederam renegaram o governo operário e camponês, uma forma governamental da ditadura do proletariado e produto do programa da revolução. Desviaram-se da tarefa de construir o partido-programa. A formulação bastarda dos morenistas (Convergência Socialista) de construir o partido através de uma frente (Frente Única Revolucionária – FUR), composta de correntes heterogêneas e sem base principista, revela o conteúdo oportunista e aventureiro de sua política, traduzida em matéria organizativa”. (...) “Tais correntes mantêm-se presas à ideia de um partido de massa eleitoral, amplo e heterogêneo, confundido como partido socialista”.
9. “A tarefa de construção do partido leninista traz a necessidade de assimilar a experiência mundial e a traduzir de acordo com a trajetória particular da luta de classes. A concepção leninista do partido é um dos aspectos fundamentais do marxismo. Parte do princípio de que este objetiva levar a classe operária a destruir o Estado burguês e a instalar o Estado operário por intermédio da revolução violenta”. (...) “A formação do partido marxista no interior das massas e a sua transformação em direção se dá pela multiplicação das células por todo o país, especialmente, no interior das fábricas, locais de trabalho e movimentos, transformando o proletariado inconsciente dos objetivos revolucionários em consciente”.

Esses nove pontos resumem a essência da concepção leninista do partido. É visível que o III Congresso os concebeu baseado tanto nas experiências internacionais como nacionais. Assinala que o partido-programa para se implantar no seio das massas como dirigente da revolução social tem de penetrar profundamente no seio da classe operária.

(Observação: daremos continuidade no próximo Jornal Massas)

ADQUIRA ►
**COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DO MASSAS**



Nesta edição:

Palestina - Manifesto: Não à paz dos cemitérios de Trump e Netanyahu; Intervenção do POR nos atos;
Bolívia - Resolução sobre a Palestina;
Chile - Intervenção na manifestação de 2 anos do genocídio;
Paraguai - Ato contra o genocídio palestino;
Manifestações em defesa da Palestina pelo mundo;
CERQUI - Resposta ao plano de paz de Trump e Netanyahu;
Declaração: O militarismo norte-americano avança sobre a Argentina e a América Latina;
108 anos da Revolução Russa;
33 da liquidação da URSS - A derrota da Revolução Chinesa e suas causas.

Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

Não à paz dos cemitérios de Trump e Netanyahu!

Não ao plano do imperialismo norte-americano de controle da Faixa de Gaza!

Não ao objetivo do Estado sionista de Israel de acabar com a resistência do povo palestino!

Não à estratégia sionista-imperialista de liquidar o Hamas!

*Abaixo a conivência dos Estados árabes com as medidas de
opressão nacional dos Estados Unidos!*

Abaixo a subserviência da Autoridade Palestina aos ditames das potências imperialistas!

*Organizar uma frente única anti-imperialista da maioria oprimida para romper com a
conciliação dos governantes árabes e para derrotar o colonialismo
dos Estados Unidos e de Israel.*

*Por um levante mundial da classe operária e dos demais trabalhadores pelo fim do genocídio
e pelo direito à autodeterminação do povo palestino!*

*Por uma República Socialista da Palestina, como parte da luta pelos Estados Unidos
Socialistas do Oriente Médio!*

Concluída a teatralização na ONU do presidente francês Macron sobre o reconhecimento do Estado palestino, Trump, imediatamente, promoveu a propaganda imperialista de como acabar com a resistência do povo palestino e liquidar o Hamas. Tanto Macron com sua patifaria quanto Trump com sua artilharia genocida protagonizaram o exercício diplomático voltado a apoiar Israel e a livrar o Estado sionista da responsabilidade pela destruição da Faixa de Gaza, pela carnificina, pelo genocídio e pelos bombardeios ao Líbano, Síria, Iêmen, Irã e Catar.

A bandeira esfarrapada do reconhecimento do Estado palestino mal oculta que o imperialismo europeu, anteriormente, seguiu a política de Biden de apoio à intervenção militar de Israel e, agora, depois de dois anos de massacre na Faixa de Gaza, procura diferenciá-lo de Trump, valendo-se do palavreado magnânimo de permissão ao povo palestino do direito a uma caricatura de Estado. E Trump aproveita a matança, a fome, o desabrigo e o desespero da população palestina para colocar sobre a Faixa de Gaza a espada da capitulação, ou da realização definitiva do morticínio.

O imperialismo britânico abriu caminho, já em 1917, à colonização sionista da Palestina, cujos sinais de total incompatibilidade e de violenta confrontação marcaram a história dos massacres e expulsões dos palestinos. O Mandato britânico concebeu a possibilidade de igualdade de direitos entre judeus e palestinos, isso quando mais de 80% da população eram de

palestinos. A revolta palestina em 1929 evidenciou o real sentido e dimensão da colonização sionista e do apoio do imperialismo inglês e francês. Essa confirmação se materializará na revolta palestina de 1933 e na brutal repressão das Forças Armadas britânicas.

Nesse percurso da partilha do Oriente Médio, com a vitória da aliança imperialista franco-inglesa sobre o império turco-otomano, a divisão da Palestina em dois Estados mostrou-se, já em 1937, historicamente impossível. A Segunda Guerra Mundial concluiu com uma nova partilha do Oriente Médio. Dessa vez, o imperialismo norte-americano deu sequência ao objetivo de implantar institucionalmente o Estado de Israel. A decisão da ONU, em 1948, previa dois Estados. Os árabes, apoiados na experiência de 1917 a 1939, período pós Primeira Guerra, resistiram à tese imperialista dos dois Estados.

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO
POSICÃO E RESPOSTA DO
INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.



O confronto que marcou a primeira guerra de resistência à colonização sionista não fez senão confirmar que o Estado de Israel somente poderia ser edificado à base da força econômico-militar e da expulsão dos palestinos em grande parte do território. Posteriormente, a Guerra dos Seis Dias em 1967 estabeleceu um novo marco do desenvolvimento do Estado sionista. Israel ampliou suas fronteiras e empurrou os palestinos a uma pequena parte do seu antigo território. Os próximos passos foram o de avançar no processo de colonização. A Guerra de Yom Kippur, em 1973, em que Israel enfrentou o Egito e a Síria, contrários à conquista de terras pelo sionismo, concluiu favorável ao expansionismo israelense.

O fortalecimento do militarismo do Estado de Israel, apoiado pelos Estados Unidos, o levou a invadir em 1982 o Líbano, com o objetivo de destruir a resistência armada dirigida pela Organização de Libertação da Palestina (OLP), que se encontrava ali exilada. Os sionistas apoiados pelas milícias cristãs maronitas desfecharam o bárbaro massacre nos campos de refugiados de Sabra e Chatila em Beirute, assassinando os palestinos desarmados. Os Estados Unidos estiveram abertamente comprometidos com os crimes de guerra de Israel. A ONU reconheceu o assassinato em massa como genocídio. A retirada das forças da OLP do Líbano se assentou em um acordo de reconhecimento do Estado de Israel. Os Estados Unidos, aliados europeus e governos árabes montaram a farsa do acordo de Oslo, que implicava a constituição de um Estado palestino regido pelas fronteiras anteriores à Guerra de 1967.

As ilusões dos dirigentes da OLP e, na prática, a traição à luta pela autodeterminação do povo palestino, se traduziram na divisão entre a Cisjordânia dirigida pela Autoridade Palestina e a Faixa de Gaza, que passou a ser governada pelo Hamas em 2006. A colaboração da Autoridade Palestina com o imperialismo europeu e norte-americano resultou em um grande avanço da colonização judaica na Cisjordânia, imposta pelo intervencionismo militar e policial, bem como pelas milícias formadas pelos colonizadores. A Segunda Intifada – levante popular dos palestinos –, de 2000 a 2005, indicou a resistência contra o expansionismo israelense sobre Jerusalém. Israel se retirou da Faixa de Gaza, mas a cercou com uma muralha, tornando-a em campo de concentração. O objetivo de sufocar economicamente a população de Gaza não foi suficiente para derrubar o governo do Hamas.

A Operação militar do Hamas em 7 de outubro de 2023 somente pode ser entendida no processo histórico de implantação do Estado sionista pela força das armas e pelo cerco econômico-social à população de 2,4 milhões de palestinos na Faixa de Gaza. Da mesma forma, o dilúvio bélico descarregado por Israel e a decisão do governo de Netanyahu e do imperialismo norte-americano de ir às últimas consequências com o genocídio somente pode ser entendido no terreno da longa marcha do colonialismo sionista.

Há uma outra condição para a compreensão mais próxima possível do massacre e da amplitude que Israel deu ao intervencionismo militar no âmbito do Oriente Médio, que é a polarização das forças econômicas em nível mundial. É preciso reconhecer a interrelação entre a guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, e os abruptos acontecimentos que envolveram a Faixa de Gaza e vários países do Oriente Médio. Em sua base, se encontram a guerra comercial e a escalada militarista. Os antagonismos do imperialismo europeu e norte-americano com a Rússia têm como

antecedentes a retomada da crise mundial do pós-Segunda Guerra na década de 1970 e no processo de restauração capitalista que levou à liquidação da URSS em 1991 e impulsionou as reformas pró-capitalistas na China.

Os Estados Unidos estão profundamente envolvidos na guerra da Ucrânia, na intervenção militar de Israel na Faixa de Gaza e na guerra comercial contra a China. Está colocada mais à frente o confronto militar dos Estados Unidos com a China. O governo de Trump espera impor um novo reordenamento no Oriente Médio que resulte no esmagamento ou neutralização do Irã. É preciso enfraquecer o máximo possível a resistência do nacionalismo que questiona a hegemonia mais ampla do imperialismo norte-americano no Oriente Médio.

O plano de anexar a Faixa de Gaza que passaria a fazer parte do território israelense é de difícil concretização devido às divergências entre os Estados árabes e os temores das potências europeias. De forma que seria um passo mais seguro impor a derrota ao Hamas, constituir uma força de intervenção na Faixa de Gaza dirigida pelos Estados Unidos e dar continuidade à colonização na Cisjordânia colocando a Autoridade Palestina como agente serviço do plano de Trump.

Os setores da burguesia mundial descontentes com a paz dos cemitérios dos Estados Unidos insistem em condenar o Hamas, o que os coloca no terreno da solução imperialista. E os setores que não condenam o Hamas e que contribuem com a farsa dos dois Estados se mostram temerosos e impotentes para se levantarem contra os Estados Unidos.

O único caminho para acabar com o genocídio e dar um passo em favor do direito à autodeterminação do povo palestino é o que já vem sendo trilhado pelas manifestações das massas em nível internacional. Destacam-se, recentemente, a greve geral na Itália, os protestos de 100 mil em Berlim, as mobilizações em

Londres e na Espanha, bem como a resistência da juventude nos Estados Unidos. No Brasil, o movimento chegou a ter pontos altos de mobilização. Não foi maior porque as direções burocráticas se negam a organizar a luta anti-imperialista desde os locais de trabalho e as correntes de esquerda são débeis e incapazes politicamente de trabalhar pela constituição de uma frente única anti-imperialista.

Sem dúvida, uma frente única anti-imperialista possibilitaria proliferar os comitês pró-palestina e combater o colaboracionismo das direções sindicais que só em palavras dizem defender a nação oprimida e se opor ao genocídio. A fraude dos dois Estados deve ser desmascarada e evidenciar o conteúdo imperialista do posicionamento das potências europeias. O plano de Trump deve ser combatido com o programa e a estratégia da classe operária.

A luta da vanguarda com consciência de classe pela constituição da frente única anti-imperialista se dirige a derrotar em primeira instância a ofensiva mundial do imperialismo norte-americano. O Partido Operário Revolucionário (POR) e o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) defendem o programa da revolução social e o objetivo da nação oprimida de alcançar uma República Socialista da Palestina, como uma trincheira para barrar o genocídio, a anexação e o domínio imperialista dos Estados Unidos no Oriente Médio.

Viva a resistência heroica do povo palestino!

Derrotar o imperialismo opressor e saqueador!



Intervenção do POR nos atos Palestina

São Paulo

Grande manifestação em São Paulo denuncia o genocídio

Aconteceu no dia 5 de outubro uma manifestação em apoio à Palestina, que reuniu no MASP (São Paulo) aproximadamente 5 mil pessoas. Se se considerar que não houve convocação massiva por parte dos sindicatos, das centrais e da UNE, o número foi bastante expressivo. A manifestação marchou pela Av. Paulista e desceu a Rua Augusta até a praça Roosevelt, onde se encerrou.

O POR participou das reuniões que prepararam a manifestação e, junto à Frente Palestina São Paulo, convocou os trabalhadores para estarem presentes. A banca de materiais do partido chamou bastante atenção das pessoas que estiveram no ato. Durante a marcha, o partido puxou palavras de ordem no sentido de dar um caráter classista e combativo à manifestação, o que se chocou com as correntes que puxavam palavras de ordem distracionistas, dando um caráter quase carnavalesco ao protesto, uma marca tipicamente pequeno-burguesa. Além disso, o partido fez uma intervenção no carro de som, convocando os explorados a pressionarem as direções políticas a saírem da passividade e passarem à ação, organizando os explorados na luta em defesa do povo palestino e no sentido do rompimento das relações do governo brasileiro com Israel.

Nota-se que, nesse sentido, a maior parte das correntes mantiveram a tática desde outubro de 2023, fazer súplicas, exigências, pedidos para que o governo Lula rompa as relações. Na prática, esse governo que denunciou o massacre manteve seus negócios com os genocidas, fortalecendo a máquina de guerra israelense. Não é possível manter sempre a mesma tática e esperar resultados diferentes. O governo Lula se mostrou incapaz de rechaçar a convivência da burguesia brasileira diante do massacre ao seguir enviando aço e combustível ao Estado sionista. O tão esperado rompimento só seria possível com os métodos da luta de classes contra o governo de frente ampla de Lula. Aí está a importância de cobrar que os sindicatos rompam com a colaboração de classes e com o governismo e passem à ação. A linha porista que tem sido desenvolvida é a de convocar imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações, greves e bloqueios, tal como foi feito na Itália, vinculando os problemas locais com a bandeira de fim do genocídio do povo palestino.

A maioria das intervenções no ato, seja no carro de som, seja no chão, foi de denúncia e defesa dos ativistas da Flotilha Sumud Global, presos ilegalmente por Israel em águas internacionais. De fato, a prepotência sionista de agir mesmo fora dos seus limites territoriais para deter uma missão pacifista mostra que está assentado sobre uma grande força econômica e política internacional, radcada principalmente nos EUA, mas também na França, Inglaterra e Alemanha. O governo alemão mostrou todo seu apoio ao sionismo na abominável declaração do Chanceler Friedrich Merz no dia 7 de outubro, ignorando completamente o massacre de mais de 70 mil palestinos, sendo boa parte crianças.

O fato é que a pequena-burguesia, que atualmente dirige a maior parte do movimento em defesa da Palestina (dado o aban-

dono dos sindicatos operários) e do caráter embrionário da construção do POR, confunde uma ação simbólica como a Flotilha, com uma ação prioritária, desenvolvendo a ideia de que ela poderia barrar o massacre. O resultado é toda sorte de confusão, por parte de uns, e oportunismo, por parte de outros, como, por exemplo, na campanha impulsionada por setores do PSOL com a bandeira: "Se

pararem a Flotilha, vamos parar o Brasil". Ora, os reformistas pequeno-burgueses estão afirmando que possuem capacidade de parar o Brasil, quando pouco fizeram para arrancar os sindicatos da passividade nestes de dois anos de genocídio? Pois bem, pararam a Flotilha e nada aconteceu. Em que pese a política vacilante e oportunista da pequena-burguesia, é dever de todo ex-

plorado com consciência de classe rechaçar as ações criminosas do Estado genocida contra os ativistas da Flotilha.

O plano de Trump de submeter completamente os palestinos, caracterizado pelo POR como um plano que visa à "paz dos cemitérios", contou com o apoio dos países árabes da região e com outras nações, inclusive o Brasil, que, através do Ministro das Relações Exteriores, expressou anuência ao plano. O Hamas, que sofre com um maior isolamento devido aos ataques que sofreram o Irã, o Hezbollah no Líbano, as milícias houthis no Iêmen e a mudança de regime na Síria, foi obrigado a aceitar parte do plano de Trump e manobrar com outros aspectos. Está claro que se trata de uma tentativa de recuperar as forças para um momento futuro. A Autoridade Palestina festejou o plano vendo nele uma possibilidade de recuperar o terreno na Faixa de Gaza.

A manifestação na Avenida Paulista teve o mérito de seguir denunciando o genocídio, mas deve ter continuidade com as ações organizadas desde as direções sindicais, populares e estudantis, no sentido de avançar no combate ao sionismo internacional e ao que se expressa no próprio país. A organização da classe operária, com seus métodos próprios de luta, é parte fundamental dessa tarefa.

Pronunciamento do POR

Companheiros, eu falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Quero falar com clareza e firmeza que a causa palestina é a luta de um povo explorado, oprimido, contra o imperialismo e o Estado sionista de Israel, portanto, é uma luta de classes. E a gente vem aqui destacar quatro pontos.

O primeiro: desde o começo do genocídio ficou claro que ações humanitárias e pacifistas não param o massacre. Elas só servem para enganar e para tirar o foco da luta real. É ilusão achar que o exército sionista vai recuar com atos simbólicos.

Segundo, falo diretamente com os sindicatos: chega de discurso vazio, chega de nota de solidariedade e de evento simbólico. Os sindicatos se fossem realmente da classe explorada já teriam chamado um dia nacional de luta com paralisações e bloqueios de avenidas. A classe operária e a portuária tem força para parar esse sis-



tema, mas falta direção, falta coragem política. Por isso, os comitês precisam deixar de negociar com as direções traidoras e organizar paralisações.

A nossa experiência de agitação na fábrica da GM, junto ao comitê em defesa da Palestina do ABC, mostrou que os operários estão dispostos a lutar. Mesmo com pouca representação política (somente o POR e um representante do PSOL) vimos que a maioria dos operários e trabalhadores apoiam o combate a esse genocídio.

Terceiro: agora querem nos empurrar o plano de Trump, falando em paz duradoura em Gaza. Mas que paz é essa? Paz dos cemitérios, paz sobre os corpos dos palestinos? Ele quer acabar com a maior resistência armada em Gaza, que é o Hamas. Para aniquilar com maior facilidade o povo de Gaza. Não existe paz verdadeira no capitalismo. A paz só vai existir quando a classe operária tomar o

poder e quando existir uma República Socialista da Palestina, como parte dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

E por fim: não podemos esperar pela vontade dos poderosos. A hora de organizar a luta real é agora. A hora de construir uma frente única anti-imperialista nos locais de trabalho, nos portos, nas fábricas e nas bases, é agora. Constituam os comitês. Façam assembleias. Convoquem os sindicatos para um dia nacional de luta. Mostremos que a classe operária tem poder de parar a produção, as avenidas e parar os negócios da burguesia que financia esse massacre.

E por fim quero puxar uma palavra de ordem, que se encaixa perfeitamente no momento que vivemos:

Insurreição armada do povo palestino e morte ao Estado Sionista assassino!



Rio de Janeiro

Fala do POR no GT da Palestina durante o Congresso da UFRJ

Mais de dois anos se passaram e se comprova que não dá para manter a ilusão de que um governo burguês resolverá o genocídio do povo palestino. O Estado assassino de Israel tem se demonstrado um braço do imperialismo norte-americano no Oriente Médio e no resto do mundo. É fundamental que as organizações de esquerda e os sindicatos avancem na construção de uma frente única anti-imperialista, pois este é o único caminho de combater o intervencionismo dos Estados Unidos na América Latina, no Oriente Médio e em toda a parte.

É preciso radicalizar a juventude organizada através de seus CAs e DCE, aqui na UFRJ, e que a juventude oprimida, operário e o resto das classes trabalhadoras avance com os próprios métodos de luta para o fim do esmagamento do povo palestino. Nós, da Corrente Proletária da Educação, chamamos a juventude oprimida a lutar pela construção de uma frente única anti-imperialista com a bandeira da revolução social, com o programa revolucionário.

Rio Grande do Norte

Comitê Pró-Palestina da UFRN realiza dois atos de rua e atividades na universidade

O Comitê Pró-Palestina da UFRN foi organizado em junho, e assumiu o protagonismo dos atos em Natal de solidariedade à Palestina na medida em que o Comitê do RN se dissolveu.

Dia 13 de setembro houve o ato em solidariedade à Palestina em Natal/RN, na calçada do Midway, com uma pequena vanguarda que forma o Comitê Pró-Palestina da UFRN, formado por alunos, professores e funcionários. O ato aconteceu em meio à navegação da flotilha que zarpou rumo à Gaza, para tentar furar o bloqueio imposto às terras palestinas. Se uniu a outros que ocorreram internacionalmente diante do genocídio em curso praticado pelo Estado sionista de Israel.

Dentre a vanguarda universitária presente no ato, além do POR, compareceram o MRT, MES, alguns membros do PSTU e independentes, além de palestinos-brasileiros residentes na cidade. As falas convergiram em exigir que governo Lula rompa com as relações diplomáticas, econômicas, militares e acadêmicas com o Estado sionista de Israel. O POR destacou as exportações de petróleo

e aço brasileiros que fornecem matéria-prima para recrudescer o massacre aos povos originários da Palestina às ordens do imperialismo estadunidense.

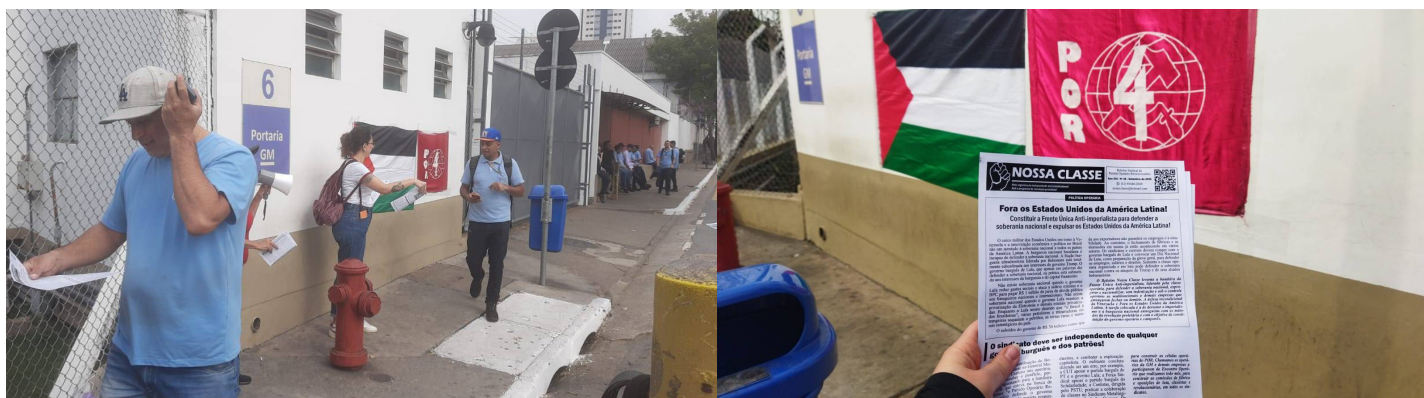
Em seguida, no dia 19/09, o Comitê compareceu a uma audiência com a reitoria, para exigir o rompimento de parcerias entre a UFRN com instituições públicas e privadas com Israel. Mesmo apresentando fartas pesquisas que comprovam as relações entre a universidade com instituições israelenses, a pró-reitora que recebeu o grupo negou que a UFRN tenha relações diretas com o Estado sionista, alegando que apenas professores individuais, por meio de editais aprovados pelo reitor, mantêm relações acadêmicas. Tentou, com essa manobra discursiva, que as relações da UFRN com Israel são indiretas, como se não houvesse, com isso, cooperação entre as partes. Questionada sobre um pedido de posicionamento público, a pró-reitora desconversou, encerrando a reunião. Apesar disso, a ação do Comitê na reitoria foi importante para denunciar o genocídio em Gaza e expor a impotência da burocracia universitária.

No dia 4 de outubro, as 15h, na calçada do Midway, em mais um ato em solidariedade à Palestina, o Comitê Pró-Palestina UFRN se somou às manifestações internacionais que ocorreram neste final de semana contra o genocídio e pela libertação dos integrantes da Flotilha, com destaque para a greve geral na Itália. Os

atos locais, mesmo que pequenos, têm a importância de manter viva a luta e servem como denúncia contra o sionismo colonialista e o imperialismo dos EUA. Falta as direções das centrais e sindicatos romperem a paralisia e organizarem a luta internacionalista da classe operária e demais explorados.

São Paulo - ABC

Corrente Proletária demonstra, na prática, a defesa da aliança operário-estudantil em solidariedade ao povo palestino



Como parte da campanha contra o genocídio do povo palestino, a Corrente Proletária/POR propôs para a tarde de 3 de outubro uma agitação em frente ao portão 6 da unidade da General Motors (GM) de São Caetano do Sul e, em reunião de 26 de setembro, o ABComité aprovou sua incorporação. Em 2 de outubro, porém, a Faísca/MRT organizou uma Vigília Cultural pela libertação dos “sequestrados” da Flotilha de 24h no campus São Bernardo da UFABC, cuja programação incluía um debate na UFABC na tarde de 3 de outubro, conflitando com a ação frentista convocada pelo Comitê.

A Corrente Proletária/POR reivindicou a unificação das ações e compareceu ao evento de abertura da vigília, no qual fez um pronunciamento saudando o movimento estudantil por se colocar pela solidariedade ao povo palestino, denunciando o caráter reacionário do Estado sionista de Israel e o genocídio do povo palestino como um acontecimento histórico, que representa a barbárie que o capitalismo nos reserva. É um imperativo rechaçar o “plano de paz” apresentado recentemente por Trump - que visa liquidar o Hamas e a resistência armada dos palestinos - e expressar apoio irrestrito à resistência heroica do povo palestino, ressaltando que somente a luta armada e massiva pode deter o sionismo e chamando os presentes a se somarem à agitação na GM e ao Ato no MASP.

As atividades da Vigília na UFABC foram integradas basicamente por estudantes da Faísca/MRT, do Juntos/MES-PSOL, e do Correnteza/UJR-UP. Nota-se que a proposta de “acampar” ou fazer vigília nas universidades contra o genocídio do povo palestino é defendida pela Faísca desde o movimento de ocupação das universidades nos Estados Unidos. Desta vez, a atividade midiática em torno da prisão de integrantes da Flotilha levou à adesão de outras correntes, mas as vigílias se restringiram a um pequeno setor do movimento estudantil nas universidades onde o Faísca atua. O que mostra a necessidade de organizar a luta massiva da juventude oprimida, sob o método da ação direta e da organização independente diante de qualquer variante da política burguesa e pequeno-burguesa. No ABC, onde a ação teve

provocação do ex-deputado reacionário Douglas Garcia, o desvio ficou escancarado, já que a vigília se opôs a fortalecer a aliança operário-estudantil, optando por se enclausurar nos muros da universidade.

Já na agitação em frente à GM, convocada pelo Boletim Nossa Classe e pelo ABComité Regional em Defesa da Palestina, compareceram militantes do POR e um representante do mandato da vereadora Bruna, militante do MES/PSOL, que, respectivamente, distribuíram um boletim sindical e um panfleto condenando o genocídio do povo palestino. Com isso foi possível realizar a agitação em dois portões da unidade de São Caetano do Sul/SP da GM. A ação chamou a atenção dos operários, que, em sua ampla maioria, demonstraram acordo em combater o genocídio promovido pelo Estado sionista de Israel.

Durante a agitação, chamamos os operários a apoiarem ativamente a luta pelo fim do genocídio na Palestina, através dos métodos próprios da luta de classes, como a paralisação da produção e distribuição e as manifestações massivas realizadas pelos operários na Itália; exigindo dos sindicatos que convoquem assembleias para discutir a questão e preparar um Dia Nacional de Luta, pois só a força coletiva das massas tem o poder de parar a máquina de morte do Estado Sionista de Israel, financiado pelo imperialismo estadunidense.

Em sua campanha contra o genocídio, o Nossa Classe, boletim sindical distribuído nas fábricas pela militância no POR, defende que a luta contra o genocídio do povo palestino só pode avançar se colocarmos a classe operária portuária e industrial no centro da batalha, pois só ela tem a força material para impedir a exportação e importação que alimenta a guerra genocida de Israel. Na agitação, denunciávamos a hipocrisia do governo Lula/Alckmin, que posa de defensor da Palestina, mas continua exportando petróleo, aço e alimentos para o Estado sionista. Rechaça a farsa da solução de Dois Estados levantada pelo imperialismo. Defende a constituição de uma frente única anti-imperialista em todo o Oriente Médio e uma República Socialista da Palestina.



São Paulo - ABC

Câmara de São Caetano do Sul aprova Congratulação ao Estado sionista de Israel enquanto dança de vereadores na mesa do plenário repercute na imprensa burguesa

A Câmara Municipal de São Caetano do Sul aprovou no dia 7/10/2025 um “Voto de Congratulações ao Estado de Israel”, proposto pelo vereador César Oliva (PSD), que justifica o requerimento com base em “profecias bíblicas” e interpretações religiosas da criação do Estado sionista de Israel. O texto, marcado por um discurso teocrático e movido por falsificações históricas, celebra o projeto sionista como cumprimento da “vontade divina”, apagando deliberadamente a violência colonial e o massacre do povo palestino que marcaram e marcam a fundação e a manutenção de Israel.

Os entusiastas da proposta alegaram se tratar de um “simples voto” e recorreram a argumentos falsos, como a suposta oposição entre Israel e Palestina no que se refere à opressão e à liberdade às mulheres e homossexuais, e ao suposto antisemitismo das forças que defendem a ruptura das relações com o Estado sionista de Israel. Após quatro sessões de discussão, a proposta foi aprovada em 7/10/2025, data que marca dois anos do início da busca pela solução final contra o povo palestino por parte do Estado sionista, com a repercussão de um vídeo gravado em 2/10/2025 onde dois vereadores da Câmara de São Caetano do Sul aparecem dançando sobre mesas da Câmara ao som de Elvis Presley.

Diante disso, os vereadores Caio Salgado (PL) e o Professor Ródnei (PSD) foram obrigados a fazer declarações no início da sessão, ocasião em que um deles afirmou que foi premiado como o melhor vereador da cidade. Apologia que evidencia o alto grau de decomposição do parlamento burguês. Cabe destacar que a vereadora Bruna (MES-PSOL) criticou o caso e a inexistência de um Código de Conselho de Ética na Câmara, exemplificando que tentaram cassar o seu mandato sem motivações plausíveis, ao mesmo tempo em que os vereadores não foram sancionados. Durante a sessão, o Presidente da Câmara ainda indeferiu o pedido



de leitura integral do artigo 70 do Regimento Interno da Câmara, expondo o autoritarismo e o completo descaso com a população.

A aprovação quase unânime 19, a exceção do voto contrário da vereadora Bruna, a quem cabe o reconhecimento por manter uma posição coerente com a solidariedade internacionalista — revela a aliança reacionária entre a ultradireita evangélica e a direita liberal que domina as instituições políticas brasileiras. A invocação de “profecias bíblicas” em um documento legislativo é uma afronta ao caráter laico do Estado, e expressa a penetração do fundamentalismo religioso nas câmaras municipais e demais casas legislativas, usado como instrumento ideológico para legitimar crimes do imperialismo e do colonialismo contemporâneo.

O POR, com o ABComitê Regional Unificado em Defesa da Palestina, esteve presente nas sessões combatendo o sionismo e o genocídio do povo palestino. A retirada da bandeira Palestina exposta do lado de fora da Câmara, sob o pretexto de uma Lei Federal sobre o uso de símbolos nacionais, é um sintoma da perseguição política. A Palestina, que sequer é reconhecida como Estado pela totalidade das potências capitalistas, sofre aqui o mesmo apagamento que enfrenta sob as bombas israelenses. Invocar a legalidade burguesa para censurar um símbolo de resistência é um ato de cumplicidade com o opressor.

Esse acontecimento em São Caetano do Sul não é isolado: reflete o avanço do sionismo e do imperialismo norte-americano dentro da política nacional, disfarçado de “solidariedade religiosa”. Aos explorados e à juventude consciente, cabe denunciar e combater essas iniciativas, que nada têm de humanitárias e tudo têm de colonialistas. É preciso fortalecer a solidariedade internacional ao povo palestino, exigir o fim da ocupação sionista, e lutar por um Estado único, laico e Socialista na Palestina histórica.

São Paulo - ABC / Nota da Corrente Proletária UFABC

O sionismo falsifica a história

O sionismo se apoia numa das maiores falsificações ideológicas do século XX: a de identificar o atual Estado de Israel, criado em 1948, com o “Israel” mencionado na Bíblia. Essa confusão, repetida por setores religiosos, serve para justificar o projeto colonial sionista e legitimar o extermínio do povo palestino como se fosse consequência do cumprimento de uma promessa divina.

O Estado de Israel moderno nasce do sionismo, um movimento nacionalista europeu, moldado pelo colonialismo e apoiado pelas potências imperialistas. Sob o patrocínio britânico e, depois,

estadunidense, o projeto sionista se impôs sobre a Palestina pela força, expulsando mais de 700 mil palestinos na Nakba (catástrofe) e consolidando um regime de apartheid e colonização permanente. O Estado de Israel atua como enclave militar do imperialismo no Oriente Médio, e sua existência depende da opressão do povo palestino e do apoio das potências ocidentais.

Para os explorados e os povos oprimidos, a causa palestina é parte da luta mundial contra o imperialismo e a exploração capitalista. Defender a autodeterminação do povo palestino — o

fim da ocupação, o retorno dos refugiados e uma Palestina laica e socialista — é dever de todos os que lutam pelo fim de todas as formas de opressão, que são de classe.

A libertação da Palestina não virá de acordos burgueses, mas da mobilização unificada dos trabalhadores e das massas

oprimidas, árabes e israelenses, contra seus governos e o sistema que os oprime. Os povos do mundo inteiro se unirão e superarão as guerras de dominação alcançando a sociedade sem classes, o comunismo.

Intervenção do POR no ato em defesa da Palestina na sede da APEOESP, em 7 de outubro

No dia 7 de outubro, quando a intervenção do Estado sionista na Faixa de Gaza, completava dois anos, o PCO realizou um ato no sindicato dos professores, depois de ser proibido na Academia Paulista de Letras. O POR foi convidado e apoiou a manifestação ativamente.

Pronunciamento do POR

Saudações às organizações que estão aqui nesse ato de resistência em defesa do povo palestino. Início colocando que todos os movimentos, todas as organizações e todas as nações que resistem e se opõem à colonização, à ocupação, que defendem a soberania nacional, que defendem a autodeterminação dos povos, são caracterizados pelo imperialismo de terroristas. E com essa caracterização tentam justificar todos os massacres, como o genocídio, a colonização, que está acontecendo com o povo palestino.

Os Estados Unidos estão fazendo ataques diretos. Como o próprio Netanyahu declarou, Israel já destruiu a primeira parte de Gaza, que é um dos objetivos do seu plano colocado em prática, que foi a destruição total de todos os prédios e o massacre do povo palestino. Não há limites para o imperialismo.

Já está mais do que claro: os ataques a Gaza, ao Irã e, agora, aos barcos bombardeados pelos EUA na Venezuela indicam a escalada militar do imperialismo. E qual é a justificativa? O “narcotráfico”, que para Trump entra na classificação de terrorista. Temos de rechaçar toda essa campanha ideológica que faz o sionismo, apoiado pelo imperialismo, com a ideia do “terrorismo”, de que o Hamas é terrorista. É uma obrigação de todos os revolucionários reagir a essa falsificação.

Nós, do Partido Operário Revolucionário, defendemos a nação oprimida frente aos ataques da nação imperialista opressora, sempre. E o que acontece na Faixa de Gaza, na Palestina, é o exemplo concreto da necessidade de defender a autodeterminação do povo palestino. É preciso ter claro que a autodeterminação do povo palestino não se dá pela via da conciliação com as instituições burguesas. Se dá pela via da ação direta, da insurreição armada. Por isso, não se pode dizer defensor da resistência do povo palestino, do fim do genocídio do povo palestino, da autodeterminação do povo palestino, e não defender a resistência armada do povo palestino.

A única forma, o único método de combate, para colocar fim à opressão nacional e

ao genocídio que está sendo promovido pelo Estado sionista, é a insurreição armada do povo palestino em aliança com todos os povos, com a classe operária do Oriente Médio em uma frente única anti-imperialista e anticapitalista.

Isso é importante para rechaçar, para combater o sionismo. Sabemos que o principal responsável pelo genocídio hoje é os Estados Unidos, que financiam com armas, que financiam com dinheiro e, assim, bancam o genocídio. Mas os governos nacionalistas burgueses árabes também têm responsabilidade, não podem defender a soberania e a autodeterminação.

Aqui no Brasil, hoje, foi realizado no Senado uma sessão em homenagem ao Estado sionista. E lá estiveram os sionistas, valendo-se da tribuna parlamentar para defenderem o Estado sionista, caracterizando todos aqueles que lutam ao lado da resistência do povo palestino como antissemitas. Porque é isso que eles dizem. Essa é a campanha que o sionismo e o imperialismo montaram: todos aqueles que defendem a autodeterminação, o fim do genocídio e a resistência do povo palestino são antissemitas. Não, camaradas! Temos de desmascarar essa farsa sionista e imperialista. Todos que defendemos a resistência do povo palestino somos antissionistas.

Não tem nada a ver a luta antissionista, pelo fim do Estado sionista, que é um enclave do imperialismo no Oriente Médio. É um Estado artificialmente criado e mantido pela força das armas e do capital, é uma base militar do imperialismo do Oriente Médio, que agora avança e já declarou que vai ocupar a Faixa de Gaza, porque está interessado no petróleo e no gás que se encontram na orla marítima.

Devemos rechaçar também o que o senador, líder do governo Lula, Jacques Wagner, declarou nessa sessão. Defendeu que o Hamas tem de ser exterminado, em nome do Estado de Israel. Quanto ao governo sionista, hoje é um, amanhã será outro.

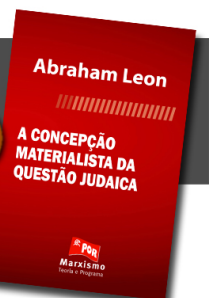
Camaradas, nos nossos atos, em toda a nossa luta, em toda manifestação, uma das palavras de ordem é que o governo rompa com o Estado sionista, colonialista. Essa é uma bandeira colocada porque a Petrobras continua mandando petróleo para manter os tanques, continua mandando aço para alimentar a máquina de guerra dos sionistas. E vem o líder do governo Lula colocar que o Hamas é terrorista. Fez o mesmo que Lula na ONU, que disse clara e corretamente que está ocorrendo um genocídio, mas continua mandando petróleo, mandando aço. Na mesma sessão da ONU, Lula utilizou a arma ideológica do imperialismo de

LANÇAMENTO! Adquirá já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Abraham Leon

R\$ 30



Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionalistas.

acusar o Hamas de organização terrorista. Como a ação terrorista é do Hamas, se o Estado terrorista é o Estado sionista? Se o Hamas expressa a resistência de uma nação oprimida, deve ser defendido contra o objetivo liquidacionista do sionismo colonialista e do imperialismo por todos aqueles que defendem a resistência do povo palestino.

Para concluir, nós do Partido Operário Revolucionário, levantamos a bandeira da Frente Única Anti-imperialista como a tática para colocar fim à opressão nacional, colocar fim ao genocídio do povo palestino. Unificar o proletariado do Oriente Médio em torno da Frente Única Anti-imperialista, liderada pela classe operária.

As manifestações, como a desse ato, têm extrema importância para denunciar todo o genocídio do Estado sionista, mas tem o seu limite. O grande ausente hoje nas manifestações que estão

acontecendo no mundo inteiro é a classe operária organizada. Temos de trabalhar para mudar essa situação desfavorável, por isso nós estamos nas fábricas fazendo panfletagem, fazendo o chamado à classe operária, exigindo dos sindicatos e das centrais, que lutem para que o governo Lula rompa as relações. (salva de palmas)

Mas o governo não rompe por quê? Porque representa os interesses da burguesia e a burguesia sionista é parte do capital financeiro, até o líder do governo é sionista. Portanto, não vai romper. Só romperá através da luta da classe operária, com os demais trabalhadores, a aliança de todos os explorados.

Essa é a resposta, camaradas, que devemos dar.

Viva a resistência do povo palestino!

Viva a autodeterminação do povo palestino!

Por uma República Socialista da Palestina!

Bolívia - Movimento de Solidariedade com Palestina - Sucre

Proposta de resolução sobre a Palestina

O XVIII Congresso Nacional Ordinário da Central Operária Boliviana se solidariza com a luta heroica do povo palestino, que há um ano sofre um genocídio brutal por parte do Estado sionista de Israel.

Vivemos o aprofundamento da crise econômica mundial e o esgotamento da divisão do mundo, pactuada pelas grandes potências vitoriosas da Segunda Guerra Mundial, que é evidenciada pela guerra comercial entre os EUA e a China e seus respectivos aliados, que estão fomentando tendências bélicas e militaristas no mundo. Precisamente, o agravamento dos ataques à Faixa de Gaza e a outros países da região, fazem parte da estratégia do imperialismo norte-americano para garantir sua hegemonia no Oriente Médio através do Estado sionista de Israel.

O que estamos testemunhando não é uma guerra, mas o genocídio de um povo desarmado por um Estado que tem um dos melhores exércitos do planeta e que é financiado pelos EUA e países da OTAN.

O extermínio sistemático do povo palestino não é um fenômeno recente, mas faz parte de um longo processo de dominação política e econômica, complementado pela obliteração e criminalização de sua cultura.

Embora as causas profundas desse conflito sejam políticas e econômicas, isso não os impediu de serem mascarados por discursos religiosos e culturais que buscam justificar o genocídio.

Os trabalhadores bolivianos condenam todos os crimes que estão sendo cometidos no território palestino, onde se acentuaram os assassinatos, torturas, deslocamentos forçados e ataques premeditados contra crianças e mulheres. Foram destruídas as condições indispensáveis para a vida, eliminando a saúde, a educação, a economia e a infraestrutura. O sionismo usa violência sexual, privação de água, remédios e fome como armas de guerra. A Faixa de Gaza foi transformada no maior campo de concentração a céu aberto do mundo.

Este ato de barbárie gerou protestos em nível planetário, com um marcado conteúdo anti-imperialista, com o qual nos solidarizamos e apoiamos plenamente. Cabe aos trabalhadores

promover a mobilização geral dos setores populares para deter o genocídio, chamando a classe operária a se colocar à frente da luta, e, sob o princípio do internacionalismo, a se juntar à luta que os sindicatos de trabalhadores já estão travando em outras partes do mundo. A luta do povo palestino contra a opressão imperialista é também a nossa luta, porque os trabalhadores bolivianos, como os trabalhadores de toda a América Latina, enfrentam as consequências da pilhagem imperialista de nossos países. O melhor apoio ao povo palestino é derrotar o imperialismo e seus laiaos em nosso próprio país.

Proclamamos que a única solução real para a política genocida do sionismo apoiada pelo imperialismo norte-americano é o caminho dos métodos de luta e da estratégia da classe operária. As mobilizações massivas de trabalhadores e jovens na Europa, nos Estados Unidos e em todo o mundo em apoio ao povo palestino, a vigorosa greve geral do proletariado italiano, confirmam esta perspectiva. Qualquer acordo de pacificação momentânea, imposto nos termos e na estratégia do imperialismo norte-americano, como o proposto pelo governo norte-americano, significará apenas adiar o genocídio e a política expansionista e rapinagem do Estado sionista israelense.

Por tudo isso, os trabalhadores bolivianos exigimos a cessação do genocídio do povo palestino, a retirada das forças sionistas de seu território, a expulsão do imperialismo norte-americano do Oriente Médio e a autodeterminação da Palestina. Somos parte da luta anti-imperialista e anticapitalista dos explorados do mundo.

Viva o internacionalismo proletário!

Parem o genocídio contra o povo palestino!

Pela autodeterminação da Palestina!

Fora o sionismo colonizador e o imperialismo do Oriente Médio!

Viva a mobilização mundial em defesa da Palestina Livre!

Cobija, outubro de 2025

(Extraído do Jornal Massas, nº 2855, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Chile

Intervenção do Comitê Construtor do Partido Operário Revolucionário no Chile na manifestação dos dois anos da intervenção do Estado sionista na Faixa de Gaza

Inúmeros têm sido os protestos dos chilenos contra a carnificina dos palestinos da Faixa de Gaza. Segundo informações, o Chile possui um dos maiores contingentes de palestinos na América Latina. Cerca de 500 mil pessoas no Chile são de palestinos e descendentes. No dia 7 de outubro desse ano, Valparaíso respondeu à situação catastrófica dos palestinos com mais uma manifestação.

Publicamos abaixo a nota enviada ao Jornal Massas pelo Comitê Construtor do POR

Como membro do Comitê de Construção do Partido Operário Revolucionário/Chile, aderimos com nossa presença, à marcha na Praça Victoria de Valparaíso em 7 de outubro de 2025, em solidariedade a todos os povos do mundo CONTRA O IMPERIALISMO E A FAVOR DO POVO PALESTINO.

Expressamos a posição do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional nos seguintes termos:

Não à paz dos cemitérios de Trump e Netanyahu!

Não ao plano do imperialismo norte-americano de

controle da Faixa de Gaza!

Não

ao objetivo do Estado sionista de Israel de acabar com a resistência do povo palestino!

Não à estratégia sionista-imperialista de liquidar o Hamas!

Abaixo a convivência dos Estados árabes com as medidas de opressão nacional dos Estados Unidos!

Abaixo a subserviência da Autoridade Palestina aos ditames das potências imperialistas!

Organizar uma frente única anti-imperialista da maioria oprimida para romper com a conciliação dos governantes árabes e para derrotar o colonialismo dos Estados Unidos e de Israel.

Por um levante mundial da classe operária e dos demais trabalhadores pelo fim do genocídio e pelo direito à

autodeterminação do povo palestino!

Por uma República Socialista da Palestina, como parte da luta pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio!

7/10/2025



Paraguai

7 de outubro, ato contra o genocídio palestino

Em 7 de outubro, a dois anos do recrudescimento do genocídio em Gaza, diversas organizações e cidadãos se reuniram diante da Chancelaria Nacional em Assunção, para expressar seu repúdio aos crimes cometidos contra o povo palestino e exigir uma postura firme do Estado paraguaio. O ato foi convocado pela Articulação Palestina no Paraguai.

Durante a manifestação, as organizações denunciaram o Estado paraguaio por sua cumplicidade na prática de crimes de guerra e genocídio. "O Paraguai não tem laços históricos com Israel, mas os têm com a Palestina. Os vínculos com Israel são os cartistas, Stroessner, traficantes de drogas,



Desde Paraguay, alzamos la voz por Gaza.

repressores de camponeses e estudantes, assassinos de indígenas e exploradores dos trabalhadores. Os laços históricos do povo paraguaio são com o povo palestino que, como nós, sobreviveu ao genocídio e à ocupação estrangeira, à expropriação, ao deslocamento forçado, ao massacre de crianças", diz a Articulação Palestina no Paraguai.

A Articulação Palestina no Paraguai é um conglomerado de organizações sociais, políticas e individuais de vários setores que desde 2023 coordena várias iniciativas de solidariedade contra o genocídio. Durante dois anos, realizou inúmeras ações diretas, festivais de música, eventos e manifestações em solidariedade ao povo palestino.

Palestina – manifestações no mundo

Multitudinárias mobilizações na Europa e no mundo contra o genocídio na Palestina

Desde o mês de setembro, aumentou a mobilização que já vinha se registrando, com altos e baixos, contra o genocídio do povo palestino. No final desse mês e nos primeiros dias de outubro, houve um incremento enorme, em parte estimulado pela repressão perpetrada pelo Estado de Israel à flotilha global Sumud.

Já em 14 de setembro se realizou uma importante manifestação diante do Portão de Brandemburgo em Berlim, na qual participaram cerca de 20.000 pessoas, um dos maiores protestos pró-palestinos na Alemanha nos últimos meses. O Estado alemão é um dos principais aliados de Israel, em grande parte devido à sua responsabilidade histórica pelo Holocausto, que moldou sua política externa do pós-guerra em torno da garantia da segurança ao Estado judeu e do combate ao antissemitismo.

Em 27 de setembro aproximadamente 100.000 pessoas se reuniram para protestar e exigir o fim do genocídio em Gaza, interromper o fornecimento de armas alemãs para Israel e o livre acesso para ajuda humanitária. O protesto foi convocado por uma aliança de cerca de 50 grupos, incluindo grupos pró-palestinos, a Anistia Internacional e partidos de esquerda.

Na mesma data, a cidade de Turim foi palco de um protesto não autorizado que visava atingir infraestruturas essenciais. Uma manifestação com o objetivo declarado de bloquear o trânsito e chegar às instalações do grupo de defesa Leonardo, localizado nas proximidades. A manifestação foi então interceptada na estrada em direção ao aeroporto por um grande contingente policial com equipamento antimotim. Na tentativa de romper o cordão de segurança para aceder ao aeroporto, os manifestantes entraram em confronto com as forças da ordem, que responderam com uma carga apoiada pelo uso de hidrantes e gás lacrimogêneo. Muitos manifestantes ficaram feridos.

Também em Gênova, ocorreram duas mobilizações em apoio à causa palestina. À tarde, uma manifestação que partiu da via Fanti d'Itália causou grandes transtornos ao trânsito em várias áreas críticas da cidade, incluindo a estação marítima. Já o protesto, promovido pelo CALP (Coletivo Autônomo dos Trabalhadores Portuários), levantava a bandeira “contra a guerra e contra a OTAN, contra o genocídio na Palestina”.

Entretanto, o grande salto aconteceu entre os dias 2 e 5 de outubro, tendo a Itália como epicentro desse verdadeiro terremoto. Estima-se que 2 milhões de pessoas se mobilizaram nas diversas cidades italianas ao mesmo tempo em que uma greve geral foi realizada interrompendo serviços essenciais. Sindicatos italianos declararam greve após a Flotilha Global Sumud, que tentava romper o bloqueio naval israelense para entregar ajuda a Gaza, ter sido interceptada por forças navais israelenses. Protestos e manifestações surgiram por toda a Europa e pelo mundo desde então, mas foram particularmente fortes na Itália. Mais de 2 milhões de pessoas em toda a Itália se reuniram em mais de 100 cidades, no dia 3, para uma greve geral de um dia em apoio aos moradores de Gaza, informou a maior central sindical da Itália. De acordo



com a Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL), 300.000 pessoas marcharam pelas ruas somente de Roma, enquanto a participação média nacional na greve geral ficou em torno de 60%, interrompendo todos os principais serviços em setores-chave, incluindo transporte e escolas. A greve foi convocada pela Union Sindical de Base (USB) em conjunto com a CGIL, a maior central sindical da Itália, com seus cinco milhões de mem-

bros. Isso não ocorria há pelo menos 35 anos. A pressão inflexível das massas, que expressavam a necessidade da unidade, forçou a burocracia da CGIL a mobilizar grandes setores dos trabalhadores.

O cômputo da participação nas principais cidades foi: Milão: 150 mil, Roma: 300 mil, Bolonha: 100 mil, Turim: 70 mil, Gênova: 30 mil, Florença: 100 mil, Bari: 20 mil, Nápoles: 50 mil, Palermo: 30 mil.

Em Milão, os 150.000 manifestantes marcharam em uma coluna de 4 quilômetros de extensão, um mar de pessoas, atrás de uma enorme faixa com a inscrição “Palestina Livre – Parem a Máquina de Guerra”. Os trabalhadores e a juventude italiana não imaginavam, antes do dia 3, que a liderança da CGIL agiria dessa maneira. Essa mudança, deveu-se certamente ao impacto que a enorme mobilização de 22 de setembro, com mais de meio milhão de pessoas marchando em 80 cidades, os tirou do letargo. A enorme participação também demonstrou o quão forte um movimento pode ser quando convocado pelos sindicatos.

Na Espanha também ocorreram importantes manifestações em diversas cidades do país. No dia 4, autoridades disseram que 100.000 pessoas marcharam em Madri. Houve atos em Vigo, Sevilha, Málaga, Pamplona e Barcelona. Em Barcelona, estima-se em 300 mil o número de manifestantes no centro da cidade para exigir o fim do genocídio israelense em Gaza e apoio à Flotilha Global Sumud. A mobilização foi convocada por mais de 600 organizações e sindicatos, começando nos Jardinetes de Gràcia e concluindo no Arco do Triunfo.

Em diversas outras cidades também se registraram mobilizações no mesmo período.

Manifestações pró-palestina foram realizadas em Manchester e Londres, apesar das restrições da polícia e dos políticos (o primeiro Ministro disse aos organizadores que deveriam “reconhecer e respeitar a dor dos judeus britânicos esta semana” e adiar os protestos). Cerca de 100 pessoas se reuniram numa praça central de Manchester sob chuva intensa agitando bandeiras e exigindo o fim do genocídio em Gaza. Em Londres, os organizadores disseram que cerca de mil pessoas se manifestaram contra a proibição da Ação Palestina, grupo de ação direta que atacou aviões militares britânicos e alvejou locais que têm ligações com o exército israelense. A organização foi classificada como terrorista pelo governo britânico.

Nos Países Baixos os protestos se concentraram em Amsterdã, onde centenas de milhares protestaram contra o massacre. Amsterdã é uma cidade com menos de um milhão de habitantes. Como

as ruas da cidade não são tão largas, levou mais de uma hora para que todos pudessem sair da Praça dos Museus. Esta enorme manifestação segue duas outras em Haia, com 100.000 e 150.000 manifestantes, respectivamente. Cabe ressaltar que desde a manifestação de maio, o governo holandês mudou lentamente sua posição contra Israel, impondo proibições de viagem a dois ministros israelenses de extrema direita em julho, acusando-os de incitar a violência contra palestinos e pedindo uma “limpeza étnica” de Gaza.

Houve atos na Tailândia, com centenas de pessoas participando da marcha em Bancoc contra o genocídio em Gaza, culminando na sede da embaixada de Israel e manifestações menores em Atenas e Skopje, na Macedônia do Norte.

Já na Turquia, foi em Istambul a maior das várias manifestações realizadas no país. Imagens mostraram multidões caminhando da icônica Hagia Sophia até as margens do Corno de Ouro, onde foram recebidas por dezenas de barcos enfeitados com bandeiras turcas e palestinas. Os manifestantes pediram solidariedade muçulmana aos palestinos após as orações do meio-dia em frente à antiga catedral bizantina, agora convertida em mesquita. Na capital turca, Ancara, manifestantes ergueram bandeiras e cartazes condenando o “genocídio” em Gaza. “Essa opressão, que começou em 1948, continua há dois anos, transformando-se em genocídio”, afirmaram manifestantes turcos.

Na Bulgária e em Marrocos as manifestações exigiram a libertação de ativistas da flotilha. Na capital búlgara, Sófia, manifestantes marcharam com cartazes que diziam “Gaza: a fome é uma arma de guerra” e “Gaza é o maior cemitério de crianças”. Marroquinos foram às ruas da capital, Rabat, em apoio aos palestinos em Gaza, muitos usando keffiyehs árabes. Uma bandeira israelense foi queimada durante a marcha.

Na Bélgica, houve manifestações diárias em frente ao Ministério das Relações Exteriores, a fim de “pressioná-lo” a exigir a proteção dos belgas na Flotilha. Além disso, houve concentrações diárias no centro de Bruxelas, de algumas centenas a mil participantes. Com o apoio do sindicato, os carregadores de bagagem do Aeroporto Nacional de Bruxelas resolveram boicotar os voos da Israel Airlines. Seu apelo termina com estas palavras impactantes: “Enquanto o governo chora e lamenta, os trabalhadores agem”.

Na Irlanda, milhares de pessoas marcharam pelo centro de Dublin para marcar o os “dois anos de genocídio” em Gaza. Os oradores pediram sanções a Israel, o fim imediato do conflito e o envolvimento palestino em qualquer plano de cessar-fogo. Em Paris, a manifestação contou com cerca de 10.000 pessoas. Também aconteceram manifestações no Canadá, na Áustria, Suíça, Finlândia, Polônia e Dinamarca.

Eis o quadro sintético da enorme mobilização que sacudiu quase toda Europa e parte de outros continentes nas últimas semanas. Nessa retomada da mobilização de massas se destaca a explosão combativa dos italianos, tanto pela massividade e abrangência do movimento, quanto pelo fato dela ter provocado uma greve política geral convocada pela principal central sindical. Certamente as centrais sindicais tiveram de ceder à pressão de baixo que vinha se expressando nas manifestações anteriores e ameaçavam sair do controle dessas burocracias. Tanto na Itália, quanto nos outros países europeus, o estopim da explosão das massas está sendo a solidariedade com o povo palestino, mas tem também tem um conteúdo de profunda revolta contra a situação econômica, motivada pela política imperialista da OTAN. Ao mesmo tempo, todos os principais Estados europeus continuam apoiando o genocídio e armando a máquina de guerra sionista, em detrimento das estruturas de proteção social que estão sendo degradadas em toda parte, além da exasperação provocada pela inflação e estagnação econômicas, agora agravadas pelo encarecimento do gás, que os estados europeus importavam antes da Rússia e que atualmente precisam pagar o triplo do que antes pagavam, justo na época em

que o inverno se aproxima. Corretamente as massas trabalhadoras e a juventude que compõem o grosso das manifestações identificam seus governos como os responsáveis pelo agravamento da situação econômica e apoio ao sionismo assassino.

E, em que pese ainda predominar um certo pacifismo entre os manifestantes, já se observam manifestações de retomada dos métodos da luta de classes, principalmente com o ingresso, ainda que incipiente, da classe operária organizada no movimento. Além dos fechamentos de ruas e avenidas, ocupação de prédios públicos ou vinculados ao sionismo [Inglaterra] e o enfrentamento da repressão que se incrementa em toda parte, constata-se iniciativas como a dos carregadores de bagagem do Aeroporto Nacional de Bruxelas boicotando os voos da Israel Airlines, a própria greve geral convocada pelas centrais italianas e, principalmente a organização e ações concretas de sabotagem por parte dos estivadores de diversos portos europeus de onde são despachados armamentos e outros suprimentos para Israel.

Nesse sentido, vale mencionar que nos dias 26 e 27 de setembro, delegados de vários dos principais sindicatos de estivadores europeus e mediterrâneos se reuniram em Gênova para discutir ações conjuntas para deter o genocídio em Gaza. Nos últimos meses, os estivadores têm estado na linha de frente da luta contra os embarques de armas para Israel, bloqueando navios e cargas nos principais portos europeus. “Os estivadores não trabalham para a guerra” foi o slogan que abriu a Conferência internacional dos estivadores. “A conferência contou com a presença de delegados do sindicato ENEDEP, do porto de Pireu, de Atenas, membro da poderosa confederação sindical grega PAME; da CGT Portos e Docas, a federação de estivadores da principal central sindical francesa, a CGT; do sindicato basco LAB, que enviou delegados dos portos de Bilbao e San Sebastián; do sindicato PEO, de Chipre; e do sindicato SZPD, do porto de Koper, na Eslovênia. Delegados do sindicato de estivadores ODT, em Tânger, e do sindicato Liman-İş, da Turquia, também eram esperados, mas não puderam comparecer devido à falta de vistos. No entanto, eles também aprovaram e assinaram a resolução final da Conferência. Delegados de outros países também foram convidados como observadores”.

“Não queremos que os portos, os nossos locais de trabalho ou nós próprios, enquanto trabalhadores, nos tornemos uma engrenagem na máquina de guerra. Não queremos carregar bombas ou outro material bélico para massacrar pessoas. Não queremos que os nossos governos e a União Europeia transformem a economia numa máquina de guerra, privatizando os portos, reduzindo salários e privando as pessoas da educação, da saúde, dos serviços sociais, do pão e de uma vida digna, e destinando 850 bilhões de euros ao rearmamento e às empresas multinacionais de armamento. [...] Com coragem, determinação e fé na nossa causa, convidamos os trabalhadores a tomarem as rédeas da situação. Somos muitos, somos fortes, podemos fazê-lo e podemos vencer, por uma Palestina livre, pela paz, contra a guerra imperialista e pela solidariedade dos trabalhadores e dos estivadores. Os estivadores têm os mesmos inimigos e uma única luta.” Diz a resolução final.

Trata-se de um passo importante, mas, em meio ao predomínio da política de colaboração de classes na absoluta maioria das organizações sindicais, algumas delas participantes desta Conferência. Contudo, da mesma forma que a revolta popular forçou as centrais italianas à greve geral, os movimentos tectônicos subjacentes nessa revolta forçarão as vanguardas e organizações políticas a responder o que as massas exigem, sem saber, ou seja, como acabar com o inferno a que o capitalismo submete às massas oprimidas do mundo inteiro. É dessa forma que se coloca a tarefa histórica de resolver a crise de direção revolucionária do proletariado, pois a defesa da revolução social como única alternativa à barbárie capitalista, depende da reconstrução da Quarta Internacional.

Resposta do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) ao plano de Trump e Netanyahu

Ignorar e rejeitar o plano colonialista de 20 pontos. Sua paz é a paz dos cemitérios

Donald Trump apresentou um “Plano Abrangente” de 20 pontos junto ao primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu na Casa Branca. É o imperialismo que dita as regras do governo israelense. No Conselho de Segurança da ONU, apenas os Estados Unidos apoiam franca e abertamente a continuidade da invasão e da posse territorial. Os Estados Unidos são o pilar central da ofensiva contra o povo palestino, do expansionismo e do genocídio.

O plano de Trump foi uma resposta ao discurso de Macron na Assembleia Geral da ONU, no qual pediu um acordo de paz na Faixa de Gaza e exigiu o reconhecimento do Estado palestino. A França ecoou vários países europeus, como Reino Unido e Espanha, bem como Canadá e Noruega. A grande maioria dos estados-membros apoia o fim do genocídio do Estado de Israel contra os palestinos. Mas, acima de tudo, buscam deter a gigantesca mobilização que se espalha pelo mundo em solidariedade ao povo palestino, a greve geral na Itália, a repercussão internacional da flotilha que transportava alimentos e remédios e foi interceptada e reprimida por Israel. Os EUA e Israel estão se tornando mais isolados do resto do mundo, que repudia seu genocídio.

A demolição de cidades na Faixa de Gaza, com milhares de corpos enterrados sob escombros, mais de 67.000 mortes por bombas e fome, os milhares de palestinos deslocados e a transformação do território em um campo de concentração, destacam a longa história de violência colonialista perpetrada pelo Estado sionista. É neste terreno que foi negado ao povo palestino o direito de estabelecer o seu próprio Estado. O Acordo continua negando o direito à autodeterminação do povo palestino, impõe o fim da resistência e a sua rendição.

- O ponto 6 estabelece a rendição do Hamas: “6. Assim que todos os reféns forem devolvidos, os membros do Hamas que se comprometerem com a coexistência pacífica e entregarem suas armas receberão anistia. Os membros do Hamas que desejam deixar Gaza receberão passagem segura para os países receptores”. Nenhuma coexistência pacífica com o Estado genocida e opressor é possível, sua existência nega qualquer direito do povo palestino à autodeterminação.

- Os termos da rendição; “13. O Hamas e outras facções concordam em não desempenhar nenhum papel no governo de Gaza, seja direta, indiretamente ou de outra forma. Toda a infraestrutura militar, terrorista e ofensiva, incluindo túneis e instalações de produção de armas, será destruída e não será reconstruída. Um processo de desmilitarização de Gaza será realizado sob a supervisão de observadores independentes, que incluirá a desativação permanente de armas ... A nova Gaza se comprometerá plenamente ... para coexistir pacificamente com seus vizinhos”. É o cúmulo da hipocrisia colonialista aceitar pacificamente a opressão sob a mira do exército mais bem apetrechado do mundo.

- Compromete os países árabes a aprofundar sua cumplicidade com Israel e garantir a rendição do Hamas. “14 Os parceiros regionais fornecerão uma garantia para assegurar que o Hamas e suas facções cumpram suas obrigações e que a Nova Gaza não represente uma ameaça para seus vizinhos ou seu povo”.

- O documento não diz quais países estão aderindo ao Acordo, mas o objetivo é claro: “15. Os EUA trabalharão com parceiros árabes e internacionais para criar uma Força Internacional de Estabilização (ISF a sigla em inglês) temporária que será enviada imediatamente para Gaza. A ISF treinará e apoiará forças policiais

palestinas selecionadas em Gaza e consultará a Jordânia e o Egito, que têm vasta experiência nessa área. Esta força será a solução de longo prazo para a segurança interna. A ISF colaborará com Israel e Egito para ajudar a proteger as áreas de fronteira, juntamente com as forças policiais palestinas recém-treinadas...”.

- Um governo colonial será estabelecido para Gaza, independentemente da vontade dos seus habitantes, liquidando até mesmo a autodeterminação mais elementar, excluindo expressamente o Hamas, que tem sido sua representação política desde 2006. “9. Gaza será governada por um governo de transição temporário de um comitê palestino tecnocrático e apolítico, ... composto por palestinos qualificados e especialistas internacionais, com a supervisão de um novo órgão internacional de transição, o “Peace Board”, chefiado e presidido por Donald J. Trump, com outros membros e chefes de Estado a ser anunciado, incluindo o antigo Primeiro-Ministro Tony Blair. Este órgão definirá o marco e cuidará do financiamento para a reurbanização de Gaza até que a Autoridade Palestina conclua seu programa de reforma, e possa recuperar o controle de Gaza com segurança e eficácia”. A Autoridade Palestina já declarou sua aceitação desse papel como um miserável servo do colonialismo.

- O ponto 7 deixa claro o mecanismo permanente de extorsão do imperialismo, que complementa as ações militares: “7. Uma vez aceito este acordo, toda a ajuda será imediatamente enviada à Faixa de Gaza. No mínimo, ... a reabilitação de infraestruturas (água, eletricidade, esgotos), a reabilitação de hospitais e padarias, e a entrada de equipamentos necessários para remover entulho e estradas abertas.

- No ponto 10, se retoma os projetos do capital financeiro: “Um plano de desenvolvimento econômico de Trump será criado para reconstruir e energizar Gaza, convocando um painel de especialistas ...” “11. Será estabelecida uma zona econômica especial com tarifas preferenciais e taxas de acesso a negociar com os países participantes”.

- Parece que Trump está recuando em seu objetivo declarado há alguns meses de expulsar todos os palestinos de Gaza e que o sionismo ambiciona anexar completamente o território. “12. Ninguém será forçado a deixar Gaza, e aqueles que desejarem sair serão livres para fazê-lo, bem como para retornar. Vamos encorajar as pessoas a ficar e oferecer-lhes a oportunidade de construir uma Gaza melhor.” Já conhecemos todos os “planos de paz”, eles buscam ganhar tempo para retornar à sua política de expansão contínua.

- O ponto 16 parece colocar um limite nas pretensões anexionistas, a fim de tornar o Acordo viável. “Israel não ocupará ou anexará Gaza. À medida que as ISF estabeleçam o controle e estabilidade, as Forças de Defesa de Israel (IDF) se retirarão com base em regras, marcos e cronogramas relacionados à desmilitarização a serem acordados entre as IDF, as ISF, os fiadores e os EUA, com o objetivo de alcançar uma Gaza segura que não represente mais uma ameaça para Israel, Egito ou seus cidadãos. Na prática, as FDI entregarão progressivamente o território de Gaza que ocupam às ISF, ... um acordo a que chegarão com a autoridade de transição, até que se retirem completamente de Gaza, exceto por uma presença de perímetro de segurança que permanecerá até que Gaza esteja devidamente protegida de qualquer ameaça terrorista que possa ressurgir.” O sionismo genocida decidirá se, em algum momen-

to, considera seguro recuar para um perímetro de onde continuar vigiando, controlando e atacando a população. Eles são a ameaça terrorista para Gaza e toda a região.

- EUA e Israel definem que a Autoridade Palestina poderá assumir o controle de Gaza de onde foi expulsa há 20 anos por traição ao seu povo e corrupção e que essa será a autodeterminação que eles merecem e que pode ser o caminho para a criação de um Estado palestino, para conter a reivindicação hipócrita das potências europeias e da maioria dos países: “19. À medida que a reconstrução de Gaza avança e o programa de reforma da Autoridade Palestina seja fielmente executado, as condições podem finalmente estar reunidas para um caminho confiável para a autodeterminação e a criação de um Estado palestino, que reconhecemos como a aspiração do povo palestino”.

- Em seu primeiro ponto, o Acordo diz: “1. Gaza será uma zona livre de terrorismo, que não representará uma ameaça para seus vizinhos”. O Oriente Médio estará livre do terrorismo quando a revolução social liquide o estado terrorista de Israel, implantado pelo imperialismo para controlar e dominar o Oriente Médio.

Não basta com a feroz e heroica resistência do povo palestino, com as mobilizações extraordinárias, para derrotar o imperialismo que em sua decadência age como uma besta desesperada capaz de qualquer selvageria para se preservar. É necessária uma luta anti-imperialista em todo o mundo para atacar suas bases materiais, econômicas, militares e de dominação, a fim de derrotá-lo em todas as frentes.

Esta tarefa histórica requer resolver a crise de direção mundial que é dramática e impede que a classe operária se levante como força motriz das lutas anti-imperialistas e anticapitalistas. Mas, objetivamente, em meio à catástrofe capitalista, emerge o programa da revolução social. É nessa direção que a vanguarda com consciência de classe deve guiar-se.

Atualmente, há uma crescente compreensão de que a queda do colonialismo e do imperialismo sionista virá da luta estratégica pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Não haverá dois estados na Palestina. A solução histórica centra-se na tarefa dos palestinos, judeus e outras nacionalidades oprimidas para alcançar uma República Socialista da Palestina.

Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

O militarismo norte-americano avança sobre a Argentina e a América Latina, uma séria ameaça à soberania de nossos países

Javier Milei autorizou por decreto a entrada de tropas e recursos dos EUA na Argentina, para realizar exercícios nas bases navais argentinas de Mar del Plata, Puerto Belgrano e Ushuaia, nos espaços destinados ao treinamento militar, marítimo e terrestre, entre 20 de outubro e 15 de novembro de 2025. É o chamado exercício “Tridente”. Não é a primeira vez que isso acontece, já havia sido feito durante o mês de agosto, pelo Corpo de Fuzileiros Navais, também sem autorização parlamentar, atuando como uma ditadura civil que passa impunemente por cima da Constituição.

O decreto foi publicado sob o número 697/2025, com as assinaturas do presidente, do chanceler e de todos os ministros. O Executivo reconhece que o Congresso não lhe deu autorização para permitir o acesso de tropas estrangeiras no território nacional. Diz que enviou um projeto “oportunamente” com aquele pedido, mas foi ignorado, salienta que “o caráter excepcional da situação suscitada impossibilita o cumprimento dos procedimentos ordinários previstos na Constituição Nacional”. Não se sabe qual é a urgência ou o caráter excepcional da medida.

Os EUA são o chefe da OTAN, que mantém, com o Reino Unido, a ocupação militar das Malvinas, onde instalou uma fortaleza militar. Foram eles que mataram os soldados argentinos na guerra. São eles que violaram flagrantemente a soberania do País. A maioria da população repudia essa ofensa.

A permissão e a pressão para permitir uma base militar na Tierra del Fuego fazem parte da política servil do governo Milei e do grande capital nacional de entregar tudo o que o império pede em troca de alguma tábua de salvação.

Tierra del Fuego tem relevância geopolítica devido à existência de três passagens bioceânicas (Estreito de Magalhães, Canal de Beagle e Mar de Hoces), que são naturais – e não artificiais, como o Canal do Panamá – e que permitirão aos EUA realizar uma manobra de pinça sobre a China desde os oceanos Atlântico Sul e Índico até o Pacífico, e aceder aos recursos do continente antártico.

Desta forma, tem a possibilidade de utilizar o porto nas Ilhas Malvinas, pode acessar os portos chilenos e, se se concretizar, tam-

bém poderá recorrer a Ushuaia. Neste último caso, não importa se é uma base combinada entre a Argentina e os americanos, mas o mais relevante para o imperialismo é contar com a cidade fueguina como suporte para seu apoio logístico.

O desenvolvimento dos exercícios militares planejados pelo Executivo custaria à Marinha uma quantia milionária e envolveria a Aviação Naval, a Frota Marítima, a Força Submarina, o Comando do Corpo de Fuzileiros Navais, “bem como as diferentes bases navais e pontos de apoio que a Marinha possui ao longo da costa marítima e costeira argentina”. O anexo que acompanha o decreto diz que os exercícios têm como objetivo “aumentar a cooperação” entre as forças argentinas e norte-americanas, “bem como aumentar a capacidade de defesa em espaços de jurisdição nacional e de interesse estratégico para o país”. Querem fazer os argentinos de bestas, zombam dizendo que, agindo em conjunto com os invasores, seremos capazes de defender o interesse estratégico do país.

Os EUA nos impõem sua guerra comercial contra a China, pretendendo nos usar como base e pressionando para quebrar todos os acordos. As centrais hidrelétricas de Santa Cruz foram interrompidas por anos por causa de sua intervenção.

Como foi demonstrado na Tierra del Fuego e, em todo o país, é a classe operária que tem de assumir a liderança na luta em defesa da soberania nacional, com seus próprios métodos de luta, para expulsar o imperialismo opressor.

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquirir já com o distribuidor do Jornal Massas.

R\$ 40



A Venezuela denuncia como outra provocação o envio de caças norte-americanos perto de seu território que se soma ao ataque a várias embarcações

O ministro da Defesa venezuelano, Vladimir Padrino López, alertou que Washington busca justificar uma intervenção contra o governo de Nicolás Maduro, contra quem o governo Trump estabeleceu uma recompensa de 50 milhões de dólares por sua captura.

Denunciou a presença de caças dos EUA, que voaram perto da costa venezuelana, no Mar do Caribe, onde o governo de Donald Trump mantém um destacamento naval sob o argumento de combater o narcotráfico. “Denuncio perante o mundo o assédio militar, a ameaça militar do governo dos Estados Unidos contra o povo da Venezuela (...)

O sistema aéreo integrado da Venezuela detectou aviões de combate dos EUA, algo que disse ter sido comprovado e verificado, até mesmo por uma companhia aérea internacional que relatou a presença da aeronave à torre de controle de Maiquetía, o aeroporto que serve Caracas. “Nunca vimos essa enxurrada de aeronaves. Sabemos que estão estacionados em Porto Rico, da classe F-35.”

Explicou que sempre houve operações de inteligência dos aviões do Exército dos EUA no Caribe, mas agora elas passaram de um padrão diurno para um noturno e matutino, e triplicaram, em agosto, as operações de inteligência e vigilância contra a Venezuela.

Os Estados Unidos enviaram pelo menos oito navios de guerra para a região e um submarino de ataque rápido movido a energia nuclear, bem como mais de 4.500 soldados, como parte de uma operação no Mar do Caribe.

Donald Trump abriu uma cruzada antidroga no Caribe, e acusou o presidente Nicolás Maduro de liderar uma organização criminosa dedicada ao narcotráfico. Esse é o pretexto no momento. Também acusou México, Canadá, China etc. pela entrada de Fentanil para justificar suas fortes sanções comerciais.

Ataques dos EUA a embarcações venezuelanas

Nas últimas semanas, frotas dos EUA afundaram três barcos supostamente carregados de narcóticos em águas caribenhas, perto da costa da Venezuela. O próprio Trump anunciou os ataques nos quais várias pessoas morreram. A trilogia de ataques começou quando Trump ordenou a interceptação de um navio que, supostamente, transportava drogas. Essa última operação deixou 11 mortos.

Mas, na sexta-feira, os militares dos EUA atacaram outra embarcação em águas internacionais perto da Venezuela, matando quatro homens, anunciou o secretário de Defesa, Pete Hegseth. Foi o quarto ataque conhecido.

Trump também diz que seu governo está examinando a atividade em terra dos cartéis de drogas ativos na Venezuela e que não descarta a possibilidade de novos ataques, afirmando que “o país sul-americano ainda é muito, muito perigoso”.

A intervenção militar se soma à produzida no Canal do Panamá e às ameaças à Groenlândia em nome de sua segurança nacional. E tem seu correlato interno com o envio de forças armadas para intervir em vários Estados para contribuir com a caça aos imigrantes.

Trump cancelou os esforços para chegar a um acordo diplomático com a Venezuela, abrindo caminho para uma nova escalada militar contra os venezuelanos. Durante uma reunião com comandantes militares seniores, Trump ligou para Richard Grenell (enviado presidencial) ordenando que suspendesse todas as comunicações diplomáticas, “frustrado pela recusa de Maduro em aceitar as exigências dos EUA de entregar o poder voluntariamente”.

Funcionários norte-americanos afirmaram que o governo Trump elaborou vários planos militares para uma escalada. Essas operações também podem incluir planos destinados a forçar Maduro a sair do poder. Marco Rubio, secretário de Estado e conselheiro de Segurança Nacional, chamou Maduro de líder “ilegítimo” e citou repetidamente uma acusação dos EUA contra ele por tráfico de drogas.



Rubio descreveu Maduro como um “fugitivo da justiça dos EUA”.

O objetivo ianque é apoderar-se de sua riqueza petrolífera. Como já fez no Iraque e em todo o mundo. Grenell discutiu um acordo que evitaria um grande conflito e daria às empresas americanas acesso ao petróleo venezuelano.

Em notificação ao Congresso, Trump declarou que os Estados Unidos estavam envolvidos em um “conflito armado” formal com cartéis de drogas. Os cartéis, de acordo com a notificação, eram “organizações terroristas”, e seus membros que contrabandeavam drogas eram considerados “combatentes ilegais”.

Após a decisão de suspender a diplomacia, o aviso parecia indicar que os Estados Unidos planejavam intensificar as operações militares. Alguns funcionários, tanto atuais quanto anteriores, disseram que Trump poderia autorizar ataques a alvos de cartéis de drogas no México.

A escalada intervencionista dos Estados Unidos na América Latina mostra que o imperialismo norte-americano precisa recorrer às armas para impedir a penetração econômica e comercial da China. Os países latino-americanos que abriram caminho ao capital chinês são considerados perigosos para a segurança da maior potência mundial. Qualquer traço de nacionalismo é considerado uma razão para Trump atacar o regime político e agir para mudar o governo por um serviço.

O fato de Milei colaborar com a militarização de Trump coloca a Argentina na posição de ponta de lança do imperialismo contra países que resistem, bem ou mal, a ceder sua soberania, como é o caso particular da Venezuela. Organizações, como Mercosul e Unasul, mantêm-se paralisadas. Não há reação de nenhuma fração da burguesia latino-americana que se coloque à altura do avanço intervencionista dos Estados Unidos por cima dos estados nacionais.

Verifica-se a comprovação histórica de que somente a classe operária em aliança com os camponeses pode levantar a maioria oprimida contra a dominação e a arrogância secular dos Estados Unidos no continente latino-americano. É urgente que as organizações sindicais, os partidos políticos que se reivindicam da classe operária e da luta anti-imperialistas, os movimentos estudantis, os movimentos de direitos humanos etc. se declarem em estado de alerta e mobilização diante desse avanço belicista, para impedir que o imperialismo reproduza na América Latina as guerras que impulsiona em outros continentes. Com suas ações, os Estados Unidos já vêm arrastando os países latino-americanos abertamente para a guerra comercial contra a China. Que se coloquem por organizar a frente única anti-imperialista, voltada a defender as nações oprimidas. As bandeiras mais urgentes são defesa incondicional da Venezuela, fim dos tarifas e desmantelamento de todo o aparato militar norte-americano na América Latina.

108

anos da Revolução Russa

Viva a revolução proletária! Viva as conquistas da revolução socialista! Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional



Abrimos a campanha dos 108 anos da Revolução Russa com o documento “As Tarefas da Revolução”, escrito cerca de um mês e meio antes do proletariado tomar o poder em 25 de outubro de 1917. Esse escrito de Lênin é uma escola de aplicação do materialismo dialético. Demonstra o momento crucial em que se coloca definitivamente a vitória da revolução ou da contrarrevolução.

O partido Socialista-Revolucionário e o partido Menchevique estavam no poder em consequência da Revolução de Fevereiro de 1917 e da crise que permanecia potenciada pela Primeira Guerra Mundial, portanto, pela situação econômica e social catastrófica da Rússia. Prevalencia nos soviets a política de conciliação de classes encarnada pelos socialistas-revolucionários e mencheviques, ainda que enfraquecida devido à contradição refletida no duplo poder.

O governo burguês de coalizão dirigido Partido Democrata Constitucionalista (Cadete) se apoiava nas forças da contrarrevolução e favorecia o aparato militar que agia para liquidar a organização soviética. De forma que a participação dos socialistas-revolucionários e mencheviques obstaculizava a luta independente da classe operária e o avanço da aliança operária e camponesa no sentido de liquidar o poder da burguesia e enfrentar o cerco imperialista que comparecia no conteúdo das alianças no terreno da guerra mundial.

Em 18 de abril, o ministro de Negócios Estrangeiros do Governo Provisório anunciou a intenção de manter a aliança com os países imperialistas, França e Inglaterra, para dar continuidade à guerra, até que se chegasse à vitória contra a Alemanha e aliados. Imediatamente, nos dias 20 e 21 de abril, operários e soldados saíram às ruas se chocando abertamente com o governo provisório. Os protestos concluíram com a derrubada de Miliukov e do ministro da Guerra, Guchkov.

Em 17 de abril, Lênin orientou os bolcheviques, por meio das “Teses de Abril”, a prepararem as condições políticas e organizativas para a luta pelo poder. Estabeleceu a linha da revolução e ditadura proletárias. Pouco antes, em março, interveio na orientação partidária com as “Cartas de Longe”. Cinco meses depois das manifestações de abril, Lênin, na primeira quinzena de setembro, estabeleceu os pontos programáticos para a derrubada do governo provisório e implantação de um governo assentado nos soviets.

A particularidade desse documento está em que Lênin analisa a possibilidade da conquista do poder por meio dos soviets sem que ocorresse uma guerra civil. Essa questão teve o mérito de demonstrar à vanguarda revolucionária, à classe operária e aos camponeses que os socialistas-revolucionários e mencheviques não eram favoráveis passar o poder do Estado para o controle das organizações soviéticas, que abrangiam operários, camponeses e soldados. Os socialistas-revolucionários e mencheviques manobravam desde março com a bandeira de convocação de uma Assembleia Constituinte.

O ritmo dos acontecimentos que pendia para a revolução se acelerava desde abril. Uma resposta precisa e urgente à guerra mundial punha em discussão a orientação do governo provisório e, assim, a questão do poder do Estado. Lênin chegou a incorporar em suas “Tarefas da Revolução” as eleições para a Assembleia Constituinte, mas vinculada à derrubada do governo provisório. Demonstrou que se o poder não passasse aos soviets urgentemente a possibilidade do desenvolvimento pacífico da revolução daria lugar a uma guerra civil entre a burguesia e o proletariado.

O fundamental desse documento está em que corresponde à linha materializada nas “Cartas de Longe” e nas “Teses de Abril”. Os acontecimentos indicaram que a solução da crise revolucionária desembocaria na luta direta das massas para tomar o poder, portanto, prevalecia a via não-pacífica. Nesse mesmo mês de setembro, Lênin, preventivamente, escreveu uma carta ao Comitê Central com o título “O marxismo e a insurreição”.

Publicamos o escrito “Tarefas da Revolução” justamente para evidenciar o método marxista de analisar e compreender as leis da história em suas manifestações objetivas. Com essa questão, o POR abre sua campanha de defesa da Revolução Russa, que completa 108 anos em 25 de outubro.

AS TAREFAS DA REVOLUÇÃO | Lênin

A Rússia é um país pequeno-burguês. A vasta maioria da população pertence a essa classe. Suas oscilações entre a burguesia e o proletariado são inevitáveis. Somente sua aliança com o proletariado poderá garantir o triunfo fácil, pacífico, rápido e tranquilo da causa da revolução, da causa da paz, da liberdade, da entrega da terra àqueles que nela trabalham.

O curso da nossa revolução nos mostra essas vacilações na prática. Portanto, não tenhamos ilusões sobre os partidos socialistas-revolucionários e mencheviques; mantenhamo-nos firmes em nosso caminho proletário de classe. A miséria dos camponeses pobres, os horrores da guerra, as dores da fome - tudo isso mostra às massas, cada vez mais claramente, que o caminho proletário é correto, que é indispensável apoiar a revolução proletária.

As esperanças “pacíficas” da pequena burguesia por uma “coalizão” com a burguesia, por um entendimento com ela, pela possibilidade de aguardar “pacificamente” uma convocação “antecipada” da Assembleia Constituinte etc. - tudo isso está sendo implacável, cruel e inexoravelmente destruído pela marcha da revolução. A aventura de Kornilov foi a última lição cruel, a grande lição que veio completar as milhares e milhares de pequenas lições que os capitalistas e latifundiários nos ensinaram, enganando os operários e camponeses, os oficiais, seus soldados, e assim por diante.

O descontentamento, a indignação e a exasperação crescem no exército, entre o campesinato e os trabalhadores. A “coalizão” dos socialistas-revolucionários e mencheviques com a burguesia, que promete tudo e não entrega nada, irrita as massas, abre-lhes os olhos e as empurra para a insurreição.

A corrente da Oposição de Esquerda dentro dos partidos Socialista Revolucionário (Spiridonova e outros) e Menchevique (Martov e outros) cresce, tendo chegado a 40% no “Conselho” e no “Congresso” desses partidos. E na base, no proletariado e no campesinato, especialmente entre os camponeses pobres, a maioria dos Socialistas-Revolucionários e Mencheviques está formada por “esquerdistas”.

A aventura de Kornilov ensina e já ensinou muito.

Não é possível saber se os soviets estarão agora em condições de ir mais longe que as direções dos socialistas-revolucionários e mencheviques, garantindo, assim, o desenvolvimento pacífico da revolução, ou se continuarão sem adiantar um passo, o que tornará inevitável a insurreição proletária.

Não podemos saber.

É nosso dever ajudar a fazer todo o possível para garantir uma “última” chance para o desenvolvimento pacífico da revolução, expondo nosso programa, explicando seu caráter popular, permitindo ver que tal programa coincide indiscutivelmente com os interesses e reivindicações da imensa maioria da população.

As linhas abaixo são precisamente uma exposição do programa.

Por meio desse programa, aproximemo-nos das camadas “baixas”, das massas, dos empregados, dos operários, dos camponeses, não apenas daqueles que estão conosco, mas, sobretudo, dos socialistas-revolucionários, dos sem partido e dos inconscientes. Esforcemo-nos para que eles julguem por si mesmos, tomem suas próprias decisões, enviem suas delegações à Conferência, aos Soviets, ao governo; assim, nosso trabalho não será em vão, seja qual for o resultado da Conferência. Assim, será proveitoso tanto para a Conferência quanto para as eleições para a Assembleia Constituinte, e para toda a atividade política em geral.

A realidade nos mostra a correção do programa e da tática dos bolcheviques. De 20 de abril à aventura de Kornilov, transcorreu pouco tempo e, no entanto, quantas coisas se passaram!

A experiência das massas, a experiência das classes oprimidas, possibilitou que aprendessem muitíssimo durante esse tempo, e as direções dos socialistas-revolucionários e mencheviques se afastaram por completo das massas. Isso certamente se manifestará em um programa tão concreto quanto possível, na medida em que conseguirmos submetê-lo ao julgamento das massas.

Caráter funesto da conciliação com os capitalismo

1. Deixar no poder os representantes da burguesia, mesmo que em pequeno número, deixar no poder apoiadores notórios de Kornilov como os generais Alexeiev, Klembovsky, Bagration, Gagarin e outros, ou homens que demonstraram sua total impotência diante da burguesia e sua capacidade de agir como bonapartistas, como Kerensky, é escancarar a porta, por um lado, para a fome e a inevitável catástrofe econômica, que os capitalistas estão deliberadamente acelerando e agravando, e, por outro lado, para a catástrofe militar, porque o exército odeia o Quartel General e não pode participar entusiasticamente de uma guerra imperialista. Além disso, os generais e oficiais de Kornilov, se permanecerem no poder, sem dúvida, abrirão intencionalmente a frente para os alemães, como fizeram na Galícia e em Riga. Somente a formação de um novo governo baseado nos novos princípios delineados abaixo pode evitar essa catástrofe. Depois de tudo o que vivenciamos desde 20 de abril, a continuidade da política de conciliação com a burguesia pelos socialistas-revolucionários e mencheviques, quaisquer que sejam esses pactos, constituirá não somente um erro, mas também uma verdadeira traição direta ao povo e à revolução.

O poder aos soviets

2. Todo o poder do Estado deve ser transferido integralmente para os representantes dos Soviets de Deputados Operários, Soldados e Camponeses, com base em um programa definido, sendo o poder totalmente responsável perante os Soviets. Deverão realizar imediatamente novas eleições aos Soviets, tanto para aproveitar toda a experiência adquirida pelo povo durante as últimas semanas da revolução, tão ricas em conteúdo, quanto para eliminar as injustiças flagrantes (representação desproporcional, desigualdades eleitorais etc.), que em muitos lugares não foram corrigidas.

Onde ainda não há instituições democraticamente eleitas, assim como no exército, todo o poder deve passar sem restrições aos soviets locais, aos comissários eleitos por eles e a outras instituições, todas elas eleitas.

É necessário, a todo custo e em todos os lugares, com o total apoio do Estado, armar os operários e as tropas revolucionárias, isto é, as tropas que se mostraram capazes de esmagar os kornilovitas.

Paz ao povo

3. O governo soviético deverá propor imediatamente a todos os povos em guerra (isto é, simultaneamente aos seus governos e às massas de operários e camponeses) a conclusão imediata de uma paz geral em termos democráticos, bem como a conclusão imediata de um armistício (mesmo que apenas por três meses).

A principal condição de uma paz democrática é a renúncia às anexações, não no sentido errôneo de que todas as potências recuperariam o que perderam, mas neste sentido, o único legítimo, de que cada nacionalidade, sem exceção, tanto na Europa quanto nas colônias, terá a liberdade e a possibilidade de decidir por si mesma se formará um Estado independente ou se se fará parte de outro Estado.

Mas, ao propor essas condições de paz, o próprio governo soviético deverá agir imediatamente, executá-las; isto é, publicar e denunciar os tratados secretos que ainda nos vinculam, que foram concluídos pelo czar e que prometem aos capitalistas russos o saque de despojos da Turquia, Áustria etc. Somos então obrigados a atender imediatamente às condições apresentadas pelos ucranianos e finlandeses e assegurar a eles, assim como aos outros povos não russos da Rússia, total liberdade, incluindo a liberdade de se separar, de adotar a mesmo princípio em relação a toda a Armênia, de se comprometer a evacuá-la, bem como os territórios turcos que ocupamos etc.

*Conselho de Trabalhadores e Deputados de Soldados
Nas escadas da casa do povo*



Essas condições de paz não serão vistas com bons olhos pelos capitalistas, mas despertarão em todos os povos um eco tão grandioso de simpatia e uma explosão de entusiasmo e de indignação geral contra o prolongamento de uma guerra de pilhagem, que, com toda a probabilidade, obteremos imediatamente um armistício e o consentimento para a abertura de negociações de paz. Pois a revolução operária contra a guerra cresce irresistivelmente em toda parte; e o que a fará avançar não são frases sobre a paz (como as que todos os governos imperialistas, incluindo o nosso governo Kerensky, as utilizam para enganar os operários e camponeses), mas apenas a ruptura com os capitalistas e uma proposta de paz.

Se ocorrer o menos provável, isto é, se nenhum dos Estados beligerantes aceitar nem mesmo o armistício, então, para nós, a guerra será verdadeiramente uma guerra imposta, uma guerra verdadeiramente justa, uma guerra defensiva. O mero fato de que o proletariado e os camponeses pobres alcancem consciência disso, faria com que a Rússia fosse muito mais forte, inclusive no terreno militar, sobretudo depois de romper por completo com os capitalistas, que saqueiam o povo, e isso sem contar que então a guerra seria, não de palavra, mas de fato, uma guerra na qual iríamos aliados com as classes oprimidas de todos os países, em aliança com os povos oprimidos de todo o mundo.

Em particular, é preciso prevenir o povo contra as ameaças dos capitalistas, às quais de vez em quando dão ouvidos aos agentes mais assustados e aos pequeno-burgueses, que consiste dizer que os capitalistas ingleses e outros países podem desferir um grande dano à revolução russa se rompermos a aliança saqueadora que temos com eles. Essa alegação é uma mentira do começo ao fim, pois o "apoio financeiro dos aliados", que enriquece os banqueiros, "sustenta" os operários e camponeses russos apenas como a corda sustenta um enforcado. A Rússia tem trigo, carvão, petróleo e ferro suficientes; a única coisa necessária para garantir uma distribuição justa desses produtos é livrar o povo dos latifundiários e capitalistas que o saqueiam. Quanto à possibilidade de uma ameaça de guerra por parte de nossos atuais aliados contra o povo russo, a tese de que os franceses e os italianos seriam capazes de unir suas tropas às dos alemães e lançá-las contra uma Rússia que havia proposto uma paz justa, é uma ideia evidentemente absurda. De seu lado, a Inglaterra, os Estados Unidos e o Japão, mesmo que declarassem guerra à Rússia (o que seria muito difícil para eles, tanto por causa da extrema impopularidade de tal guerra entre as massas quanto por causa da divergência de interesses materiais entre os capitalistas desses países na divisão da Ásia e, em particular, na pilhagem da China), esses países não poderiam causar à Rússia um centésimo dos danos e calamidades que a guerra com a Alemanha, Áustria e Turquia está causando a ela.

A terra para quem a trabalha

4. O governo soviético deve declarar imediatamente a abolição da propriedade privada de grandes propriedades sem indenização e entregar essas terras aos comitês camponeses, aguardando a decisão da Assembleia Constituinte. Os equipamentos pertencentes aos proprietários de terras também devem ser entregues aos comitês camponeses, para que possam ser colocados, em primeiro lugar, gratuitamente à disposição dos camponeses pobres.

Estas medidas são há muito exigidas pela grande maioria dos camponeses, tanto nas resoluções dos seus congressos como em centenas de mandatos imperativos (como se pode verificar, entre outras coisas, pela publicação de 242 mandatos imperativos nas Izvestia do Soviete dos Deputados

Camponeses¹¹, são de absoluta e urgente necessidade. Não é possível continuar tolerando nenhum tipo de atraso, dos quais tanto têm padecido os camponeses durante o governo da “coalizão”.

Qualquer governo que demore a tomar essas medidas, deve ser reconhecido como inimigo do povo e merece ser derrubado e esmagado pela insurreição dos operários e camponeses. Por outro lado, somente um governo que tenha implementado essas medidas será o governo de todo o povo.

Luta contra a fome e a ruína

5. O governo soviético deverá estabelecer imediatamente o controle operário sobre a produção e o consumo em todo o país. Caso contrário, como a experiência já nos mostrou desde 6 de maio, todas as promessas, todas as tentativas de reforma serão em vão, e a fome, acompanhada de uma catástrofe sem precedentes, ameaçará todo o país a cada semana.

É essencial a nacionalização imediata dos bancos e das seguradoras, assim como a dos principais ramos da indústria (petróleo, carvão, metalurgia, açúcar etc.); ao mesmo tempo, é necessário abolir completamente o segredo comercial e estabelecer uma vigilância constante, por parte dos operários e camponeses, sobre a ínfima minoria de capitalistas que se enriquecem graças aos fornecimentos que fazem ao Estado e escapam a todo controle e a justa tributação de seus ganhos e fortunas.

Essas medidas, que não tirariam um único copeque dos bens dos camponeses médios, nem dos cossacos, nem dos pequenos artesãos, são perfeitamente justas para uma distribuição equitativa dos encargos da guerra, e são urgentemente necessárias para combater a fome. Somente após pôr fim à pilhagem dos capitalistas e romper os obstáculos que eles conscientemente colocam à produção, será possível aumentar a produtividade do trabalho, estabelecer o trabalho compulsório para todos, uma troca justa entre os grãos e os produtos da indústria e devolver ao Tesouro do Estado os muitos bilhões em papel-moeda escondidos pelos ricos.

Sem tais medidas, nem mesmo a propriedade fundiária pode ser abolida sem indenização, porque as terras dos proprietários estão, em sua maioria, hipotecadas em bancos e os interesses dos proprietários e dos capitalistas estão inseparavelmente entrelaçados.

A última resolução adotada pela Seção Econômica do Comitê Executivo Central dos Soviéticos de Deputados Operários e Soldados da Rússia (ver Rabochaya Gazeta nº 152) reconhece não apenas a “nocividade” das medidas tomadas pelo governo (por exemplo, o aumento do preço do trigo com o objetivo de enriquecer os latifundiários e os kulaks), não apenas a “completa inação dos órgãos centrais criados sob o governo para regular a vida econômica”, mas até mesmo a “violação das leis” por este governo. Essa confissão dos partidos governantes, socialista-revolucionário e menchevique, atesta mais uma vez a natureza criminoso da política de acordo com a burguesia.

A luta contra os latifundiários e capitalistas hostis à revolução

6. A sublevação Kornilov-Kaledin foi apoiada por toda a classe de latifundiários e capitalistas, liderada pelo Partido dos Cadetes (“Partido da Liberdade do Povo”). Isso já está plenamente comprovado pelos fatos publicados no Izvestia do Comitê Executivo Central.

Mas, para suprimir completamente esta contrarrevolução, e mesmo para conduzir uma investigação sobre ela, nada de sério foi ou pode ser feito sem a transferência de poder para os Soviéticos. Nenhuma comissão, se não detiver o poder estatal, terá os meios para conduzir uma investigação completa, nem para prender os culpados etc. Somente o governo soviético pode e deve realizar esta ação. Somente o governo dos Soviéticos pode pôr a salvo a Rússia de uma repetição inevitável das intonações “tipo Kornilov”, prendendo os generais Kornilovistas e os líderes da contrarrevolução burguesa (Guchkov, Miliukov, Ryabushinsky, Maklakov e Cia.), dissolvendo as organizações contrarrevolucionárias (Duma de Estado, as ligas oficiais

etc.), colocando seus membros sob a vigilância dos Soviéticos locais e dissolvendo também as unidades contrarrevolucionárias.

Somente o governo dos Soviéticos pode criar uma comissão de inquérito plena e pública sobre o caso Kornilov, assim como sobre todos os outros, mesmo aqueles indiciados pela burguesia, e é somente a tal comissão que o Partido Bolchevique poderia, por sua vez, convidar os operários a atenderem e apoiarem por inteiro somente a comissão.

Somente o governo soviético poderá combater com sucesso uma injustiça tão flagrante como a tomada das maiores gráficas e da maioria dos jornais pelos capitalistas, graças aos milhões roubados do povo. É essencial proibir os jornais burgueses contrarrevolucionários (Rech, Russkoye Slovo², etc), confiscar suas máquinas de impressão; estabelecer seus anúncios privados como monopólio estatal; agrupá-los em um único jornal governamental, publicado pelos soviéticos e que diga a verdade aos camponeses. Somente por esse meio pode e deve arrancar das mãos da burguesia a poderosa arma da mentira e da calúnia, do engano do povo, que ela usa impunemente para enganar o campesinato e preparar a contrarrevolução.

O desenvolvimento pacífico da revolução

7. Diante da democracia russa, diante dos soviéticos, diante dos partidos socialista-revolucionário e menchevique, abre-se agora a possibilidade, extremamente rara na história das revoluções, de assegurar a convocação da Assembleia Constituinte em uma data fixa, sem mais demora, a possibilidade de preservar o país de uma catástrofe militar e econômica, a possibilidade de assegurar o desenvolvimento pacífico da revolução.

Se os Soviéticos tomarem o poder hoje, plena e exclusivamente, para implementar o programa delineado acima, então não só terão a garantia do apoio de nove décimos da população da Rússia, da classe operária e da imensa maioria do campesinato como também terão a garantia do enorme entusiasmo revolucionário do exército e da maioria do povo, daquele entusiasmo sem o qual a vitória sobre a fome e a guerra é impossível.

Não haveria qualquer oposição aos Soviéticos hoje se não houvesse hesitação da parte deles. Nenhuma classe ousará se levantar contra os Soviéticos; os latifundiários e capitalistas, instruídos pela experiência de Kornilov, cederão o poder pacificamente diante do ultimato dos Soviéticos. Para superar a resistência dos capitalistas ao programa dos Soviéticos, bastará que os exploradores sejam monitorados pelos operários e camponeses e que os indisciplinados sejam punidos com medidas como o confisco de todos os seus bens, acompanhado de prisão de curta duração.

Uma vez que o poder esteja em suas mãos, os soviéticos ainda poderão - e esta é provavelmente sua última oportunidade - garantir o desenvolvimento pacífico da revolução, a eleição pacífica de deputados populares, a luta pacífica dos partidos dentro dos soviéticos, o teste dos programas dos diferentes partidos pela prática, a transferência pacífica do poder de um partido para outro.

Se deixarmos essa possibilidade escapar, todo o curso do desenvolvimento da revolução, desde o movimento de 20 de abril até a aventura de Kornilov, indica que a mais amarga guerra civil é inevitável entre a burguesia e o proletariado. A catástrofe inevitável acelerará a guerra civil. A luta por todos os dados e considerações acessíveis à mente humana, essa guerra terminará com a vitória total da classe operária, graças ao apoio que lhe é dado pelo campesinato pobre na execução do programa aqui exposto; mas a guerra civil pode ser violenta, sangrenta, pode custar a vida de dezenas de milhares de proprietários de terras, capitalistas e oficiais que abraçam sua causa. O proletariado não retrocederá diante de nenhum sacrifício para salvar a revolução, o que é impossível fora do programa aqui exposto. Mas se os soviéticos decidissem aproveitar essa última oportunidade para imprimir à revolução um rumo pacífico, o proletariado os apoiaria com todas suas forças.

Primeira quinzena de setembro de 1917

(Extraído do livro “A importância internacional da experiência do PCUS”, Editorial Progresso, Moscou, edição em espanhol, 1975)

¹ “Izvestia do Soviète Pan-Russo de Deputados Camponeses”, jornal diário, órgão oficial do Soviète Pan-Russo de Deputados Camponeses; publicado em Petrogrado de 9 (22) de maio a dezembro de 1917. Expressava as opiniões da ala direita do Partido Socialista-Revolucionário. Recebeu a Revolução de Outubro com hostilidade; foi proibido por sua orientação contrarrevolucionária. [NE]

² O “Russkaya Slovo” [A Palavra Russa], um jornal diário, começou a ser publicado em Moscou em 1895 (o primeiro número, denominado experimental, foi publicado em 1894); declarando-se formalmente apolítico, defesa, na verdade, os interesses da burguesia russa de um ponto de vista liberal moderado. Em 1917, apoiou integralmente o Governo Provisório e desencadeou uma campanha de difamação contra Lenin e o Partido Bolchevique. Foi banido em novembro de 1917 por publicar informações caluniosas dirigidas ao poder soviético. A partir de janeiro de 1918, foi publicado por um curto período sob os títulos Novaya Slovo e Nashe Slovo [A Nova Palavra, Nossa Palavra]. Foi banido definitivamente em julho de 1918. [NE]



33 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

Iniciamos no *Jornal Massas* 743 o estudo da *Plataforma da Oposição de Esquerda* sintetizando a sua origem e os fundamentos gerais da luta contra a burocratização do Partido Comunista e o revisionismo estalinista que dava seus primeiros passos. No *Massas* seguinte, expusemos os capítulos “A situação da classe operária e os sindicatos” e “A questão agrária e a construção socialista”. No

Massas seguinte, demos continuidade com o capítulo V “A indústria do Estado e a edificação do socialismo”. No *Massas* 746, fizemos a exposição do capítulo VI “Os Soviéticos”. No *Massas* 747, tratamos do capítulo VII “A Questão Nacional”. No *Massas* 748, demos continuidade à apresentação da *Plataforma da Esquerda Unificada de 1927*, expondo o capítulo VIII sobre a importância histórica

do partido leninista, não só para a tomada do poder como para levar adiante o processo de transição do capitalismo ao socialismo. Os capítulos IX, “A Liga da Juventude Comunista” e X, “Nossa situação internacional e o perigo da guerra” foram tratados no *Massas* 749. Agora, daremos continuidade à exposição do capítulo X “A derrota da revolução chinesa e suas causas”

“A derrota da revolução chinesa e suas causas”

Trotsky se insurgiu contra a linha estabelecida por Bukharin sobre a estratégia e a tática a serem desenvolvidas no processo da revolução chinesa de 1927. Travou-se o embate no interior do Partido Comunista Russo no final desse ano. A dissensão desagou no VI Congresso da III Internacional, que se realizou em 1928. Bukharin e a direção estalinista estabeleciam um revisionismo quanto à natureza da burguesia nos países coloniais. Passavam a considerá-la revolucionária, capaz de realizar a revolução democrático-burguesa e conquistar a independência nacional.

Em seu documento “A Revolução Chinesa”, Trotsky havia formulado a seguinte objeção: “Apresentar as coisas como se o jugo colonial atribuisse necessariamente um caráter revolucionário à burguesia nacional, é reproduzir o erro fundamental do menchevismo, que acreditava que a natureza revolucionária da burguesia russa devia deduzir-se necessariamente da opressão absolutista e feudal. A questão da natureza e da política da burguesia está envolvida por toda a estrutura interna das classes na nação que efetua a luta revolucionária, pela época em que se desenvolve essa luta, pelo grau de dependência econômica, política e militar que une a burguesia nacional com o imperialismo mundial em seu conjunto, ou a uma parte do mesmo, e, finalmente, - e isso é o preponderante -, pelo grau de atividade da classe operária nacional e pelo estado de sua união com o movimento revolucionário internacional”.

A posição de Stalin e Bukharin quanto a essa questão concluía com a falsa caracterização do partido nacionalista, Kuomintang, no sentido de que cumpria um papel revolucionário. O que implicava subordinar o Partido Comunista Chinês ao partido de Chiang Kai-shek. Ao contrário dessa linha revisionista, Trotsky demonstra que, “para que uma verdadeira solução dos problemas democráticos burgueses, é preciso que todo o poder se concentre nas mãos do proletariado”.

No marco da luta pela libertação nacional se coloca concretamente a tática a ser aplicada: “A única ‘condição’ de qualquer acordo com a burguesia, acordo separado, prático, limitado a medidas definidas e adaptado a cada caso, consiste em não mesclar as organizações e as bandeiras, nem direta, nem indiretamente, nem por um dia, nem por uma hora, em distinguir o vermelho do azul, e não acreditar jamais que a burguesia seja capaz de levar a cabo uma luta real contra o imperialismo e de não constituir um obstáculo para os operários e camponeses e que esteja disposta a fazê-lo”.

Essas formulações estão na base da crítica ao revisionismo estalinista-bukhariiano da *Plataforma da Oposição de Esquerda*. Isso no momento em que a derrota da revolução chinesa consistia numa vitória do imperialismo, o que era desfavorável ao desen-

volvimento da revolução mundial e, portanto, ao fortalecimento da União Soviética. Diz a *Plataforma*: “A causa decisiva do infatunado resultado da revolução chinesa na fase atual foi a política fundamentalmente equivocada da direção do Partido Comunista Russo e de toda a Internacional. O resultado dessa política foi que no momento decisivo não havia na China um verdadeiro partido bolchevique”. Essa “causa decisiva” se devia aos desvios revisionistas da “doutrina de Lênin de que uma revolução democrático-burguesa só pode ser levada a cabo pela união da classe operária e dos camponeses (sob a direção da primeira) contra a burguesia, que não só é aplicável na China e nos países coloniais e semicoloniais análogos, como assinala na realidade o único caminho que pode conduzir a vitória nesses países”.

Nesse sentido, contrariavam-se “as decisões tomadas, sob a direção de Lênin, pelos II e IV Congressos da Internacional Comunista, sobre os Soviéticos no Oriente, sobre absoluta independência dos partidos comunistas operários em países que tenham um movimento revolucionário nacionalista e sobre a união da classe operária com os camponeses contra ‘sua’ burguesia e contra o imperialismo”.

A vitória da contrarrevolução promovida pelo golpe de Estado desfechado por Chiang Kai-shek em março de 1926 resultou no fuzilamento de operários e camponeses. Stalin e Bukharin simplesmente ocultaram o massacre, procurando se desfazer da responsabilidade.

Para concluir, a *Plataforma* traz a seguinte declaração contra a VIII Plenária ampliada da Internacional, ocorrida em maio de 1927: “A Plenária procederá devidamente se rechaçasse em absoluto a resolução de Bukharin e a substituísse com uma resolução formulada pelas seguintes linhas: os camponeses e os operários não devem confiar nas direções do Kuomintang esquerdista, senão que devem criar seus próprios soviéticos em união com os soldados. Os soviéticos devem armar os operários e a vanguarda do campesinato. O partido comunista deve ter absoluta independência, deve criar um jornal e colocar-se à frente da criação dos soviéticos. A terra deve ser arrebatada imediatamente dos latifundiários. A burocracia reacionária deve ser derrubada imediatamente. Os generais traidores e os contrarrevolucionários em geral devem ser julgados no ato. A orientação geral que deve seguir é o estabelecimento de uma ditadura democrática por meio dos soviéticos de deputados operários e camponeses”.

No terreno da revolução chinesa, de grande importância para a revolução de Outubro na Rússia, Trotsky e a Oposição de Esquerda evidenciaram na prática o curso revisionista, antileninista, da direção estalinista.

(As citações foram extraídas “A situação na Rússia depois da revolução”, Trotsky, Distribuidora Baires S.A.L, Buenos Aires, 1973)